

caderno de diálogos

ISSN 2764-6319

VOLUME 07 - ABR/2024

A SUA REVISTA
ACADÊMICA DA
PÓS-GRADUAÇÃO

 FACULDADE
famart
GRADUAÇÃO | PÓS-GRADUAÇÃO EAD

REVISTA ACADÊMICA CADERNO DE DIÁLOGOS
Volume 07 - Número 01 - Abril/2024
Periodicidade: Quadrimestral

As opiniões emitidas em artigos ou notas assinadas são de responsabilidade dos respectivos autores.

FACULDADE FAMART

DIRETOR EXECUTIVO

Wanderson Clayton Fontella Francisco

DIRETOR ADMINISTRATIVO

Paulo Henrique da Silva Junior

ACADÊMICO

Andrezza de Cássia Soares Torres
Dara Cristina Fernandes Gonçalves
Douglas dos Santos Borges
Raissa Fernandes Parreira
Maria Paula Santos da Cunha Porto
Tábata Fernanda Gomes
Guilherme de Castro Martins de Carvalho
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

Victor Fernandes de Souza

CONSULTORIA E PROJEÇÃO EM MARKETING

Camila Aparecida Marques de Almeida
Marcelo Henrique Guimarães

CONSELHO EDITORIAL

Guilherme de Castro Martins de Carvalho
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz

ASSESSORIA EDITORIAL

Andrezza de Cássia Soares Torres
Dara Cristina Fernandes Gonçalves
Raissa Fernandes Parreira

ASSESSORIA CIENTÍFICA

Aracele Maria de Souza
Karina Leão de Mello
Lucas Eustáquio de Paiva Silva
Luciano Borges Muniz
Mailson Santos de Queiroz

EDITORIAL

Queridos leitores,

É com grande satisfação que trazemos até vocês a 7ª edição da nossa Revista Acadêmica - Caderno de Diálogos, um espaço dedicado à troca de conhecimento e à promoção de debates em nossa comunidade acadêmica. Neste mês de abril, estamos especialmente entusiasmados pela publicação da edição coincidir com a Semana da Educação, um momento significativo que nos convida a refletir sobre a importância dela em nossas vidas e sociedade. Que possamos investir no poder transformador da educação e garantir que ela seja acessível a todos, independente das circunstâncias, pois é somente através dela que podemos construir um futuro mais promissor para todos.

Nesta edição, honramos esse tema tão essencial, trazendo uma variedade de artigos que exploram suas diferentes facetas. A começar pelo Artigo Científico da Kátia Legiber que traz um estudo concentrado nas dinâmicas da educação brasileira, com ênfase em alfabetização e letramento. Ela explora e investiga as relações político-pedagógicas entre os dois campos para formar cidadãos críticos.

José Daniel, por sua vez, traz os desafios enfrentados pelos professores no uso das tecnologias no ensino, destacando problemas relacionados ao manejo, tempo e espaço de uso dessas ferramentas. Ele mostra que é fundamental reconhecer as potencialidades das tecnologias, pois ela permite lidar com a diversidade, ampliar o acesso à informação e promover novas formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento.

Dando sequência, a importância da convivência escolar saudável e os conflitos que podem surgir nesse ambiente é a pauta que a Monica Carvalho aborda em sua pesquisa. Ela destaca a necessidade do gerenciamento eficaz desses conflitos, considerando diferenças culturais e trazendo estratégias para promover uma convivência harmoniosa.

Ainda sobre ambientes educacionais, Denilson Damasceno promove, em seu estudo, um debate sobre como o espaço escolar pode ser estruturado e utilizado para desenvolver competências sociais e emocionais dos alunos, além do aspecto intelectual. Tudo isso sem deixar de valorizar as vivências individuais e promovendo um ambiente de acolhimento e respeito às diferenças.

Entrando no campo da Educação Inclusiva, a pesquisadora **Edilene Silva** busca analisar os desafios pedagógicos enfrentados pelos professores que atuam no Atendimento Educacional Especializado (AEE) e propõe orientações aos pais para apoiarem o trabalho desses especialistas. O estudo aborda o papel do pedagogo além da sala de aula e destaca a necessidade de especialização devido às deficiências do curso de pedagogia no Brasil.

Ainda nessa edição, Jéssica Torres complementa o artigo anterior trazendo importância da Psicopedagogia, uma das áreas que lidam diretamente com a inclusão na educação, e destacando a função da escola na aprendizagem com a Psicopedagogia atuando como disciplina interdisciplinar, focada no processo de aprendizagem e na superação de dificuldades.

Já abordamos o AEE, bem como a Psicopedagogia, agora nos aprofundaremos em alguns transtornos específicos. A começar pelo TDAH, através do estudo da Adriana Silva, que analisa características, desafios e estratégias de intervenção para alunos com TDAH, evidenciando características, tratamentos e discussões sobre os profissionais envolvidos.

Dando sequência, Eliane Costa traz a importância de compreender o perfil comportamental de crianças com Altas Habilidades (AH) na Educação Infantil. Ela destaca que identificar AH na pré-escola é um desafio devido à diversidade de manifestações e à falta de diretrizes específicas.

Neste mês, além da semana da educação, é um mês muito especial por uma outra razão: o “Abril Azul”. Desde quando surgiu em 2007, esse movimento veio para representar a diversidade, inclusão e conscientização do autismo. Durante esse mês acontecem várias iniciativas importantes e com o objetivo único de levar informação à população com foco principal em reduzir a discriminação e preconceito, além de garantir uma melhor compreensão sobre o Transtorno do Espectro Autista. Como parte de nossa responsabilidade social, compromisso com a inclusão e também como um veículo de divulgação do conhecimento, essa edição reserva um espaço especial para destacar questões importantes relacionadas ao autismo.

A começar pelo trabalho da pesquisadora Carla Balio que traz uma pesquisa incrível visando destacar os desafios enfrentados na inclusão escolar de alunos com autismo e apontando para a necessidade de uma abordagem mais articulada entre as escolas e as áreas de saúde. Ela também ressalta a importância de uma instrução diferenciada para atender às

diversas necessidades dos alunos dentro do espectro do autismo. Em suma, o artigo busca destacar a inclusão escolar bem-sucedida desses alunos e aponta caminhos para alcançá-la.

Ainda sobre esse tema tão importante e finalizando mais uma edição da nossa Revista Acadêmica, Paula Rocha apresenta uma pesquisa sobre o uso da Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) e da Análise Comportamental Aplicada (ABA) no tratamento do Transtorno do Espectro Autista (TEA). Ela busca compreender como essas abordagens podem ser aplicadas para auxiliar no tratamento do TEA e destaca a eficácia desses métodos na modificação de comportamentos.

Portanto, convidamos vocês a se aprofundar nessas páginas e explorar as diversas perspectivas apresentadas pelos nossos autores. Que essas reflexões possam não apenas informar, mas também inspirar ações que promovam uma educação mais inclusiva, igualitária e transformadora.

Queremos expressar nossa sincera gratidão a todos os membros do Setor Pedagógico da Faculdade Famart, menção honrosa ao nosso Diretor Acadêmico, Prof. Dr. Lucas Eustáquio de Paiva Silva, e o Coordenador Pedagógico, Guilherme de Castro Martins de Carvalho. Também agradecemos aos colaboradores Andrezza Torres, Dara Gonçalves, Maria Porto, Raissa Parreira e Tabata Gomes, que foram fundamentais para o sucesso dessa edição. Não podemos esquecer de agradecer cada autor cujos artigos foram publicados e que contribuíram para tornar esta revista um espaço enriquecedor para compartilhar conhecimento e ideias. Cada contribuição é essencial para o nosso crescimento conjunto. Desejamos a todos uma excelente leitura!

Editor Responsável
Douglas dos Santos Borges

SUMÁRIO

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma análise qualitativa das práticas e perspectivas político-pedagógicas.

Kátia Legiber
Karina Melo Leão

..... PÁG. 09

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E O SEU USO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: um estudo teórico-bibliográfico

José Daniel de Avelar Azevedo
Mailson Santos de Queiroz

..... PÁG. 18

CONVIVÊNCIA ESCOLAR E TIPOS DE CONFLITO: uma análise bibliográfica da dinâmica interpessoal em ambientes educacionais

Mônica Alves de Carvalho
Welliton Glayco da Fonseca

..... PÁG. 36

ALÉM DAS SALAS DE AULA: uma análise teórica do espaço escolar como cenário social.

Denilson José Damasceno
Gabriela Araújo

..... PÁG. 46

DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA FRENTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM PEDAGOGIA

Edilene Santos da Silva
Glaciane Moreira Franco

..... PÁG. 56

PSICOPEDAGOGIA NO CENÁRIO EDUCACIONAL CONTEMPORÂNEO: uma investigação bibliográfica sobre sua evolução e contribuições, com reflexões interdisciplinares

Jéssica Oliveira Torres
Pauliane Aparecida de Moraes

**ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE –
TDAH: revisão de literatura**

Adriana Maria Da Silva
Pauliane Aparecida de Moraes

**ALTAS HABILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo bibliográfico sobre o
comportamento de crianças que apresentam Altas Habilidades no contexto da educação
infantil, e o papel de educadores e familiares.**

Eliane da Silva Costa
Daniela Moreno de Camargo

**UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA O
ESTUDANTE COM AUTISMO**

Carla Lucchesi Alves Balio
Karina Melo Leão

**O USO DA TERAPIA ABA COMO FERRAMENTA PARA O TRATAMENTO DO
TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma revisão literária**

Paula Carolaine Pereira Rocha
Pauliane Aparecida de Moraes

DESAFIOS DA ALFABETIZAÇÃO E LETRAMENTO NA EDUCAÇÃO BRASILEIRA: uma análise qualitativa das práticas e perspectivas político-pedagógicas.

Kátia Legiber¹
Karina Melo Leão²

RESUMO

Este estudo concentra-se nas dinâmicas da educação brasileira, destacando particularmente o letramento. Explora-se o desenvolvimento do letramento, examinando suas dificuldades e conquistas. A pesquisa analisa as relações político-pedagógicas entre os conceitos de alfabetização e letramento, visando a formação do cidadão crítico. Uma atenção especial é dedicada aos modos de funcionamento da escola no processo de aprendizagem e ensino, fundamentando-se na teoria da enunciação de Bakhtin. Ao investigar a educação brasileira, o estudo identifica desafios enfrentados e progressos alcançados no contexto do letramento. A análise das relações entre alfabetização e letramento destaca a importância de formar cidadãos críticos, capazes de compreender e analisar o mundo ao seu redor. A teoria da enunciação de Bakhtin serve como base para examinar a dinâmica do aprender-ensinar na escola, proporcionando insights sobre a interação entre linguagem, educação e formação crítica. O trabalho visa contribuir para o aprimoramento do sistema educacional, promovendo reflexões sobre práticas pedagógicas e estratégias eficazes de letramento.

Palavras-chave: Letramento; Alfabetização; Educação; Bakhtin.

ABSTRACT

This study focuses on the dynamics of Brazilian education, particularly highlighting literacy. The development of literacy is explored, examining its difficulties and achievements. The research analyzes the political-pedagogical relationships between the concepts of literacy and literacy, aiming at the formation of critical citizens. Special attention is dedicated to the ways in which the school operates in the learning and teaching process, based on Bakhtin's theory of enunciation. By investigating Brazilian education, the study identifies challenges faced and

¹Pós-graduada em Alfabetização e Letramento pela Faculdade Famart. Endereço de e-mail: edmilsonkatia07@gmail.com.

² Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestre em Educação.

progress made in the context of literacy. The analysis of the relationships between literacy and literacy highlights the importance of forming critical citizens, capable of understanding and analyzing the world around them. Bakhtin's theory of enunciation serves as a basis for examining the dynamics of learning-teaching in school, providing insights into the interaction between language, education and critical formation. The work aims to contribute to the improvement of the educational system, promoting reflections on pedagogical practices and effective literacy strategies.

Keywords: Literacy; Literacy; Education; Bakhtin.

1 INTRODUÇÃO

Podemos introduzir este artigo tratando sobre os dados estatísticos no Brasil sobre a alfabetização, em 1890, o percentual de analfabetos no Brasil era de 85% e, na passagem do século XIX para o século XX, havia diminuído para 75% (cf. RAMOS, 2001, p.49), números preocupantes se modificando lentamente ao longo do século XX (GOULART, 2010). Os dados do INAF - Indicador de Alfabetismo Funcional período 2011-2012, entretanto, já possibilitam a mudança de referência - do percentual de analfabetos passa a referir-se à população alfabetizada funcionalmente, que passa de 61%, em 2001, para 73%, em 2011. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a taxa de analfabetismo das pessoas de 15 anos ou mais caiu de 6,1% em 2019 para 5,6% em 2022, redução de pouco mais de 490 mil analfabetos no país, chegando a menor taxa da série, iniciada em 2016.

Segundo a coordenadora de Pesquisas por Amostra de Domicílios do IBGE, Adriana Beringuy:

O analfabetismo segue em trajetória de queda, mas mantém uma característica estrutural: quanto mais velho o grupo populacional, maior a proporção de analfabetos. Isso indica que as gerações mais novas estão tendo maior acesso à educação e sendo alfabetizadas ainda crianças, enquanto permanece um contingente de analfabetos, formado, principalmente, por pessoas idosas que não acessaram à alfabetização na infância/juventude e permanecem analfabetas na vida adulta.

Um comentário pertinente, no entanto, nos faz refletir sobre a população mais velha e claro a população de zonas menos favorecidas, cabe ainda ressaltar que por mais que as crianças estejam recebendo essa alfabetização não são todas as crianças que possuem a condição de estar em uma escola para adquirir e exercitar esse conhecimento. É importante falarmos da estrutura que recebe essas crianças, começamos por meados do século XX que é

quando as escolas recebem uma ampliação estrutural aumentando assim as redes escolares e consequentemente a quantidade de vagas para matrículas, se observarmos no século XXI no ano de 2023 temos casos de pais que ficam em filas para disputar vagas para seus filhos em idade escolar. É de suma importância relatar isso, afinal se pararmos para analisar acesso à educação é um direito de todos os cidadãos.

Para adentrarmos ao tema do letramento é importante começarmos de quando ele se iniciou via um processo de buscar caminhos para enfrentar o desafio de alfabetização e aprofundar o entendimento tanto de fundamentos teóricos quanto de diretrizes para o processo de alfabetização, surge o conceito de letramento em meados da década de 1980. O conceito recebeu destaque no cenário educacional brasileiro a partir da década de 1990. Estudos de Soares (1998) e Kleiman (1995) são representativos dessa época, embora tratem o conceito de modo diferente. O estudo de Soares é o que mais influencia propostas educacionais e pesquisas³, apresentando-o de forma ampla, podemos dizer que o conceito é revisitado para ressaltar uma dimensão fundamental do processo de alfabetização que, tem ficado obscurecida: o valor social da aprendizagem da escrita, os usos e funções sociais desta modalidade de linguagem.

Considerarmos os estudos e noções teóricas sobre o letramento é fundamental, no entanto, qual a pertinência político-pedagógica do mesmo? Acredito que seja de suma importância debatermos isso levando em consideração que somos seres críticos e políticos. Tendo esses pontos em mente podemos dar continuidade em nossa discussão permeando não apenas a alfabetização como também o letramento e como se dá a sua importância político-pedagógica.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao falarmos de alfabetização e seus níveis podemos antes de mais nada abarcar os níveis de alfabetização tidos pelo INAF que define quatro níveis de alfabetismo, em linhas gerais, sendo apresentados como: analfabetismo - corresponde à condição dos que não conseguem realizar tarefas simples que envolvem a leitura de palavras e frases; nível rudimentar - corresponde à capacidade de localizar uma informação explícita em textos curtos e familiares (como, por exemplo, um anúncio ou pequena carta); nível básico - as

³ Não iremos focar nas diferenças entre os estudos, dadas as limitações de espaço do artigo.

peessoas classificadas neste nível podem ser consideradas funcionalmente alfabetizadas, pois já leem e compreendem textos de média extensão, localizam informações mesmo que seja necessário realizar pequenas inferências; nível pleno - classificadas neste nível estão as pessoas cujas habilidades não mais impõem restrições para compreender e interpretar textos em situações usuais: leem textos mais longos, analisando e relacionando suas partes, comparam e avaliam informações, distinguem fato de opinião, realizam inferências e sínteses.

Ao pararmos para analisar historicamente, quando a escrita adentra na vida do Homem ele passa a ser um ser que além de registrar de forma escrita⁴ se torna ser político, pois a partir da inserção da escrita e leitura na história da humanidade os seres humanos encontram uma nova forma de se comunicarem e organizarem suas comunidades mais tarde chamadas sociedades. Hoje, ao falarmos de pessoas que não possuem a leitura ou a escrita como parte de suas habilidades, estamos falando de uma pessoa que segundo o senso comum é alguém “humilde” ou “ignorante”, mas, na verdade, se deixarmos de olhar por tons pejorativos, notamos que pessoas que não possuem uma boa leitura e nem a escrita são pessoas suscetíveis a situações que para muitos pode ser considerada boba. Um exemplo claro disso é falarmos sobre golpes aplicados em pessoas mais velhas e até mesmo em jovens, muitos jovens caem nos golpes que segundo o senso comum apenas os “ignorantes” cairiam, no entanto, o temos notado cada vez mais como os jovens possuem uma lacuna na leitura e conseqüentemente na sua interpretação de muitas coisas.

Falamos de alfabetização não é apenas trazer os dados apontando as dificuldades, mas falar da qualidade de alfabetização também tem se feito necessário. Analisando o ambiente escolar podemos notar alunos que não estão apenas preocupados com o aprender e desenvolver suas habilidades na escola, até porque sabemos que o currículo não permite que os alunos desenvolvam habilidades para além das impostas no mesmo, fazendo com que o ensino se torne massivo e entediante para os alunos gerando assim o desinteresse⁵, tal desinteresse afeta não apenas uma disciplina fundamental e sim todas elas, pois, estão interligadas.

⁴ É importante falarmos sobre o registro da história via pinturas nas paredes de cavernas e em locais que fossem propícios para o desenho/pintura. Sobre pintura rupestre ver no artigo *A ARTE RUPESTRE EM PERSPECTIVA HISTÓRICA: UMA HISTÓRIA ESCRITA NAS ROCHAS*. Texto oriundo do primeiro capítulo da tese do doutorando Gabriel Frechiani de Oliveira, no Programa de Pós-Graduação em Arqueologia, na Universidade Federal de Sergipe, com algumas modificações e edições. Disponível na Rev. Arqueologia Pública, Campinas, SP v.11 n.1 p.130 julho/2017 ISSN 2237-8294

⁵ É importante falar que o foco do artigo não é a discussão que permeia o currículo, no entanto, o currículo está presente em muitas discussões para além daquela que o foco é ele mesmo.

É válido ressaltarmos ainda o espaço em que a escrita ocupa, sendo ele um espaço político-social de forma tão contundente, colocando-a em destaque na vida dos sujeitos, inscrevendo-os e atribuindo-lhes valor, ainda que muitas vezes os sujeitos não notem. A escrita atravessa a vida social, as vidas particulares, de várias maneiras, sendo responsável por marcá-las via registros gráficos, misturados a imagens e números, na arte, no direito e na política, entre outras áreas. E também por meio de materialidades e textualidades dos discursos (GOULART, 2010), em que a palavra se traduz como gêneros e linguagens sociais, e ainda por meio de emaranhados de outros signos sociais, não linguísticos. A escola em especial o processo contínuo de alfabetização e de trabalho com a linguagem são valiosos para vermos e vivermos a transformação ideológica que é “justamente um conflito tenso no nosso interior pela supremacia dos diferentes pontos de vista verbais e ideológicos, aproximações, tendências, avaliações” (BAKHTIN, 1998, p.146).

Goulart ressalta a necessidade de adentrarmos em fatores biográficos e biológicos ligados à ideologia do cotidiano e se formos voltar nosso olhar para um viés um pouco mais histórico, podemos relacionar esses fatores com a consciência histórica ⁶de cada criança, é bom ressaltarmos que esse termo para um professor de história significa que se deve levar em consideração o conhecimento prévio que a criança traz para as aulas. Quando falamos de letramento e do que Goulart ressalta é sobre a linguagem e escrita que a criança já possui previamente antes de adentrar na escola.

Voltando a falar propriamente do letramento e alfabetização em *Marxismo e filosofia da linguagem*, Bakhtin/Volochinov (1988), apresentando o estudo sobre as relações entre língua, fala e enunciação, abordando o ensino de línguas vivas, chama atenção para algo importante:

(...) A palavra isolada de seu contexto, inscrita num caderno e apreendida por associação com seu equivalente russo, torna-se, por assim dizer, sinal, torna-se uma coisa única e, no processo de compreensão, o fator de reconhecimento adquire um peso muito forte. Em suma, um método eficaz e correto de ensino prático exige que a forma seja assimilada não no sistema abstrato da língua, isto é, como uma forma sempre idêntica a si mesma, mas na estrutura concreta da enunciação como um signo flexível e variável. (p.94-95, nota de rodapé).

É o movimento da forma linguística que caracteriza o signo, e não identidade como signo, como elemento de linguagem. Segundo o autor, a linguagem como sistema de

⁶ Sobre a Consciência Histórica ler: OS CONCEITOS DE CONSCIÊNCIA HISTÓRICA E OS DESAFIOS DA DIDÁTICA DA HISTÓRIA de Luis Fernando Cerri. Professor do Departamento de História da UEPG e Doutor em Educação; lfcferri@uepg.br. Disponível em: Revista de História Regional 6(2): 93-112, Inverno 2001.

formas nos distancia da realidade viva da linguagem e de suas funções sociais. A pessoa não aceita a linguagem pronta para uso, ela penetra no fluxo da comunicação verbal: “ou melhor, somente quando emerge nesse fluxo, sua consciência desperta e começa a funcionar” (BAKHTIN/VOLOCHINOV, 1988, p.108). Zandwais (2011), Bakhtin, nos auxilia na reflexão acerca do trabalho com a linguagem escrita na escola, quando afirma que as palavras:

enquanto meras propriedades do repertório lexical, iludem, porquanto não são condição suficiente para ‘corporificar’ os sentidos. Exclusivamente por meio delas, podemos deixar escapar os acontecimentos a que remetem, a memória histórica a que fazem referência (ZANDWAIS, 2011, p.9).

Como podemos perceber, a linguagem escrita permeia não somente uma necessidade de comunicação atual, mas ao adentrarmos em todas suas funções podemos novamente recorrer à história, afinal a escrita faz parte de uma área documental e de registros importantes para os historiadores, como coloca March Bloch (2001, p. 79) “Tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele...”. Bloch vem agregar para a comunidade de historiadores não apenas uma nova forma de olhar para as fontes históricas como também a possibilidade de se trabalhar com diferentes tipos de fontes não tendo a necessidade exclusiva das mesmas estarem em um documento escrito. Uma visão que nos traz não apenas o questionamento da importância da escrita, mas também como ela influencia a vida dos seres humanos desde sua propagação.

Atualmente falarmos de taxas de analfabetismo não apenas em crianças e adolescentes como também em pessoas mais velhas é trazer uma discussão que por muito é evitada. A discussão da importância não só da escola como também de uma estrutura ofertada pelo Estado, sabemos que não muito distante de 2023, muitas pessoas tinham que largar seus estudos para trabalhar e ajudar em casa, contribuindo assim para o aumento da taxa de analfabetismo no Brasil.

A alfabetização e letramento é algo que se faz fundamental para nossa sociedade não apenas para o viés de agregar conhecimento e permitir que as pessoas vivam na sociedade, no caso do letramento ele ultrapassa as convenções temporais ou pedagógicas, presente nos currículos escolares e em processos letivos, sendo eles semestrais ou anuais. Vale enfatizar que todos estão envolvidos em dinâmicas cotidianas, sejam elas sociais,

culturais, intelectuais e históricas, que exigem diversas habilidades e competências para lidarmos com diferentes eventos de letramento.

3 CONCLUSÃO

Caminhando para o fim da presente discussão sobre alfabetização e letramento na educação brasileira é valioso aqui ressaltarmos a importância dos professores alfabetizadores na base de nossa educação, utilizar de suas habilidades para sanar uma necessidade da sociedade é algo para além de honroso, mas sim uma atitude de amor para com suas habilidades e com sua sociedade. O letramento possibilita a fluência leitora, produção de pequenos a grandes textos, compreensão de diversos gêneros textuais presentes no cotidiano da humanidade, fazendo assim com que a criança alfabetizada se torne não só alfabetizada como também uma entendedora do mundo ao seu redor.

Encerrando o artigo cabe ainda salientar a importância do Estado brasileiro para a execução de seu currículo educacional, e para a formação de profissionais capazes e dispostos a trabalhar com a base educacional, preparando nossas crianças para a sociedade e não só as crianças, mas também os adultos que desejam iniciar/finalizar sua alfabetização e letramento, trabalhando não apenas com as crianças, mas também com a Educação de Jovens e Adultos (EJA)⁷.

Que a educação brasileira continue sendo uma educação acima de tudo persistente em seus alunos, incentivando e lutando da melhor forma possível para o melhor dos alunos, caminhando lado a lado de cada aluno e sua família e principalmente participando ativamente da comunidade em que está inserida, tornando a educação cada vez mais acessível e acessada.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, M. (VOLOCHÍNOV, V. N.). Marxismo e filosofia da linguagem. Problemas fundamentais do método sociológico na ciência da linguagem. 4ª. ed. Trad. Michel Lahud e Yara Frateschi Vieira. São Paulo: Hucitec, 1988.

⁷ Sobre o EJA, visite o site do estado de Minas Gerais para mais informações sobre cada região do estado.

BAKHTIN, M. O discurso no romance. In BAKHTIN, M. Questões de literatura e de estética. A teoria do romance. Trad. Aurora Fornoni, José Pereira Jr et al. 4ª ed. São Paulo: Unesp: Hucitec, 1998 [Original russo, 1924].

BAKHTIN, M. Os gêneros do discurso. In BAKHTIN, M. Estética da criação verbal. Trad. Paulo Bezerra. São Paulo: Martins Fontes, 2003.

BLOCH, Marc. Apologia da história, ou o ofício do historiador. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001, p. 79.

BRANDÃO, Z., BAETA, A., COELHO DA ROCHA, A. A escola em questão: evasão e repetência no Brasil. Rio de Janeiro: Achiamée, 1982.

BRANDÃO, Z. (Org). Democratização do Ensino: meta ou mito? Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1979.

BRITTO, L. P. L. In: CORREIA, D. A.; SALEH, P. B. de O. (orgs), Práticas de letramento no ensino: leitura, escrita e discurso. 2008, São Paulo: Parábola Editorial; Ponta Grossa, PR: UEPG.

DAROS, T. M. V. Os sentidos atribuídos à linguagem escrita por crianças do primeiro ano do ensino fundamental. 2014, 138 p., Dissertação (Mestrado em Educação), UNIOESTE, Cascavel.

GOULART, C. M. A. Letramento e polifonia: um estudo de aspectos discursivos do processo de alfabetização. Revista Brasileira de Educação, São Paulo, n. 18, p. 5-21, set./dez. 2001.

GOULART, C. M. A. Uma abordagem bakhtiniana da noção de letramento: contribuições para a pesquisa e para a prática pedagógica. In: FREITAS, M. T.; SOUZA, S. J.; KRAMER, S. (Orgs.) Ciências Humanas e pesquisa: leituras de Mikhail Bakhtin. São Paulo: Cortez, 2003b, p. 95-112. (Coleção Questões de Nossa Época)

GOULART, C. M. A. et al. Processos de letramento na infância: modos de letrar e ser letrado na família e no espaço educativo formal. Relatório final de pesquisa. Universidade Federal Fluminense, Faculdade de Educação, CNPq, dezembro de 2005.

GOULART, C. M. A. Letramento e modos de ser letrado: discutindo a base teórico-metodológica de um estudo. Revista Brasileira de Educação, v. 11, n. 33, p. 450-460, set/dez. 2006.

GOULART, C. M. A. Processos de letramento na infância: aspectos da complexidade de processos de ensino-aprendizagem da linguagem escrita. In: SCHOLZE, L. e RÖSING, T. M. K. (Org.). Teorias e práticas de letramento. Brasília: Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira, 2007, p. 61-82.

GOULART, C. M. A. Cultura escrita e escola: letrar alfabetizando. In: MARINHO, Marildes e CARVALHO, Gilcinei Teodoro (Org.). Cultura escrita e letramento. Belo Horizonte, Editora UFMG, 2010, p. 438-456.

GOULART, C. M. A. Alfabetização, discurso científico e argumentação. In: LEITÃO, S. & DAMIANOVIC, M. C. Argumentação na escola: o conhecimento em construção. São Paulo: Pontes, 2011, p. 129-151.

INAF Brasil 2011. Indicador de alfabetismo funcional. Principais resultados. Relatório. Instituto Paulo Montenegro; Ação Educativa; IBOPE Inteligência, São Paulo, 2012.

KONDER, L. Walter Benjamin: o marxismo da melancolia. São Paulo: Campus, 1988.

A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO, E O SEU USO NO ÂMBITO DA EDUCAÇÃO NO BRASIL: um estudo teórico-bibliográfico

José Daniel de Avelar Azevedo⁸
Mailson Santos de Queiroz⁹

RESUMO

O uso das tecnologias ainda representa um desafio para muitos professores no desenvolvimento do trabalho docente e o uso de tecnologias de informação e comunicação (TICs) nas instituições escolares no processo de ensino-aprendizagem evidencia muitos desses desafios e problemas relacionados de como lidar com a tecnologia, aos espaços e o tempo de uso das novas delas no ambiente escolar e o que podem provocar nas práticas no cotidiano escolar. Problemas existem e para entendê-los e superá-los é fundamental reconhecer as potencialidades das tecnologias disponíveis e a realidade em que a escola se encontra inserida na comunidade, identificando as características do trabalho pedagógico que nela se realizam, de seu corpo docente e discente, de sua comunidade interna e externa. Ao inserir novas tecnologias na escola, passamos a compreender os problemas e aprendemos a lidar com a diversidade, a abrangência e a rapidez no acesso às informações, bem como as novas possibilidades de comunicação e interação, que propicia novas formas de aprender, ensinar e produzir conhecimento. A escola deve saber lidar com problemas em que muitos profissionais da educação são resistentes à utilização de tecnologia, seja por insegurança ou simplesmente por receio de utilizar um computador, muitas vezes motivado por insegurança ao lidar com a tecnologia. Muitos são os problemas relacionados à implantação da tecnologia na instituição por esses profissionais e que muitas vezes não sabem como introduzir essas tecnologias ao cotidiano da vida escolar, muitas vezes, por desconhecimento, insegurança ou despreparo.

Palavras-chave: Tecnologias de informação e comunicação (TICs). O uso de tecnologias na educação. Resistência ao uso da tecnologia. Superação de desafios.

1 INTRODUÇÃO

O objetivo deste artigo com base teórico-bibliográfico é levantar discussões e reflexões com base em diversos autores e através de teorias amplamente divulgadas acerca da integração das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) no contexto educacional, com ênfase nas contribuições para o processo de ensino-aprendizagem. A abordagem visa

⁸ Pós-graduado em Informática na Educação pela Faculdade Famart. E-mail: jdavelarazevedo@yahoo.com.br.

⁹ Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Fanart –Itaúna-MG. Licenciado em Química, Pós-graduado em Tecnologias Educacionais e Mestre em Engenharia de Materiais.

discutir a necessidade de formação interdisciplinar para introduzir efetivamente as TICs na prática pedagógica, estimulando novos conceitos de ensino e aprendizagem.

Esse artigo busca contribuir e destacar as discussões e ações norteadoras que foram colocadas em prática no Brasil para a introdução das TICs – Tecnologia da Informação e Comunicação no sistema de educação brasileiro, examinando seu processo histórico e implantação, além de propor uma análise sobre o uso da TIC no âmbito educacional, explorando sua influência, desafios e oportunidades e também fazer uma análise aprofundada do papel transformador da tecnologia, indo além de sua funcionalidade prática para explorar suas influências na dinâmica social, cultural e econômica.

Discutiremos a importância da formação docente para lidar com as TICs, destacando a falta de ênfase na preparação do profissional para lidar com a dinâmica e constante evolução tecnológica. Além disso, abordaremos os desafios da implementação das TICs no ambiente educacional, incluindo a falta de pessoal capacitado, a escassez de incentivo para capacitação e a inadequação de espaços para a didática voltada para a tecnologia.

Questionaremos como a tecnologia pode proporcionar ao professor a superar a pedagogia da transmissão do conhecimento ao permitir que se possa planejar os percursos, criando-se oportunidades para o aluno desenhar suas próprias trajetórias através do uso da tecnologia e a escolher pontos de paradas e reflexão, produzindo significados no processo de ensino aprendizagem e como isso impacta a educação, exigindo o desenvolvimento de novas competências e uma cultura digital.

Focaremos na importância do professor como mediador no uso das tecnologias digitais, reconhecendo os desafios enfrentados.

Ao se debater a respeito de teorias e práticas pedagógicas no âmbito educacional e na perspectiva de uso de tecnologia da informação e comunicação (TIC) no espaço educacional pode-se ver uma oportunidade única para melhor nos situarmos na função social e educativa do aluno e sua introdução à tecnologia da informação e comunicação, claro que esse debate se dará à luz de vários autores que defendem a introdução de tecnologia nas instituições educacionais de ensino e a melhor forma de sua utilização junto aos alunos.

O uso da tecnologia no setor educacional é uma ferramenta pela qual poder-se-ia reduzir as disparidades entre as regiões mais desenvolvidas e as em desenvolvimento, facilitando que estas últimas tenham acesso a um mundo mais vasto de conhecimento que

podem ser acessados por meio das tecnologias da informação, nomeadamente por meios dos computadores e da Internet.

Partindo do pressuposto de que a tecnologia possa melhorar a aprendizagem e o desenvolvimento dos alunos, de acordo com Brown-L’Bahy (2005), verifica-se como os principais desafios na integração das tecnologias digitais são: os constrangimentos de tempo, a formação inadequada e os métodos restritivos de avaliação.

Assim, a integração das tecnologias digitais em contexto educacional enfrenta diversas dificuldades por parte dos professores, sendo por falta de tempo e o reduzido conhecimento tecnológico. Os docentes apresentam muitas dificuldades na tomada de decisão e a utilização de tecnologias em seu cotidiano escolar, seja pela pouca confiança que possam ter em sua utilização, seja pela resistência pessoal intrínseca à mudança, sentindo a necessidade de obterem orientações mais claras a respeito da sua utilização e sobre os métodos de avaliação a serem utilizados ao integrarem as tecnologias digitais.

2 DESENVOLVIMENTO

A presença ubíqua da tecnologia tornou-se inegável em um contexto globalizado, permeando todos os aspectos da vida cotidiana. Longe de ser apenas uma ferramenta para agilizar e automatizar tarefas, a tecnologia assume um papel central na moldagem de nossa sociedade.

O avanço tecnológico e a democratização do conhecimento têm transformado a sociedade afetando a educação de modo que essas novas tecnologias digitais exercem um papel cada vez mais importante na forma de nos comunicarmos, de aprendermos e de vivermos em uma geração que por si só já nasce “digital”, assim podemos ver a influência da tecnologia no dia-a-dia do indivíduo e a transformação da educação e do ambiente educacional através dessas tecnologias e como podemos avaliar essas mudanças que ocorrem na relação docente/discente diante desses novos avanços tecnológicos.

A revolução tecnológica digital que ocorreu nos últimos anos ajudou a trazer novos horizontes e desafios à educação e com isso, a necessidade de se construir e desenvolver novas competências e uma cultura digital em um contexto educativo em que a integração dessas tecnologias digitais no processo de formação de professores, mas que apresentou diversas dificuldades e constrangimentos em vista dos novos desafios, em que houve a necessidade de se refletir a respeito dessa nova realidade.

No cenário contemporâneo, a Tecnologia da Informação e Comunicação (TIC) emerge como um elemento transformador no campo educacional e seu advento trouxe consigo mudanças significativas na forma de como aprendemos e ensinamos, redefinindo as dinâmicas tradicionais e proporcionando novos horizontes para a educação.

A evolução das TICs alterou fundamentalmente a paisagem educacional em que a integração de computadores nas salas de aula e até o surgimento de plataformas educacionais online possibilitou que a tecnologia se transformou num facilitador essencial no processo de ensino-aprendizagem, assim, com a digitalização de recursos didáticos, a criação de ambientes virtuais de aprendizagem e a utilização de dispositivos móveis conseguiram transformar a maneira como os educadores abordam a transmissão do conhecimento.

O surgimento de tecnologias digitais se tonou uma grande aliada para proporcionar um ambiente interativo e rico em informações no processo de ensino/aprendizado, mas, o professor é que deve ter uma visão situacional do que pode ou não fazer e quais recursos são os mais adequados e que devem ou não se utilizar, por isso, é preciso entender quais são os maiores desafios que se pode enfrentar para introduzir no seu dia-a-dia a tecnologia digital, bem como descobrir quais são as suas limitações no contexto do processo de ensino e aprendizagem.

Não está isenta de desafios a introdução da TIC na educação, apesar dos inegáveis benefícios e questões relacionadas à acessibilidade. A apropriação tecnológica desigual e a necessidade de formação contínua de professores são desafios prementes, no entanto, a tecnologia também oferece oportunidades únicas, como a personalização do aprendizado, a promoção da colaboração global e a ampliação do acesso à educação em diversos contextos.

A integração da TIC na educação garante uma maior eficácia e está intrinsecamente ligada à formação dos educadores, assim, professores capacitados estão mais aptos para utilizar ferramentas digitais de maneira pedagogicamente eficaz, podendo assim, potencializar o impacto da tecnologia na sala de aula e ao se investir em programas de formação continuada e, assim, maximizar os benefícios da TIC. A TIC também pode ser vista como uma ferramenta para reduzir disparidades regionais, proporcionando acesso ao conhecimento global e serem os agentes transformadores na disseminação do conhecimento.

A constante evolução da TIC sugere um futuro com uma maior digitalização para a educação e os avanços como inteligência artificial, realidade virtual e o aprendizado

adaptativo têm o potencial de redefinir ainda mais as práticas educacionais, assim, o desafio reside em abraçar essas inovações de maneira ética e equitativa, garantindo que a tecnologia continue a ser uma aliada no fortalecimento da qualidade e acessibilidade da educação.

2.1 O CONCEITO DE TICs – TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

O termo TIC é uma sigla para designar “Tecnologias da Informação e da Comunicação” consistindo no tratamento da informação e sendo articulado com os processos de transmissão e de comunicação, diz respeito às máquinas e programas que geram o acesso ao conhecimento. Nesse aspecto, devemos ter em mente que a tecnologia não restringe o papel do professor, muito pelo contrário, essa pode ajudar os alunos a gerenciarem a informação que recebem a todo instante pelos meios de mídias digitais multiplicando assim, as possibilidades de pesquisa e informação dos alunos, que munidos dessas ferramentas digitais passam a protagonizar o processo de sua própria educação, o que torna a aprendizagem mais ativa, além de haver um maior envolvimento nos trabalhos desenvolvidos, evitando distrações e contribuindo para elaboração de tarefas que contribuam para substancial melhora no caminho da aprendizagem.

Cada vez mais a tecnologia se insere em nossa sociedade e, portanto, torna-se necessário utilizá-la no ambiente educacional, assim, é preciso que gestores e coordenadores compreendam o impacto que essas novas tecnologias da informação e comunicação (TICs) possuem, assim como sua influência nesse ambiente e como podem transformar o ensino e a aprendizagem através de novas metodologias de ensino que contribuam para a inserção da tecnologia nas salas de aula.

O surgimento de ambientes educacionais e de aprendizagem em que o uso das Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC's) é o grande foco em que possibilita o acesso às informações em tempo real e a presença da tecnologia no campo educacional torna-se isso possível, assim, o uso dessas tecnologias está contribuindo para uma reformulação dos paradigmas educacionais em que a visão pedagógica tradicional está perdendo lugar no âmbito educacional e os educandos estão cada vez mais familiarizados com essas ferramentas tecnológicas, tendo assim, acesso às informações em tempo real e a nível global.

Hoje as pessoas informam-se e compartilham o conhecimento com muito mais facilidade e intensidade que outrora, pois há várias possibilidades ao alcance, o que torna esta comunicação e difusão do conhecimento uma realidade.

Com o avanço dessas tecnologias, os aspectos da prática pedagógica no uso das tecnologias de informação e comunicação (TICs), tanto na formação pedagógica dos docentes, quanto em seu estudo interdisciplinar no dia-a-dia do professor com uma visão em que o objetivo é de alcançar uma análise global e crítica da realidade educacional brasileira no âmbito da utilização de tecnologias em sala de aula pela instituição educacional.

Mas os discursos a respeito das tecnologias da informação e comunicação (TICs) na educação devem refletir concepções da tecnologia geralmente posicionadas em um de dois extremos identificados por Rüdiger (2011): por um lado, visões ditas prometeicas, com certo exagero de otimismo, que elevam a tecnologia ao status de caminho para a redenção do humano, por outro lado, visões fáusticas, que nos alertam sobre os perigos da desumanização por ela causada.

A tecnologia possibilita ir além do básico, com o uso de ambientes virtuais ricos e dinâmicos disponíveis no ambiente web devido ao seu grande desenvolvimento tecnológico, sendo que hoje em dia é quase uma imposição, pois pode-se trabalhar quase qualquer coisa neste ambiente em termos de conhecimento e informação.

Assim, devemos propor diferentes metodologias em que o professor possa utilizar destes recursos das novas tecnologias para que sejam assimilados e darmos oportunidades de a criança explorá-las de forma natural e lúdica.

Mesmo tendo os recursos tecnológicos disponíveis, nem todos têm acesso a esse recurso e uma pequena parte de nossa população não possui nem mesmo internet, muitas vezes nem nas escolas os alunos conseguem ter acesso à internet para que possam fazer uso dela em seus estudos.

O aprendizado interativo é muito importante, visto que usa o conteúdo dinâmico que geralmente têm atualizações constantes e que podem ajudar a construir conhecimentos, sejam em salas de informática, quando estão disponíveis, pois muitas vezes o recurso pode até estar disponível, mas o ambiente de informática pode não estar sendo usado e com os equipamentos caindo na obsolescência sem o seu devido aproveitamento, sendo jogados literalmente todo este arsenal para a aquisição de conhecimento ao limbo do esquecimento e do abandono.

2.2 A TECNOLOGIA NA EDUCAÇÃO

Com as mudanças sociais ocorridas devido às evoluções tecnológicas e os seus reflexos no contexto atual da educação e que está moldando o modo de se aprender e ensinar para as novas gerações de alunos que têm um perfil que hoje é muito diferente de gerações passadas e por isso, os professores precisam inovar em seus métodos pedagógicos e trilhar novos caminhos que os leve a novas habilidades que serão necessárias para lidar com este “novo” tipo de discente. O papel do professor, assim, toma um novo foco a partir da utilização dessas novas tecnologias, com as quais é possível despertar a colaboração entre os discentes e a construção do conhecimento em rede, pois hoje o perfil de aluno e professor é outro, pois vêm com uma bagagem de novas habilidades, comportamentos e expectativas em relação ao aprendizado conforme a evolução tecnológica, assim, novas metodologias de ensino são necessários e nesse contexto é que entra as TICs em favor da educação possibilitando novas práticas pedagógica em torno dessas novas tecnologias.

O uso tecnológico está presente no processo de ensino/aprendizagem, ligando os discentes ao conhecimento coletivo, assim, o aprendizado é construído de forma colaborativa e participativa e os alunos podem trabalhar em grupo se não houverem divisões por série e com os docentes sendo mediadores do conhecimento, enquanto os discentes aprendem que são eles os responsáveis por sua própria formação.

A informação é um facilitador no processo do ensino-aprendizagem e quando as TICs são inseridas no cenário educacional e se estendem ao dia a dia dos discentes e professores, torna-se uma ferramenta muito mais valiosa para alcançar o conhecimento e assim, contribuir para a educação formal, não formal e informal, pois são inúmeras as vantagens da utilização das TICs na prática docente com o professor passando a ser o orientador, o mediador e o incentivador da autonomia dos discentes. Com as mais variadas possibilidades das ferramentas tecnológicas disponíveis no ambiente educacional, o discente passará a desenvolver sua própria autonomia intelectual que, com o tempo, o ajudará a construir sua autonomia em busca de novos saberes acerca de diversos assuntos, tornando-se o protagonista de sua própria história na vida escolar, pois, para aprender também é necessário que esse discente desenvolva sua capacidade de organização, de tempo e caso haja alguma dúvida teria o acesso a uma orientação didática, mas sendo ele, o principal

responsável por sua aprendizagem, sendo que o maior objetivo da utilização das TICs é desenvolver as competências necessárias para o estudante de hoje.

Se não houver apoio na estrutura organizacional educacional por parte dos diretores, professores e colaboradores nada disso será possível, pois, é necessária uma cultura de tecnologia digital educativa na qual se integre os instrumentos, tanto no nível de concepção, quanto da prática, levando-se em conta a complexidade relacionada aos recursos tecnológicos, os conhecimentos e as técnicas utilizadas pelo docente. A utilização das TICs na educação não pode substituir o professor até o presente momento, mesmo com o avanço das IA's, mas reconhece-se a necessidade de que hoje em dia o trabalho docente deve ser apoiado por essas ferramentas e que se tornaram um suporte essencial em sala de aula.

As mudanças contemporâneas que vêm ocorrendo em torno da tecnologia podem afetar o ambiente educacional, cabendo ao professor a complexa tarefa de introduzir essas novas tecnologias como um recurso a favor do ensino-aprendizagem o que levaria a substituição de conceitos de ensinamentos da escola tradicional em que a figura do professor que era vista como o transmissor do conhecimento, passa a ser percebido como um mediador ou facilitador e o aluno transforma-se no sujeito ativo neste tipo ambiente de aprendizagem. Lembrando que o excesso de informação e de tecnologias disponíveis podem ser responsáveis pela falta de foco e de concentração, portanto, cautela em sua utilização é necessária.

Claro, a tecnologia nunca foi o Santo Graal para a Educação, pois em primeiro lugar está o professor que se encontra a frente de tudo, pois é ele o cerne que dirige e dá o devido suporte ao aluno para que ocorra o aprendizado, pois as tecnologias são uma mera ferramenta que podem auxiliar no processo de ensino/aprendizagem em sala de aula, mas que têm suas vantagens e desvantagens, cabendo ao professor fazer o melhor uso delas em suas abordagens pedagógicas.

Conforme Valente (2008) ao afirmar que é de grande relevância entender que cada tecnologia tem características próprias, vantagens e desvantagens, as quais têm de ser mencionadas e discutidas para que possam ser usadas no trabalho docente.

Ressalta Chaves (2004, p.2) que:

faz sentido lembrar aos educadores o fato de que a fala humana, a escrita, e, conseqüentemente, aulas, livros e revistas, para não mencionar currículos e programas, são tecnologia, e que, portanto, educadores vêm usando tecnologia na educação há muito tempo. É apenas a sua familiaridade com essas tecnologias que as torna transparentes para eles.

Segundo afirma Peixoto, Brandão e Santos (2007), o sentido mais amplo da tecnologia não se refere somente à sua utilidade funcional, mas é preciso ter em mente que a tecnologia ao servir à determinada prática pedagógica, os sujeitos envolvidos que experimentam a tecnologia de modo a incorporá-la, significando que tanto professores quanto alunos precisam se apropriar das TICs de forma que a sua utilização e a construção do conhecimento se efetuem como criação e não simplesmente como transmissão, para tanto, o docente deve atuar com base em um novo paradigma, não mais como apenas um transmissor de informação, mas na criação de situações de aprendizagem nas quais o discente possa realizar atividades e construir o seu próprio conhecimento.

O ambiente escolar de hoje sofreu uma grande transformação em virtude da contribuição das novas tecnologias resultando em um ambiente escolar muito mais dinâmico e atrativo, tornando os estudantes, agentes mais ativos em sua busca pelo conhecimento. Mas, para que essa realidade se faça cada vez mais presente em nossas instituições de ensino, faz-se necessário além da democratização e expansão desses recursos tecnológicos conhecer a realidade dos docentes quanto ao conhecimento e o real domínio dessas tecnologias mais recentes.

Com os alunos cada vez mais imersos e envolvidos com a tecnologia torna-se difícil ver um mundo em que ela não faça parte, não sendo o setor educacional uma exceção, pois o mundo de hoje tornou-se um ambiente quase que inteiramente digital quando se fala em troca de informações, muitas vezes em tempo real, pois o acesso à tecnologia se encontra na palma da mão, por isto, manter os alunos entretidos com o conhecimento ofertado não é uma tarefa fácil para o professor de hoje em dia, pois envolver um discente em torno do conhecimento está cada vez mais difícil em vista que o ambiente virtual é muito mais atrativo para um jovem e que muitas vezes não está disposto a ficar sentado por horas a fio, num ambiente educacional em que nada mudou, continua lá o seu mestre a explicar a matéria com seu quadro negro e os alunos a ouvirem ao seu professor, sem questionarem, apenas ouvindo, muitas vezes nem isto, assim como no livro de Paulo Freire, "Pedagogia do Oprimido", de 1968, cuja obra versava sobre a Educação Bancária em que o professor vê o aluno como um banco, no qual deposita o seu conhecimento.

A sociedade vem sofrendo em função da tecnologia um período de enormes transformações e que está impactando e modificando de forma definitiva as pessoas e o processo educacional em todo o mundo. Essas transformações têm levado as organizações

detentoras do conhecimento e de criação e inovação tecnológica a privilegiarem a capacidade das pessoas em sua busca contínua a novos conhecimentos e desta forma, as novas tecnologias que acabam por transformar o setor educacional com suas evoluções a cada dia mais rápidas, dinâmicas e avassaladoras.

2.3 A TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO E A EDUCAÇÃO

Devido ao advento de tecnologias da informação e comunicação (TIC) nas escolas, ficou claro os desafios e problemas relacionados ao uso dessas novas tecnologias nos espaços educacionais e o que elas podem provocar nas práticas no cotidiano escolar, assim, ficou evidente que é fundamental reconhecer as potencialidades dessas tecnologias disponíveis e a realidade em que a escola está inserida, pois, ao identificar suas características, torna-se possível entender e superar os obstáculos para introdução e o uso da tecnologia no trabalho pedagógico que nela se realizam e os benefícios para seu corpo docente e discente, a comunidade interna e externa.

A incorporação de diferentes tecnologias existentes nas escolas pode favorecer a prática pedagógica e a outras atividades escolares em diversas situações e assim, trazer contribuições significativas ao processo de ensino aprendizagem, mas não devem ser uma muleta de escape do profissional da educação em que o mesmo para se livrar do estresse do dia-a-dia coloca o aluno para utilizar a sala de informática ou mesmo para assistir algum filme sem qualquer nexos ao que está sendo ensinado. As tecnologias devem ser utilizadas de acordo com os propósitos educacionais e as estratégias que mais se adaptam para propiciar ao aluno a melhora de seu desempenho educacional e a produção de conhecimento.

Ao se incorporar tecnologias aprende-se a lidar com a diversidade de ambientes em que o indivíduo em idade escolar está sintonizado e com a abrangência e a rapidez de acesso às informações em que este está inserido, bem como as novas possibilidades de comunicação e interação das tecnologias da informação e comunicação, o que pode propiciar aos discentes, novas formas de aprender e produzir conhecimento, que se sabe incompleto, provisório e complexo.

A utilização de interface digital apresenta-se como um novo paradigma para o professor diante deste novo ambiente de comunicação e cultura, pois as TICs proporcionam ao professor superar a pedagogia da transmissão pura e simplesmente, ao permitir planejar

seus percursos com a utilização de ferramentas de aplicativos, criando-se oportunidades para desenvolver uma melhor estratégia que levem o aluno a desenhar suas próprias trajetórias, escolher pontos de parada e produzir significados em sua busca pelo próprio conhecimento.

Com a ampliação cada vez maior da tecnologia, permitiu-se a criação de formas de conhecimentos e integração mundial que são particularmente notórias no uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs) e que possibilitam aos indivíduos comunicarem-se em qualquer parte do mundo e com quaisquer indivíduos, seja através de redes sociais, SMS, aplicativos de mensagens instantâneas e interativas, não tendo nada a haver com os seus homólogos, o antigo serviço de e-mail e cujo o qual está caindo em desuso, sendo mais utilizado em ambientes corporativos.

A evolução da tecnologia está mudando e transformando substancialmente as relações sociais e as pessoas no mundo inteiro, estão cada vez mais globalizadas e conectadas através do meio digital, compartilhando informações, arquivos, divulgando impressões e difundindo formas de cultura e conhecimento totalmente diferentes de gerações que se precederam. Essas tecnologias começaram a exercer um papel cada vez mais importante na forma de nos desenvolvermos enquanto pessoa, de nos comunicarmos, de aprendermos e de vivermos e o modo que interagimos com o mundo que nos conecta ao meio digital.

A sociedade passou por uma transformação de uma era analógica para uma era digital em que o conhecimento não mais precisa ser impresso, mas pode ficar armazenado em mídias eletrônicas e representa os avanços tecnológicos alcançados nas últimas décadas, particularmente a partir do século XXI, em que está ocorrendo as maiores transformações na maneira em que o ser humano se comunica.

A “Era Digital” reinventou o ensino e o aprendizado, hoje, com uma simples pesquisa num motor de buscas podemos ter acesso a diversos tipos de informações, tais como palestras, de mídias de jornalismo e cursos, sendo que muitos podem ser acessados gratuitamente através de mídias digitais como YouTube, Rumble, COS.TV e em outros sites do tipo. A inovação digital trouxe inúmeras outras formas de tecnologias e assim, nasceu os cursos EAD, que é a sigla para Educação a distância, que é uma forma de ensino/aprendizagem mediados por tecnologias da informação que permitem ao professor e o aluno estarem em ambientes físicos diferentes. Essa nova era da informação, formou novos docentes, que atuam como verdadeiros mentores, oferecendo ao aluno maior autonomia e criatividade no processo de ensino/aprendizagem, além de proporcionar ao discente uma

maior autonomia na sua busca pelo conhecimento. Assim, torna-se necessário que os professores tenham domínio dessas tecnologias digitais, a fim de aproveitar todo o seu potencial em sala de aula e para o seu próprio aperfeiçoamento.

O ambiente EAD proporciona ao aluno uma maior autonomia nos seus estudos podendo criar o seu próprio horário para desenvolver seu conhecimento, pois as aulas são ministradas pela internet através de mídias áudio visuais, e o aluno apenas comparece à instituição de ensino para realizar as provas ou às vezes, nem isso, pois podem ser feitas na própria plataforma. Nessa modalidade o aluno acompanha a matéria através de quaisquer mídias eletrônicas que tenham uma tela minimamente aproveitável e que permitam o acesso à internet. Ainda existe um outro sistema educacional via TV aberta, que é a TV Escola, que é um canal de televisão brasileiro fundado no dia 4 de março de 1996, pertencente ao Ministério da Educação sendo operado pela Acerp (Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto) através de contrato de prestação de serviço. É transmitido em algumas localidades do Brasil pelas TVs abertas e em todo o país pelas antenas parabólicas digitais e TVs por assinatura. O canal é de cunho público e educativo, serve para promover a capacitação e a atualização permanente dos professores do Brasil.

Toda novidade tecnológica tem seu preço, pois muitos profissionais na educação são resistentes à tecnologia ou não estão preparados para sua utilização, e por isto, as TICs na educação trouxeram algumas dificuldades e conflitos de adaptação, mas que podem ser contornadas, a fim de proporcionar uma melhor experiência de ensino e aprendizagem e um bom relacionamento entre os alunos, a instituição de ensino e os professores.

As tecnologias de informação e comunicação intensificam o processo de construção do conhecimento, tanto da educação presencial quanto a EAD, no entanto, não é suficiente apenas pôr em prática essas ferramentas tecnológicas de tecnologia da informação em sala de aula, é preciso tornar efetivo uma transformação digital e cultural, não somente dos profissionais da educação, como também da instituição.

A tecnologia é dinâmica e muda conforme o avanço da ciência e da sociedade e não devemos ficar parados no tempo com risco de a tecnologia nos atropelar, pois seremos pegos pela nova onda tecnológica, por isto, torna-se importante atualizar-se sempre através de uma formação continuada, treinamentos e cursos de aperfeiçoamento, além de outros meios através da internet, pois o que não falta é informação, mas que muitas vezes, tem de passar por um filtro crítico para que não percamos tempo. Se não acompanhamos os avanços no

setor de tecnologia, não perceberemos que certas ferramentas tecnológicas podem perder sua relevância rapidamente.

A escola no uso das TICs, deve oferecer infraestrutura adequada, pois de nada adianta estar atualizado com as principais tendências tecnológicas do ensino, preparar o corpo docente para as mudanças que advém do uso da tecnologia e não oferecer uma infraestrutura propícia à educação e inovação. O investimento em tecnologias sempre tem retornos positivos, que incluem o aumento de produtividade e satisfação do aluno e de professores, portanto, saber escolher as ferramentas tecnológicas estratégicas possui um grande peso na transformação digital e educacional da instituição, mas devemos procurar por soluções que sejam pertinentes à realidade da instituição educacional, pois nem todas serão adequadas aos interesses, metas e objetivos e com custos efetivos, podendo esta, optar por soluções de código aberto ou mesmo softwares livres.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revolução tecnológica digital contemporânea mudou o comportamento das pessoas e da sociedade em relação ao uso da tecnologia, mas a principal mudança está em relação a esta nova perspectiva na educação, principalmente com a sua utilização nos processos de ensino/aprendizagem, que ajudou a trazer novos horizontes e desafios para serem explorados, não somente em ambientes educacionais, mas principalmente para os profissionais que estão diretamente ligados à sua implantação no âmbito escolar.

A Tecnologia da Informação e Comunicação desempenha um papel central na transformação do cenário educacional, se, por um lado, ela apresenta desafios a serem superados, por outro, oferece oportunidades ímpares para se aprimorar o ensino, expandir o conhecimento e o acesso à informação, além de preparar os estudantes para os novos desafios de um mundo com uma face cada vez mais digital.

A integração consciente e efetiva das TICs no ambiente educacional não é apenas uma necessidade, mas uma resposta proativa aos imperativos anseios da sociedade contemporânea.

A tecnologia faz parte de nosso dia a dia em um mundo cada vez mais digitalizado e globalizado em que, não somente é utilizada para agilizar tarefas e automatizá-las, mas também sendo inserida em vários contextos do ambiente educacional e mesmo com as dificuldades e obstáculos enfrentados em seu cotidiano para sua implantação,

está se transformando em uma ferramenta capaz de modificar as práticas no setor educacional com novas práticas pedagógicas. A tecnologia deve fazer parte do cotidiano do professor para que a formação educacional do aluno para a vida em sociedade possa ajudá-los a se tornarem cidadãos mais críticos e responsáveis pelo seu próprio destino acadêmico.

Embora a tecnologia ainda desempenhe um papel crucial na facilitação e automatização de tarefas, sua função evoluiu para abranger aspectos mais amplos e com a conectividade instantânea e a capacidade de acessar informações em tempo real redefiniram a maneira como realizamos atividades diárias e tomamos decisões.

A utilização das tecnologias de informação e comunicação está crescendo em todos os setores da sociedade humana, assim, o setor educacional não seria exceção, pois a cada dia o mundo produz mais informação digital do que se criou em séculos no passado e a maior parte dessas informações são compartilhadas por pessoas em todo o mundo.

A tecnologia revolucionou a comunicação, eliminando barreiras geográficas e proporcionando formas inovadoras de interação. Redes sociais, videoconferências e plataformas de mensagens moldam nossas relações sociais, introduzindo dinâmicas e desafios únicos.

Assim, é cada vez maior o número de pessoas que estudam e trabalham através de tecnologias e que faz uso da internet, pois o mundo está convergindo para uma era digital em que quase tudo em termos de conhecimento pode estar alocado na nuvem.

A tecnologia não é o remédio que veio para acabar de vez com o fracasso escolar, mas deve ser utilizada com moderação para poder proporcionar ao professor a superação de problemas pedagógicos para a transmissão do conhecimento e também para que o docente possa planejar seus percursos, criando novas oportunidades para o discente traçar suas trajetórias, escolher pontos de parada e produzir significados.

O professor é aquele que tem um papel importante no uso das tecnologias, pois guia o aluno ao aprendizado através das TICs, mas que para isso seja possível, temos que ter profissionais da educação e colaboradores qualificados e que saibam lidar com a evolução tecnológica, além de ter de se preparar para o futuro em um mundo em que a tecnologia sempre está a evoluir.

Os desafios e os problemas são muitos e por isso, devem ser solucionados e enfrentados no ambiente educacional para a prática da interdisciplinaridade nas instituições educacionais brasileiras através do uso de tecnologias da informação.

A evolução tecnológica é a raiz de uma revolução que está acontecendo no mundo em várias frentes e não somente na educação e a troca simultânea de informações é uma dessas revoluções que possibilitaram um mundo cada vez mais digitalizado, fica evidente que a realização do trabalho interdisciplinar é importante para um mundo que se tornou globalizado, repleto de informações, transformações e inovações constantes.

A tecnologia tem grande importância no setor educacional e a prática pedagógica no uso da tecnologia mostra sua eficácia no processo de ensino e aprendizagem. Mas, os docentes e as instituições educacionais de ensino podem enfrentar diversos problemas com sua implantação no ambiente educacional e ao abordar a interdisciplinaridade no uso de tecnologias da informação, pois alguns são resistentes a mudanças, outros despreparados para enfrentá-la e uma outra parte não sabe por onde começar e como aplicar tudo isso no cotidiano escolar estas novas práticas pedagógicas no uso dessas tecnologias.

Os profissionais do meio educacional devem assumir um compromisso para que o docente possa apropriar-se da metodologia construída em torno da tecnologia, por meio da qual os discentes possam se apropriar do conhecimento e encontrarem seus caminhos isotrópicos, possibilitando-lhes participar deste ambiente escolar. Assim, constata-se a necessidade de a escola regular mudar seu paradigma educacional e oferecer oportunidades para que seus discentes possam se relacionarem uns com outros, desenvolvendo suas potencialidades, tendo um senso de inclusão e não sendo excluídos de sua educação ou pela sociedade. Ao se desenvolver um ambiente construcionista, contextualizado e significativo em que possa ser compartilhado por alunos e professores, leva-se a construção de um ambiente educacional que seja mais rico e dinâmico que propicia o desenvolvimento de um indivíduo mais crítico e um questionador constante das informações que lhe são apresentadas a todo instante. Implicando-se assim, fazê-lo compreender que muitas das informações que são veiculadas pelas mídias não são verdades absolutas, mas sim, uma aproximação da realidade, a partir do ponto de vista e da visão de mundo de quem as forneceu e por isso o senso crítico e questionador do indivíduo é muito importante e deve ser promovido pelo meio educacional.

As escolas a partir do momento da implantação destas novas tecnologias em seus ambientes educacionais, devem assumir a responsabilidade e o compromisso de investigar o se o quadro docente está preparado para absorver estas novas tecnologias. As instituições

devem assumir o papel de elevada importância em contribuir na capacitação de seus docentes para que os alunos possam fazer uso dessas tecnologias em seu dia-a-dia.

As dificuldades são muitas e os desafios são enormes, o que dificulta a implantação das TICs no ambiente educacional e apesar de tudo que está à nossa frente, não podemos nos dar ao luxo de ficar parados, tendo como pano de fundo o avanço tecnológico e ver isso tudo passar aos nossos olhos com perplexidade e não introduzirmos o seu uso na educação. A formação de docentes para transmitir as práticas pedagógicas estes conhecimentos de modo eficaz podem trazer resultados positivos na integração pedagógica das tecnologias digitais, mas isto, não é o suficiente, pois não há como impedir a evolução tecnológica de nossa educação e em virtude disso, há necessidade de preparação do profissional para lidar com essa evolução, pois nossa educação clama por melhorias e novos métodos que façam avançar a educação no país.

A tecnologia veio para contribuir com o aprendizado do aluno e não há dúvida de que ela possa auxiliar o docente. Mas, a falta de uma postura mais assertiva por parte dos nossos educadores, dos gestores educacionais e da comunidade científica em geral, acerca da utilização das TICs na educação, por isso, há uma barreira para promover o avanço dessas tecnologias no setor educacional.

A tecnologia vai além de sua função utilitária para se tornar um elemento integrante da experiência humana na era da globalização, seja na facilitação de tarefas diárias, na redefinição de interações sociais ou na transformação de práticas culturais e educacionais, a tecnologia é uma força motriz que molda nossa sociedade e compreender o seu papel transformador é crucial para adaptar-se e aproveitar ao máximo as oportunidades que ela oferece, garantindo assim, um equilíbrio entre a inovação e considerações éticas e sociais e no cenário contemporâneo, as TICs surgem como elementos transformadores, que redefinem as dinâmicas tradicionais e proporciona novos horizontes para a educação, enfatizando a importância de uma abordagem consciente e efetiva da tecnologia no ambiente educacional.

Um professor enfrenta muitos problemas no cotidiano no uso da tecnologia, além da falta de recursos, um espaço adequado, ainda enfrentam problemas para se aperfeiçoarem, são mal remunerados, e já lidam com salas cheias, assim, fica difícil lidar com o seu próprio desenvolvimento educacional, emocional e profissional. Hoje em dia é necessário pesar os fatos sobre a visão educacional, repensando a sua política, a carreira e aperfeiçoamento do profissional da educação, visto que não é fazendo um professor trabalhar mais durante a

semana que teremos uma educação de qualidade, mas em vez disso, devemos propor um debate junto à sociedade para que as políticas públicas possam levar o aperfeiçoamento da educação no país, integrando a tecnologia à vida educacional e social do aluno, mas sem esquecer que o professor é um ser humano, por isso, falho, pois não existe perfeição no ser humano, apenas amor à sua profissão, dedicação, suor e trabalho.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M. E. **Informática e formação de professores**. Brasília: Ministério da Educação, 1999.

VALENTE, J. A. **Por que o computador na Educação?** In VALENTE, J. A. (Org.), *Computadores e conhecimento: repensando a educação*. Campinas: Gráfica da Unicamp, 1993, p. 24-44.

_____, J. A. **Informática na educação: instrucionismo x construcionismo**. Manuscrito não publicado, Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied), Universidade Estadual de Campinas, 1997.

FAZENDA, I. **A Avaliação no pós-graduação sob a ótica da interdisciplinaridade**. In:

QUELUZ, A. G. (Org.). **Interdisciplinaridade: formação de profissionais da educação**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 23-28.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores**. Porto Alegre: Sulina, 2011.

UNESCO. **TIC na educação do Brasil** – Fonte:

<https://en.unesco.org/fieldoffice/brasil/expertise/digital-transformation-brazil> - Acessado em 30/10/2023.

CADERNOS PDE - **Os Desafios da Escola Pública Paranaense na Perspectiva do Professor**. 2013 - Versão On-line ISBN 978-85-8015-076-6

FREIRE, PAULO – **Pedagogia dos Oprimidos**. 1970 – Editora Paz e Terra

BROWN-L'BAHY, T. **Within and beyond the K-12 classroom. The social contexts of students' technology use**. In: VRASIDAS, C.; GLASS, G. V. (Ed.), *Preparing Teachers to Teach with Technology*. USA: Information Age Publishing Inc., 2005. p. 23-43.

CHAVES, E. **Tecnologia na educação**. 2004. Disponível em:

<https://cietenped.ufscar.br/submissao/index.php/2020/article/download/1180/865/>. Acessado em: 25/10/2023

FAZENDA, I. **A Avaliação no pós-graduação sob a ótica da interdisciplinaridade**. In:

J. A. **Informática na educação: instrucionismo x construcionismo.** Manuscrito não publicado, Núcleo de Informática Aplicada à Educação (Nied), Universidade Estadual de Campinas, 1997.

PEIXOTO, M. de A. P. ; BRANDÃO, M. A. G. B.; SANTOS, G. dos. **Metacognição e Tecnologia Educacional Simbólica.** Revista Brasileira de Educação Médica, Rio de Janeiro, v.29, n. 1, p. 67 80, jan. 2007.

QUELUZ, A. G. (Org.). **Interdisciplinaridade: formação de profissionais da educação.** São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2003. p. 23-28.

RÜDIGER, Francisco. **As teorias da cibercultura: perspectivas, questões e autores.** Porto Alegre: Sulina, 2011.

VALENTE, J. A. **Por que o computador na Educação?** In VALENTE, J. A. (Org.), Computadores e conhecimento: repensando a educação. Campinas: Gráfica da Unicamp, 1993, p. 24-44.

CONVIVÊNCIA ESCOLAR E TIPOS DE CONFLITO: uma análise bibliográfica da dinâmica interpessoal em ambientes educacionais

Mônica Alves de Carvalho¹⁰
Welliton Glayco da Fonseca¹¹

RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar a convivência escolar e os diferentes tipos de conflitos que podem emergir nos ambientes educacionais. A convivência saudável entre alunos, professores e funcionários é fundamental para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos alunos. Mas, os conflitos podem emergir de muitos fatores, tais como diferenças culturais, diferença de opinião e conflito entre indivíduos. Esta pesquisa analisa a importância da gestão de conflitos no ambiente escolar e apresenta estratégias e práticas para promover um ambiente de convivência mais harmonioso e construtivo. Diferentes tipos de conflitos, incluindo estruturais, de valores, relacionamentos, interesses e dados, também são discutidos, com exemplos específicos e sugestões de abordagens eficazes para cada tipo. Espera-se que esta análise contribua para uma compreensão mais profunda das questões de coexistência nas escolas e ajude a promover uma cultura de respeito, diálogo e resolução construtiva de conflitos em ambientes educativos.

Palavras-chave: Conflitos. Estudantes. Escola. Convivência escolar. Gestão de conflitos.

1 INTRODUÇÃO

Esse trabalho tem como objetivo analisar a convivência escolar e os diferentes tipos de conflito que podem surgir em ambientes educacionais. A convivência saudável entre os discentes, docentes e funcionários é fundamental para o desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes. No entanto, os conflitos podem surgir devido a uma variedade de fatores, como diferenças culturais, diferenças de opinião e divergências interpessoais.

A convivência escolar é parte essencial do desenvolvimento humano e do processo educativo. A forma como alunos, professores e demais membros da comunidade

¹⁰Pós-graduada em Clima Escolar e as Relações Interpessoais na Escola pela Faculdade Famart. E-mail: mrialves@yahoo.com.br

¹¹Professor orientador do estudo e do artigo. Professor dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduado em Ciências Sociais e Mestre em Administração.

escolar interagem afeta diretamente o ambiente de aprendizagem e o bem-estar emocional dos envolvidos. No entanto, em relacionamentos interpessoais complexos, os conflitos são inevitáveis. Assim, é importante entender como os conflitos acontecem no ambiente escolar, o porquê e quais são as suas possíveis causas.

Esta pesquisa busca analisar através da bibliografia de estudiosos da área, a importância da gestão de conflitos em ambientes escolares e oferecer estratégias e práticas baseadas nesse estudo para a promoção de um ambiente de convivência mais harmonioso e construtivo. Assim, abordar como diferentes tipos de conflito são discutidos, incluindo conflitos estruturais, de valores, de relacionamentos, de interesses e de dados, com exemplos específicos e sugestões de abordagens eficazes para cada tipo se faz importante.

Tem também o intuito de contribuir para uma compreensão mais profunda dos desafios da convivência nas escolas e promover uma cultura de respeito, diálogo e resolução construtiva de conflitos em ambientes educacionais. A coexistência escolar saudável vai além da mera convivência pacífica; trata-se de uma interação rica e positiva entre os membros da comunidade educacional. Em um ambiente de convivência positiva, valores como empatia, respeito mútuo e desenvolvimento socioemocional dos alunos florescem, criando um clima escolar propício ao aprendizado. Ortega (2009) concebe a convivência escolar como uma intrincada rede de relações interpessoais que permeiam todos os membros da comunidade escolar, abarcando processos de comunicação, sentimentos, valores, atitudes, papéis, status e poder.

Nesse contexto, conflitos surgem como parte natural das interações humanas. A compreensão desses conflitos é essencial para promover ambientes educacionais mais inclusivos e harmoniosos. Johnson e Johnson (2014) salientam que conflitos interpessoais são comuns nas escolas e frequentemente derivam de diferenças de personalidade, expectativas e interesses. Sua resolução eficaz requer habilidades de comunicação e empatia.

Este trabalho explora as diversas dimensões dos conflitos, começando pelos conflitos estruturais, que resultam de padrões de comportamento destrutivos, desigualdade de recursos e poder, fatores geográficos e pressões temporais. Em seguida, são abordados os conflitos de valor, desencadeados por diferentes critérios para avaliar ideias e comportamentos, objetivos intrinsecamente valiosos e diferenças culturais e ideológicas. Também são discutidos os conflitos de relacionamento, causados por emoções intensas, percepções equivocadas, comunicação inadequada e comportamento negativo repetitivo. Os

conflitos de interesse, resultantes da competição sobre interesses fundamentais, interesses procedimentais e interesses psicológicos, são igualmente examinados. Por fim, são explorados os conflitos quanto a dados, originados pela falta de informação, informações incorretas, percepções distintas sobre a importância dos dados, interpretações variadas e procedimentos de avaliação diferentes.

Portanto, esse trabalho busca analisar uma compreensão mais profunda dos conflitos presentes na convivência escolar, identificando suas origens e destacando a importância de promover abordagens éticas e democráticas na resolução desses conflitos, a fim de construir ambientes educacionais mais inclusivos e propícios ao aprendizado. Além disso, enfatiza a relevância do papel dos professores na promoção de uma convivência ética e democrática, destacando a necessidade de formação continuada para capacitá-los a lidar com os conflitos de forma construtiva e promover uma cultura de paz nas escolas.

2 DESENVOLVIMENTO

A coexistência escolar saudável não é apenas uma coexistência pacífica, mas uma interação rica e positiva entre os membros da comunidade educacional. Um ambiente de convivência positiva promove a empatia, o respeito mútuo e o desenvolvimento socioemocional dos alunos, contribuindo para um clima escolar propício ao aprendizado. Segundo Ortega:

“Em uma escola, a convivência é compreendida como uma rede de relações interpessoais que ocorre entre todos os membros da comunidade escolar e é nessa rede que se configuram processos de comunicação, sentimentos, valores, atitudes, papéis, status e poder.” (ORTEGA, 2009).

A convivência escolar pode ser afetada por diversos tipos de conflito que surgem em razão de diferenças interpessoais e culturais. A compreensão desses conflitos é fundamental para promover ambientes educacionais mais harmoniosos e inclusivos. Johnson & Johnson nos traz que:

"Conflitos interpessoais são comuns nas escolas e frequentemente surgem de diferenças de personalidade, expectativas e interesses. A resolução eficaz desses conflitos envolve a capacidade de comunicação e empatia entre os envolvidos." (Johnson & Johnson, 2014, p. X).

Para Moore (1998) os principais tipos de conflito que podem surgir na convivência escolar podem ser classificados como “...estruturais, de valor, de relacionamento de interesse e quanto aos dados.”

2.1 Conflitos estruturais

São causados por padrões destrutivos de comportamento ou interação; controle, posse ou distribuição desigual de recursos; poder e autoridade desiguais; fatores geográficos, físicos ou ambientais que impeçam a cooperação; pressões de tempo. (Moore, 1998. p.62).

Uma das principais causas do conflito estrutural reside no comportamento destrutivo e nos padrões de interação, tais como a comunicação ineficaz e os estereótipos prejudiciais. Esses padrões podem gerar conflitos. Além disso, a distribuição desigual de recursos, sejam eles financeiros, territoriais ou políticos, também é um fator fundamental. As diferenças na propriedade dos recursos conduzem frequentemente a tensões crônicas que exacerbam os conflitos estruturais. As desigualdades de poder e autoridade são outra razão importante. Tensões e disputas surgem quando um personagem dessa estrutura tem mais poder do que outras. Fatores geográficos, físicos e ambientais, como localizações geográficas desfavoráveis ou recursos naturais escassos, também podem desencadear conflitos estruturais e limitar a cooperação. Além disso, a pressão do tempo pode agravar estes conflitos, prejudicando a capacidade de negociar e tomar decisões racionais.

Portanto, os conflitos estruturais são complexos, multidimensionais e enraizados em diferentes fatores sociais e ambientais. Para abordar eficazmente estas questões é necessário um compromisso com a justiça, a igualdade e a cooperação para construir um futuro mais pacífico e equitativo para todos.

2.2 Conflitos de valor

Conforme Moore (1998, p. 62) conflitos de valores “São causados por critérios diferentes para avaliar ideias ou comportamentos; objetivos exclusivos intrinsecamente valiosos; modos de vida, ideologia ou religião diferente.” Os conflitos de valores são uma realidade inerente às sociedades pluralistas. Esses conflitos são frequentemente desencadeados por diferentes padrões de avaliação de ideias e comportamentos. Diferentes grupos sociais têm ideias diferentes sobre o certo e o errado, o que pode levar a mal-entendidos.

Além disso, os conflitos de valores surgem quando objetivos intrinsecamente valiosos colidem. Isto ocorre quando a busca da liberdade individual se opõe à necessidade

de segurança coletiva ou quando a justiça social entra em conflito com a liberdade econômica. Estes objetivos são muitas vezes considerados inegociáveis, alimentando antagonismos profundos.

As diferenças no estilo de vida, na ideologia e na religião são também fontes importantes de conflitos de valores. Uma sociedade pluralista possui múltiplas culturas e crenças, cada uma com a sua própria visão moral e ética. Estas diferenças podem criar tensões contínuas, especialmente quando as práticas de um grupo desafiam as crenças fundamentais de outro.

Para resolver eficazmente conflitos de valores, o diálogo aberto, a empatia e a compreensão são essenciais. Numa sociedade pluralista, aceitar e valorizar a diversidade de valores é fundamental para promover a coexistência pacífica e harmoniosa, permitindo a discussão construtiva e a resolução das diferenças.

2.3 Conflitos de relacionamento

Já os conflitos de relacionamento segundo Moore (1998, p. 62) “São causados por emoções fortes; percepções equivocadas ou estereótipos; comunicação inadequada ou deficiente; comportamento negativo – repetitivo.”

Os conflitos de relacionamento são inerentes à interação humana e podem surgir por vários motivos. Emoções fortes como raiva e ciúme estão frequentemente na raiz dos conflitos de relacionamento, levando a comportamentos impulsivos e mal-entendidos. A comunicação deficiente ou inadequada é um fator chave. A incapacidade de expressar sentimentos e necessidades de forma eficaz pode levar a mal-entendidos e prejudicar relacionamentos.

Com o tempo, comportamentos negativos repetidos, como críticas constantes, também podem desgastar relacionamentos, destruir a confiança e levar a conflitos mais frequentes e intensos.

Para lidar de forma construtiva com conflitos de relacionamento, é essencial administrar emoções, esclarecer os fatos, facilitar uma comunicação eficaz e quebrar padrões de comportamento prejudicial. Quando tratados com empatia e respeito, os conflitos podem ser uma oportunidade de crescimento e aprendizagem, fortalecendo relacionamentos em vez de enfraquecê-los.

2.4 Conflitos de interesse

Os Conflitos de interesse segundo Moore (1998, p. 62) “São causados por competição percebida ou real sobre interesses fundamentais (conteúdo); interesses quanto a procedimentos; interesses psicológicos.”

Os conflitos de interesses são comuns em muitas áreas da vida e são o resultado da competição percebida ou real entre diferentes interesses. Podem envolver-se por recursos financeiros escassos, questões processuais ou até mesmo benefícios psicológicos.

As disputas sobre recursos financeiros escassos, como dinheiro e poder aumentam quando as necessidades básicas são ameaçadas. As questões processuais que dizem respeito à forma como as decisões são tomadas e os processos são executados podem surgir quando as partes têm opiniões diferentes sobre como fazer as coisas. E comumente há conflitos relacionados a fatores como prestígio recebendo assim, os benefícios psicológicos que levam ao reconhecimento ou controle. Sendo que a busca da autoestima ou da imagem pública também pode afetar conflitos de interesses.

Para resolver com eficácia os conflitos de interesses é necessário promover a comunicação aberta, a transparência dos procedimentos e a empatia para compreender as necessidades e motivações das partes envolvidas. O reconhecimento destas dimensões pode ajudar a encontrar soluções democráticas e de interesse mútuo que conduzam a resultados mais satisfatórios em diferentes situações.

2.5 Conflito quanto aos dados

O conflito quanto aos dados para Moore (1998, p. 62) “São causados por falta de informação; informação errada; pontos de vista diferentes sobre o que é importante; interpretações diferentes dos dados; procedimentos de avaliação diferentes.”

Na era da informação, os conflitos relacionados com os dados tornaram-se uma realidade generalizada e complexa, tem uma importância crescente na sociedade atual.

Um dos principais motivos de conflitos de dados é a falta de informações confiáveis ou a presença de informações incorretas. Quando os dados são imprecisos ou tendenciosos, as decisões e análises baseadas em dados podem divergir significativamente.

Além disso, diferentes interpretações sobre a importância dos dados também são uma fonte comum de conflito. Dados que alguns consideram importantes podem não ser

considerados relevantes por outros. Estas diferenças podem levar a disputas sobre a utilização dos dados.

Diferentes pontos de vista sobre os dados também podem estimular o conflito. O preconceito pessoal, o contexto de utilização dos dados e os diferentes métodos analíticos podem levar a conclusões diferentes, dificultando o alcance de um consenso.

Outro fator conflitante são os diferentes procedimentos de avaliação. Diferentes métodos e caminhos de avaliação de dados podem levar a conclusões opostas, criando divergências sobre a abordagem correta.

Para resolver de forma positiva os conflitos de dados, é fundamental dar prioridade à qualidade e precisão dos dados, aumentar a transparência no levantamento e interpretação da informação e promover o diálogo aberto entre partes com diferentes perspectivas. Uma compreensão compartilhada dos procedimentos de avaliação também é fundamental para reduzir conflitos e tomar decisões informadas num mundo cada vez mais orientado por dados e informações.

Os conflitos são inerentes às relações humanas, não podemos considerar como problemas. Se pensarmos de tal forma, traremos que a resolução de tais situações com uma abordagem verticalizada e punitiva. Temos que melhorar o processo de humanização das relações e pensar no futuro de que tipo de sociedade nós queremos. Assim, devemos buscar uma convivência ética e democrática.

Por convivência ética devemos nos pautar por valores morais que estejam sempre presentes no nosso dia a dia. A convivência ética é baseada no respeito mútuo. Significa reconhecer e valorizar as individualidades e a autonomia. Tratar com respeito significa tratar os outros com consideração, cortesia e empatia. Essa convivência busca por justiça e igualdade, garantindo que não haja preconceito, discriminação ou tratamento injusto. Lembrando que a honestidade é o pilar para a convivência ética. Envolve ser verdadeiro em ações e gestos, evitando enganos, mentiras e fraudes. A honestidade promove confiança entre as pessoas e é essencial para relações saudáveis. Não podemos nos esquecer que a convivência ética também depende da responsabilidade por nossas ações e decisões, por solidariedade, mostrando compaixão e apoio aos outros nos momentos de necessidades. E também por diálogo, ouvindo atentamente as opiniões e perspectivas dos outros e empatia nos permitindo conectar emocionalmente com as experiências dos outros.

Para isso, os professores devem buscar uma formação continuada de forma a nutrir de conhecimentos para poder agir. Como bem nos mostra Luciene e Rafael que nos diz que “Parece-nos evidente que, para que possam intervir de forma adequada diante dos problemas cotidianos em que afloram atitudes violentas, é preciso, inicialmente, que aqueles que respondem pela educação tenham incorporado às suas identidades os valores morais que tanto desejamos, que transcendam o imediatismo e a superficialidade das normas sociais e convencionais e passam, assim, a ter como referência para o juízo moral os valores universalmente desejáveis. Dessa forma, não é possível prescindir da formação de qualidade para que os professores possam se imbuir desses valores, conseguindo manejar da melhor forma as situações de conflitos interpessoais na escola. Para essa finalidade, os conhecimentos teóricos e conceituais, por mais que essenciais, quando isolados não são suficientes.”

E por convivência democrática devemos defender valores vinculados aos diálogos, participação, cooperação, justiça, equidade, respeito, solidariedade e à diversidade. Reconhecer que uma sociedade democrática é composta por pessoas com diferentes perspectivas sendo que todos têm o direito de expressar suas opiniões e identidades. Todos os indivíduos devem ter igualdades de oportunidades, proteção legal e acesso a serviços e recursos independente de sua origem, gênero, orientação sexual, religião ou outra qualquer característica pessoal. Deve-se incentivar a participação ativa de todos com a prática de tolerância e do diálogo. Ninguém consegue aprender se tiver frustrações e medos ou com brigas e problemas.

3 CONCLUSÃO

Este artigo enfatiza a importância da convivência escolar saudável e da gestão eficaz de conflitos para o desenvolvimento educacional e socioemocional dos estudantes. Ao promovermos o diálogo, o respeito mútuo e a compreensão, é possível criar ambientes escolares mais harmoniosos e construtivos.

A convivência escolar é uma parte essencial do processo educativo, e como este trabalho demonstrou, está intrinsecamente ligada à gestão de conflitos. O desenvolvimento acadêmico e socioemocional dos estudantes é profundamente influenciado pela qualidade das interações entre discentes, docentes e demais membros da comunidade escolar. Este estudo

ressalta que, embora os conflitos sejam inevitáveis, eles podem ser abordados de maneira construtiva para promover ambientes de convivência mais positivos e enriquecedores.

A análise dos tipos de conflitos - estruturais, de valor, de relacionamento, de interesse e quanto aos dados - revelou a complexidade das dinâmicas interpessoais nas escolas. Esses conflitos podem surgir por uma variedade de razões, desde diferenças de opinião até desigualdades de poder, passando por mal-entendidos e emoções intensas. No entanto, este estudo demonstrou que a compreensão e a gestão adequada desses conflitos são cruciais para a promoção de uma convivência ética e democrática nas escolas.

A convivência ética, baseada em valores como respeito, honestidade, responsabilidade, solidariedade e empatia, é essencial para criar um ambiente escolar onde todos os membros da comunidade se sintam valorizados e respeitados. A convivência democrática, pautada no diálogo, participação, cooperação, justiça, equidade e respeito à diversidade, contribui para uma cultura escolar que promove a igualdade de oportunidades e a tolerância.

Os professores desempenham um papel fundamental na promoção desses valores e na gestão de conflitos de forma construtiva. No entanto, este estudo também destacou a necessidade de formação continuada para capacitar os educadores a lidar com os desafios da convivência escolar de maneira eficaz.

Assim, este trabalho oferece uma visão abrangente da convivência escolar e dos conflitos que podem surgir nesse contexto. Ele enfatiza a importância de promover ambientes educacionais mais inclusivos, éticos e democráticos, onde os conflitos são vistos como oportunidades de crescimento e aprendizado, e não como obstáculos. Espera-se que as estratégias e práticas apresentadas aqui inspirem escolas, professores e demais envolvidos na educação a trabalharem juntos para criar um ambiente escolar mais positivo e enriquecedor para todos. Afinal, uma convivência escolar saudável é essencial não apenas para o sucesso acadêmico, mas também para o desenvolvimento integral dos estudantes e para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

REFERÊNCIAS

CHRISPINO, Álvaro. Gestão do conflito escolar: da classificação dos conflitos aos modelos de mediação. *Ensaio: avaliação e políticas públicas em educação*, v. 15, n. 54, p. 11-28, 2007.

JOHNSON, D. W., & Johnson, R. T. (2014). *Gestão de conflitos: Ensinando alunos a solucionar conflitos*. Artmed.

MOORE, Christopher W. O processo de mediação: estratégias práticas para a resolução de conflitos. Artmed, 1998.

REY ALAMILLO, Rosario del et al. Convivencia escolar: fortaleza de la comunidad educativa y protección ante la conflictividad escolar. Revista interuniversitaria de formación del profesorado, 2009.

TOGNETTA, Luciene Regina Paulino; DAUD, Rafael Petta. Formação docente e superação do bullying: Um desafio para tornar a convivência ética na escola. Perspectiva, v. 36, n. 1, p. 369-384, 2018.

ALÉM DAS SALAS DE AULA: uma análise teórica do espaço escolar como cenário social.

Denilson José Damasceno¹²

Gabriela Araújo¹³

RESUMO

Este artigo propõe uma reflexão crítica sobre o papel do espaço escolar no sistema educacional contemporâneo, destacando sua importância não apenas como local de aprendizado acadêmico, mas também como ambiente vital para a socialização e formação integral dos estudantes. Reconhecendo os alunos como indivíduos ativos e integrantes da sociedade, com experiências e perspectivas próprias, a pesquisa enfatiza a necessidade de transformar o ambiente escolar em um espaço acolhedor e propício ao desenvolvimento de cidadãos capazes de conviver harmoniosamente em uma sociedade diversificada. O artigo busca elucidar aspectos do cotidiano escolar que influenciam diretamente na formação social e intelectual dos alunos. Através de uma análise detalhada, argumenta-se que as escolas devem transcender sua função tradicional de transmissão de conhecimento acadêmico, assumindo um papel mais ativo na formação social dos estudantes. Esta abordagem implica reconhecer e valorizar as vivências individuais dos alunos, integrando-as ao processo educativo e promovendo um ambiente de acolhimento e respeito às diferenças. O objetivo central do trabalho é instigar um debate sobre como o espaço escolar pode ser estruturado e utilizado para nutrir não apenas a mente, mas também as competências sociais e emocionais dos alunos.

Palavras-chaves: Escola. Formação. Socialização. Educação.

ABSTRACT

This article proposes a critical reflection on the role of school space in the contemporary educational system, highlighting its importance not just as a place of academic learning, but also as a vital environment for the socialization and comprehensive development of students. Recognizing students as active individuals and members of society, with their own experiences and perspectives, the research emphasizes the need to transform the school environment into a welcoming space conducive to the development of citizens capable of living harmoniously in a diverse society. The article seeks to elucidate aspects of daily school life that directly influence the social and intellectual formation of students. Through a detailed analysis, it is argued that schools must transcend their traditional role of transmitting academic knowledge, assuming a more active role in the social formation of students. This approach involves recognizing and valuing the individual experiences of students, integrating them into the educational process, and promoting an environment of acceptance and respect for differences. The central objective of the work is to instigate a debate on how the school

¹² Licenciado em História pela Universidade Estadual Vale do Acaraú, pós-graduado em Ensino da Filosofia pela Faculdade FAMART. E-mail: damascenodenilson92@gmail.com

¹³ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart –Itaúna-MG.

space can be structured and used to nurture not only the mind but also the social and emotional skills of students.

Keywords: School. Training. Socialization. Education.

1 INTRODUÇÃO

O espaço escolar, além de ser o palco tradicional de transmissão de conhecimento, desempenha um papel fundamental na formação integral dos estudantes. Neste contexto, surge a necessidade crítica de repensar o ambiente educacional, não apenas como um local de aprendizado acadêmico, mas como um cenário vital para a socialização e desenvolvimento dos indivíduos. Reconhecendo os estudantes não apenas como receptores passivos de informações, mas como participantes ativos da sociedade, esta pesquisa propõe uma reflexão sobre a transformação do ambiente escolar em um espaço acolhedor e propício ao florescimento de cidadãos capazes de conviver harmoniosamente em uma sociedade diversificada.

Este estudo visa instigar um debate aprofundado sobre como o espaço escolar pode ser estruturado e utilizado para nutrir não apenas a mente dos estudantes, mas também suas competências sociais e emocionais.

Diante da evolução das demandas sociais, surge a seguinte problemática: como o ambiente escolar pode ir além de sua função tradicional de transmissão de conhecimento acadêmico, desempenhando um papel mais ativo na formação social dos estudantes? Essa questão central busca explorar as possibilidades de a escola ser não apenas um local de instrução, mas um agente ativo na promoção do desenvolvimento holístico dos alunos.

Para abordar essa questão, este estudo adota uma análise teórica detalhada do cotidiano escolar, identificando elementos que influenciam diretamente na formação social e intelectual dos alunos. Ao examinar criticamente esses elementos, busca-se compreender como as escolas podem transcender sua função convencional, assumindo um papel mais significativo na construção de cidadãos socialmente conscientes e emocionalmente equilibrados.

A importância de repensar o espaço escolar reside na necessidade premente de criar um ambiente propício ao desenvolvimento integral dos estudantes. Valorizar as experiências individuais dos alunos e promover uma convivência respeitosa e inclusiva

torna-se crucial em um contexto social cada vez mais diversificado. Portanto, este estudo busca contribuir para a discussão e implementação de práticas educacionais que transcendam as fronteiras tradicionais da sala de aula, visando à formação de indivíduos preparados não apenas para o conhecimento acadêmico, mas também para a complexidade da sociedade contemporânea.

2 DESENVOLVIMENTO

Ao pensarmos sobre a escola, remetemo-nos primeiramente à ideia de sala de aulas com professores e alunos, e que é desta forma que se desenvolve o processo de ensino-aprendizagem. Costumamos deixar de lado o fato de que diversos aspectos interferem diretamente nesse processo educacional. Na maioria das vezes, quando somos levados a pensar sobre os problemas que interferem e dificultam o processo de ensino-aprendizagem, logo pensamos na didática e na forma como os professores ministram as aulas. Claro que não podemos excluir esses fatores, porém devemos pensar além e analisar outras razões que contribuem para essa “falha” no processo.

Se analisarmos a perspectiva do senso comum, compreenderemos que a escola é um local onde os indivíduos que a frequentam estão lá para aprender os conteúdos. Mas pensar a escola desta maneira é excluir a totalidade do seu papel. Além de ser um local de aprendizado intelectual, é principalmente um local de sociabilidade, ou seja, um espaço de construção social, onde diversas culturas e saberes estão situados. Ao colocar a escola como espaço de construção de conhecimento tanto educacional quanto social, devemos pensar no espaço físico da escola e de que forma esse espaço está contribuindo para esses processos.

A escola deve ser um local onde alunos e professores possam conviver de forma harmoniosa, pois é neste local que eles passam a maior parte dos seus dias. Desta forma, a escola deve contribuir e pensar em atividades que visem esse objetivo. Na medida em que se propõe aos alunos formas de interagir pacificamente e ajudar ao próximo, eles irão se construindo socialmente. Como podemos perceber em uma das competências da Base Comum Curricular Nacional (BNCC)¹⁴ (BRASIL, 2018)

¹⁴ A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) é um documento de caráter normativo que define o conjunto orgânico e progressivo de aprendizagens essenciais que todos os alunos devem desenvolver ao longo das etapas e modalidades da Educação Básica, de modo a que tenham assegurados seus direitos de aprendizagem e desenvolvimento, em conformidade com o que preceitua o Plano Nacional de Educação (PNE)

“Exercitar a empatia, o diálogo, a resolução de conflitos e a cooperação, fazendo-se respeitar e promovendo o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza.”

Desta forma, a escola, em todo o seu corpo docente e discente, deveria pensar em atividades que trabalhem essa socialização, tanto fora quanto dentro da sala de aula, ou seja, estimulando os professores a se atentarem para possíveis desavenças e suas causas. A utilização de momentos além da sala de aula, para refletir sobre os problemas sociais e que afetam a escola, são outras formas de estimular os alunos a terem compreensão sobre o próximo. De acordo com Solange Lucas Ribeiro (2004, p.104):

“Sendo assim, o espaço escolar é um constructo gestado por múltiplos interesse manifestos e ocultos que podem afetar a vida dos sujeitos, gerando inclusões e exclusões. É, portanto, um elemento significativo do currículo, aqui entendido em uma perspectiva mais crítica que contempla o conceito de currículo oculto, ou seja, normas e valores que, embora não estejam explícitos são, efetivamente, transmitidos pela escola.”

O sistema educacional, muitas vezes, proporciona momentos de cobranças por resultados que futuramente ocasionarão outros problemas, como pressão psicológica nos alunos, levando-os a desenvolverem transtornos psicológicos. Atualmente, o principal papel do currículo escolar é visar resultados, pois é o resultado que dá nome à educação, seja do município ou do estado, e esse “status” positivo que os resultados agregam. Então, buscaremos neste trabalho abordar um pouco sobre o meio escolar, enfatizando as relações entre os discentes e destes com o corpo escolar. Procuraremos analisar como o sistema educacional também pode contribuir para algumas problemáticas dentro da escola, com sua busca por resultados.

Partindo da premissa de discutir o espaço escolar e o sistema educacional, teremos como objetivo demonstrar de que forma a escola pode contribuir de forma positiva para a construção de um pensamento social e altruísta dos discentes e de que forma o corpo docente pode intervir positivamente na vida deles, levando em consideração as especificidades dos alunos.

2.1 O espaço escolar como um ambiente de socialização

Ao adentrarmos no debate sobre o sistema escolar, devemos analisa-la como um todo, estando atentando a relação entre aprendizado e sociabilidade. Se faz promissor uma escola aberta à sociabilidade dos alunos, devendo a escola buscar intervir de forma positiva

para que a sociabilidade se estabeleça em seus espaços. Partindo do pressuposto do papel que a escola deve estabelecer para com os seus discentes, alguns órgãos e digamos “documentos oficiais” colocam como deveria se dar. Como podemos ver no Estatuto da Criança e Adolescente (ECA¹⁵), na qual determina um capítulo para tratar direitos relacionados a educação, destacando destes o “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho.” (BRASIL, 1990, art. 53º)

Analisando o artigo 53 podemos perceber como atribuem um papel de construção social par a escola, que realmente é importante ser desenvolvido, pois depois do próprio lar a escola passa a ser um “segundo lar”. Trabalhar as relações sociais dentro da escola se faz importante pois dentro do espaço está situada diversas culturas, saberes, diversos indivíduos que se fazem únicos por suas diferenças. Cultivar o sentimento de respeito pelo outro se faz dentro desse contexto de entender que existem as diferenças de cada um, por isso outro artigo do Estatuto da Criança e Adolescente que vale destacar “Art. 58º. No processo educacional respeitar-se-ão os valores culturais, artísticos e históricos próprios do contexto social da criança e do adolescente, garantindo-se a estes a liberdade da criação e o acesso às fontes de cultura.” (BRASIL, 1990, art. 58º)

Colocando que a escola é esse espaço de pluralidade, partiremos para o contexto de enfatizar o dever desta na construção de atividades que visem a integração e o bem-estar daqueles que estão situados naquele local; sendo assim demonstrar com atividades dentro e fora da sala de aula podem contribuir para o crescimento altruísta dos alunos. Um aspecto bem importante é procurar romper com esse padrão de ensino que estimula o processo de aprendizagem e põem de lado o fato da afetividade.

De acordo com Rodrigues e Coelho (2017, p. 527):

“Vê-se que as escolas, quando estruturadas, seguem um padrão considerado ideal para estimular o ensino aprendizagem e isso transformou a escola em um espaço de angústias aumentadas que, associadas à angústias trazidas de casa, podem transformar a escola em um espaço de guerra, em detrimento de um espaço de conhecimento e afetividade. Temos nesta realidade, portanto, uma lacuna em aberto para a pesquisa das sociabilidades: o afeto!”

¹⁵ Instituído pela Lei 8.069 no dia 13 de julho de 1990, Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) é o conjunto de normas do ordenamento jurídico brasileiro que tem como objetivo a proteção integral da criança e do adolescente, aplicando medidas e expedindo encaminhamentos para o juiz. É o marco legal e regulatório dos direitos humanos de crianças e adolescentes.

Podemos assim perceber como muitas vezes a escola pode contribuir para que se ocorra conflitos dentro dela, procurar promover afetividade entre os que compõem a escola é o primeiro passo para que se possa alcançar um local ideal para a construção do aprendizado. Muitas vezes essa afetividade é colocada de lato em detrimento da busca por resultados positivos.

Desse modo se faz importante o diálogo e aproximação dos docentes para com o corpo escolar, fazendo com que esses se sintam acolhidos dentro de um espaço no qual estão inseridos diariamente. Contribuindo assim para o desenvolvimento do aluno, conforme Guimarães (2014, p.01) “Escola é uma importante ferramenta utilizada para educar, despertar e socializar o cidadão de forma que esse esteja apto a enfrentar algumas circunstâncias na vida, onde sua formação será de suma importância.”.

Procurar aproximar os alunos da escola é outro fator importante. É notório a desvalorização da educação por parte de um sistema tanto governamental como social, e isto acaba refletindo nos jovens que terminam por desvalorizar a educação e tratar a escola como uma obrigação, algo que se deve cumprir, porém por desprazer. O que ocasiona em alguns atos de conflitos, porém a escola ao invés de reprimir, deve na verdade buscar formas de fazer com que os alunos se sintam acolhidos, por isso deve se pensar no aspecto que o educador Paulo Freire (1996, p.15) coloca, que é o de respeitar os conhecimentos adquirido pelos alunos nas suas vivências:

“Por isso mesmo pensar certo coloca ao professor ou, mais amplamente, à escola, o dever de não só respeitar os saberes com que os educandos, sobretudo os da classes populares, chegam a ela – saberes socialmente construídos na prática comunitária – mas também, como há mais de trinta anos venho sugerindo, discutir com os alunos a razão de ser de alguns desses saberes em relação com o ensino de conteúdos”

Em respeito ao conhecimento dos alunos, o professor deve procurar mostrar que estes conhecimentos são tão importantes quanto os conteúdos didáticos, podendo fazer com que os alunos se sintam parte de algum local e importantes. Trazer aspectos da realidade deles para que assim através desses aspectos possam construir um conhecimento, podendo até ter relações com os conteúdos didáticos.

A escola sem dúvidas pode ser uma grande aliada na construção de cidadãos, como coloca a pedagoga Clara Rosani (2010, p.22) no seu trabalho de conclusão de curso “A escola é um espaço de convivência, onde através das relações e experiências diárias, a criança

passa a aprender e aceitar o ponto de vista dos demais, construindo relações de respeito e colaboração, eventos que refletirão na construção da autonomia”. Desta forma a escola contribui para o crescimento do conhecimento intelectual, como também o social.

2.2 Tornar o ambiente escolar um local acolhedor

A respeito do assunto discutido, podemos pensar formas de desenvolver esse papel social da escola, utilizando os saberes dos alunos socialmente construídos, colaborando assim para o crescimento social, altruísta e crítico, sobre os assuntos que fazem parte da realidade de todos. Como coloca Paulo Freire (1996, p.15), na sua obra pedagogia da autonomia:

“Porque não discutir com os alunos a realidade concreta a que se deve associar a disciplina cujo conteúdo se ensina, a realidade agressiva em que a violência é constante e a convivência das pessoas é muito maior com a morte do que com a vida? Por que não estabelecer uma necessária “intimidade” entre os saberes curriculares fundamentais aos alunos e a experiência social que eles têm como indivíduos? Por que não discutir as implicações políticas e ideológicas de um tal descaso dos dominantes pelas áreas pobres da cidade? A ética de classe embutida neste descaso?”

Abordar assim também através do conhecimento deste alunos e com eles, problemas sociais relacionado a meio-ambiente, violência, drogas, bullying, gênero, preconceitos, ou seja, desta forma fazer momentos de conscientização dos alunos, de aprimorar conhecimentos tão importante como os do livro didático e fazer mais ainda, desenvolver a muito enfatizada construção social. Promover assim rodas de conversas entre os alunos sobre os problemas sociais que os mesmo acham relevantes, seria de grande relevância metodológica . A escola deve também estimular um momento em que os alunos são os mediadores de conversas entre si, sobre assunto que contribuam para o crescimento, promovendo assim ainda, a integração e a sociabilização entre eles, levando-os a interagir e procurando de certa forma fazer com que eles possam perceber as diferentes opiniões que os cercam, convivendo pacificamente.

Como já colocado neste trabalho é importante a aproximação dos alunos ao ambiente escolar, por isso trabalhar meios que os alunos estão inseridos também é bastante relevante, como colocam Rodrigues e Coelho (2017, p.528-529):

“Um caminho possível para a democratização do espaço escolar e para tornar a escola mais próxima da realidade de estudantes adolescentes pode iniciar por trazer para dentro da escola, conteúdo da vida virtual, até mesmo para problematizar e

desconstruir preconceitos, a partir de casos “problema”, obtidos nas redes sociais a que estes estudantes têm acesso diário, pois estão quase sempre online.”

Eles apontam as redes sociais como um caminho para essa aproximação dos alunos e utilizando-a para discutirem com eles os conteúdos por esse meio. E é uma forma a ser pensada pelas escolas, já que vivemos em uma sociedade tecnológica, onde desde cedo as crianças têm acesso a celulares, notebooks e tablets.

Para além de momento como antes citados, é imprescindível que a escola também pense em momentos de integração entre os alunos para que assim possa contribuir para que ocorra uma convivência dentro do espaço escolar. Além da visão social, é importante que a escola estimule o espírito altruísta nos alunos, levando-os a pensar no próximo, podendo assim fazer com que estes trabalhem os aprendizados sobre os problemas sociais dentro da própria escola e com o próximo. Podendo assim utilizar o momento do intervalo para que se realize atividades visando essa integração entre eles, a atividade está sempre voltada para estimular o respeito ao próximo. A construção social e o espírito altruísta são valores indispensáveis para a formação escolar e cidadã.

Vale enfatizar o fato de que a escola também pode realizar momentos de formação para os professores, visando as temáticas sociais, mostrando a eles também possibilidades de se trabalhar em sala de aula. Demonstrando assim também que aspectos podem trabalhar e de que forma. Estimulando os professores a pensarem momentos de aulas que trabalhem a integração entre os alunos, como também momentos que discutam conteúdo através dos saberes dos alunos.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Ao concluir esta análise sobre o papel do espaço escolar na construção social dos alunos, torna-se evidente que a escola desempenha um papel multifacetado, indo além da mera transmissão de conhecimento intelectual. Os resultados desta pesquisa, embasada em uma análise teórica do cotidiano escolar, destacam a relevância de repensar a estruturação desse ambiente, visando não apenas o desenvolvimento acadêmico, mas também o crescimento integral dos estudantes.

O entendimento de que a escola é um espaço propício para fomentar competências sociais e emocionais essenciais é crucial. A exploração das teorias de diversos autores especializados enriqueceu nossas reflexões, proporcionando uma base sólida para compreender como a instituição educacional pode impactar positivamente a vida daqueles que a frequentam.

O alcance desta pesquisa vai além da teoria, buscando inspirar práticas efetivas. A escola, quando estruturada de maneira consciente, tem o potencial de ser um agente transformador na formação pessoal dos alunos. Ao promover o pensamento crítico sobre questões sociais, incentivar a interação e criar um ambiente acolhedor, ela se torna não apenas um local de aprendizado, mas um espaço vital para a construção social e emocional.

Estes resultados destacam a necessidade de reimaginar a escola como um ambiente que vai além dos bancos escolares, um local onde os alunos não apenas adquirem conhecimento acadêmico, mas também desenvolvem habilidades sociais fundamentais para uma convivência harmoniosa em uma sociedade diversificada. A promoção do respeito às diferenças e à individualidade de cada indivíduo surge como uma peça-chave para criar não apenas estudantes acadêmicos, mas cidadãos conscientes e compassivos.

Em última análise, esta pesquisa busca catalisar a transformação do ambiente escolar em um espaço dinâmico e enriquecedor, onde a construção social dos alunos se torna uma prioridade. Ao estimular a reflexão sobre o papel da escola na formação integral dos estudantes, almejamos contribuir para uma educação mais holística e impactante, capaz de moldar não apenas mentes brilhantes, mas também corações solidários, preparando os alunos para os desafios complexos e interconectados do mundo contemporâneo.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 16 jul. 1990. Disponível em: < https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm >. Acesso em: 22 dez. 2023

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: http://basenacionalcomum.mec.gov.br/images/BNCC_EI_EF_110518_versaofinal_site.pdf. Acesso em: 05 dez. 2023.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**/ Paulo Freire. ed. 25 – São Paulo: Paz e Terra, 1996. – (Coleção Leitura)

GUIMARÃES, Mario Neves et al. Escola: espaço de construção do conhecimento. **Anais VI FIPED**. Campina Grande: Realize Editora, 2014. Disponível em: <<https://186.227.201.58/artigo/visualizar/6358>>. Acesso em: 19 dez. 2023.

HAAG, Clara Rosani Jacobus. **A escola como espaço de socialização e sua contribuição na construção da autonomia moral**. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Pedagogia) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul. São Leopoldo, 2010. Disponível em: <http://hdl.handle.net/10183/35688>

RIBEIRO, Solange Lucas. Espaço Escolar: um elemento (in)visível no currículo. **Sitientibus**, Feira de Santana, n.31, p. 103-118, jul./dez. 2004. Disponível em: <https://doi.org/10.13102/sitientibus.vi31.7929> Acessado em: 28 nov. 2023.

RODRIGUES, Anderson Patrick. COELHO, Wilma de Nazaré Baia. Sociabilidades adolescentes na escola básica: estado da arte 2004-2013. **Educação**, Santa Maria, v. 42 , n. 3 , p. 521-534, set./dez. 2017. Disponível em: <https://doi.org/10.5902/1984644426670> Acessado em: 10 dez. 2023.

DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA FRENTE A FORMAÇÃO ACADÊMICA EM PEDAGOGIA

Edilene Santos da Silva¹⁶
Glaciane Moreira Franco¹⁷

RESUMO

O presente artigo tem como objetivo analisar de forma coesa os desafios pedagógicos que se impõem ao professor(a) que atua no AEE e como desenvolver suas atividades com alunos que dele necessitam, orientando aos pais dessas crianças que continuem o trabalho desenvolvido na escola pelos especialistas do AEE. A metodologia usada no desenvolvimento do artigo é de cunho bibliográfico citamos alguns autores como: Aranha (2006), Libâneo (2001), Freire (2017) que faz uma reflexão quando diz que no processo da educação deve haver um diálogo entre o educador e o educando, fortalecendo o laço entre professor(a) e aluno(a), entre outros, o artigo apresenta o método bibliográfico e tem abordagem qualitativa, fazendo uma exposição dos lugares de atuação do pedagogo que quebra paradigmas e atua fora de sala de aula atuando em diversos lugares como hospitais, casas de acolhimento entre outros. O artigo aborda o pedagogo como um profissional que atua também na coordenação pedagógica, que para desenvolver essa atividade ele tem que buscar uma especialização muitas vezes fora da instituição que concluiu a pedagogia, devido a deficiência do curso de pedagogia oferecido nas instituições de ensino superior do Brasil.

Palavras-chave: Papel do pedagogo. Coordenação pedagógica. Campo de atuação do pedagogo.

1 INTRODUÇÃO

A educação possui várias vertentes de atuação, essa múltipla forma de atuar caminha dentro da realidade de que a sociedade também está em constante mudança, sendo assim, a educação precisa se adaptar, se renovar, trazer para o cotidiano dos alunos novas formas de ensinar, trazendo novas dinâmicas para que este aprendizado possa ocorrer de forma integral.

Uma das vertentes da educação é a que chamamos de educação especial ou inclusiva, ou seja, trazer para a realidade da escola aquelas crianças que possuem necessidades especiais de aprendizado, além de necessidades físicas em muitos dos casos.

¹⁶ Pós-graduada em Coordenação Pedagógica pela Faculdade Famart. E-mail: edilenessouza@gmail.com

¹⁷ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Pedagogia. Especialista em Psicopedagogia. Mestra em Educação.

Um dos desafios da educação especial é a preparação do profissional que irá atuar com estes alunos, uma vez que a maioria possui formação em Pedagogia, sendo o Atendimento Educacional Especializado (AEE) adquirido em cursos de formação em ensino a distância (EAD) pagos pelos próprios educadores, faltando por parte dos governantes um investimento na carreira dos docentes.

Por sua importância, o objetivo deste artigo é analisar de forma coesa os desafios pedagógicos que se impõem ao professor(a) que atua no AEE, trazendo para a reflexão a importância de não apenas se ter o conhecimento, mas torná-lo em algo prático no dia-a-dia da escola e na vida dos pais de crianças com necessidades especiais.

Este artigo propõe discutir sobre ser professor na atualidade em relação a educação especial, assim como compreender como o Atendimento Educacional Especializado (AEE) é desempenhado com as crianças que dele necessitam.

Por ser um tema presente nos debates acadêmicos sobre formação de professores, o que justifica a escolha de tal tema é a reflexão sobre os desafios pedagógicos não apenas da educação especial, mas sim, até certo ponto da educação brasileira como um todo, pois tudo está relacionado entre si, não tem como destrinchar a educação, incorre-se no erro de privilegiar certas áreas em detrimento de outras.

A pesquisa será realizada de cunho bibliográfico, qualitativo onde podemos fazer uma análise de áreas da educação de acordo com alguns autores como a filósofa Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006) que usa métodos para conhecer a pedagogia enquanto ciência e José Carlos Libâneo (2001) que fala sobre a importância de atuação do pedagogo.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 A FORMAÇÃO PEDAGÓGICA E SUAS ÁREAS DE ATUAÇÃO

Pensar a pedagogia enquanto uma ciência ajuda na compreensão de que a mesma tem metodologias para estudar a educação e como é desenvolvido o processo da educação, sendo assim, para a filósofa Maria Lúcia de Arruda Aranha (2006) vai muito além de conhecer a realidade através de métodos, necessário se faz agir sobre a realidade.

Agir na realidade é compreender seu papel enquanto ciência multidisciplinar, pois preocupa-se em dialogar com outras ciências, fazendo do ato de educar uma ação que vai além do ambiente escolar, uma pedagogia que se faz não-escolar, mas dinâmica em sua

atuação, uma vez que se entende que o pedagogo não é apenas um professor, mas também um estudioso das ações educativas, que vão além do espaço escolar.

O pedagogo é comumente conhecido como aquele profissional que atua na educação infantil, também reconhecido como educador, mas se deve levar em conta a seguinte inquietação: como se dá o ato de educar? É somente dentro de uma sala de aula?

Há uma força no poder pedagógico que é exercido pelos vários agentes educativos, pois a ação do pedagogo ocorre em vários lugares, desde a escola, aos movimentos sociais, espaços hospitalares, empresariais, dentre outros. Além destes espaços, o pedagogo atua no campo da pesquisa sobre educação, sendo assim observa-se que seu trabalho é extenso e muitíssimo importante no desenvolvimento do ato de educar.

O pedagogo não atua somente com a docência, no espaço conhecido como sala de aula, mas seu campo de atuação se estende por outras áreas, sejam estas ligadas a educação ou não, mas acima de tudo, o que permanece é seu caráter educativo, pois seu trabalho está ligado a educação, seja ela formal (campo escolar) ou não formal (empresas e instituições).

Uma vez que se compreende que este espaço de atuação é extenso, um dos autores que contribuem para este entendimento é o professor José Carlos Libâneo (2001), posto que o mesmo afirma que há uma diversidade de práticas educativas, sendo assim, não se pode limitar o campo de atuação da pedagogia apenas ao ambiente de sala de aula, pois há vários lugares onde o conhecimento e o aprendizado podem ser construídos, sendo o trabalho do pedagogo desenvolvido também em áreas como a coordenação pedagógica, supervisão e inspeção escolar, além de outros campos multidisciplinares como o da pedagogia hospitalar, pedagogia empresarial, pedagogia social, dentre outros.

Para Libâneo (2001b), a sociedade é o campo de atuação do pedagogo, já que este não está limitado a atuar somente no ambiente escolar e “[...] a Pedagogia, ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional [...]” (LIBÂNEO, 2001b, p. 10), vai além da atuação docente e do ambiente escolar, atua em outros espaços que não fazem parte dos currículos de formação do pedagogo (LIBÂNEO, 2001b).

O educador Paulo Freire também contribui na compreensão de que a educação é ferramenta de liberdade, tanto para o aluno que aprende a argumentar e defender seu ponto de vista, do trabalhador que aprende sobre seus direitos e busca a mudança de vida através de uma melhoria em seu trabalho, do paciente em um hospital que compreende que tem

direito a um atendimento mais humanizado, sendo assim, se observarmos o trabalho de Freire (2017), cabe aos pedagogos enquanto educadores alterações nas situações de opressão, tornando os sujeitos da educação (alunos, trabalhadores, pacientes, equipe pedagógica, etc.) em peças importantes do processo educativo.

Em *Pedagogia do Oprimido*, sua principal obra de referência, Freire (2017) chama os educadores para a reflexão quando diz que no processo da educação deve haver um diálogo entre o educador e o educando, sendo assim, o pedagogo ao atuar em outras áreas, colabora com o aprendizado daqueles que estão ligados ao seu trabalho, ao mesmo tempo que também aprende para a vida ao ouvir as necessidades dos outros.

Os campos de atuação do pedagogo são diversos, pois este profissional além do ambiente escolar e das demais áreas citadas acima, como a pedagogia hospitalar, empresarial e social, atua também no campo da Educação Especial, na confecção de materiais pedagógicos para editoras, o trabalho com orientação educacional, na indústria de brinquedos, dentre outras áreas.

Não há uma única forma nem um único modelo de educação; a escola não é o único lugar em que ela acontece..., o ensino escolar não é única prática, e o professor profissional não é o seu único praticante. Em casa, na rua, na igreja ou na escola, de um modo ou de muitos, todos nós envolvemos pedaços da vida com ela: para aprender, para ensinar, para conviver, todos os dias misturamos a vida com a educação (BRANDÃO, 1981, p. 07).

A educação atua em vários espaços, sejam formais ou não-formais, nas palavras de Brandão, “misturamos a vida com a educação”, é uma relação com o meio em que vivemos, que parte do indivíduo e abrange toda a sociedade, “assim podemos concluir que o processo de Educação de um sujeito ocorre em toda a sua vida, seja ela formal, informal e/ou não formal viabilizando o seu desenvolvimento psicointelectual e sociocultural” (Lopes; Trindade; Candinha, 2009, p.18).

A educação abrange muitas áreas, os setores privados ou públicos, sendo assim, o(a) pedagogo(a) é o(a) estudioso(a) destas ações da educação que ocorrem no âmbito social, cultural e intelectual dos sujeitos que fazem parte de uma sociedade e que contribuem para o seu desenvolvimento (LOPES; TRINDADE; CANDINHA, 2009).

Atuando na Coordenação Pedagógica, o pedagogo desempenha papel importante ao prestar de maneira integrada, apoio a gestão escolar, professores, estudantes, famílias e com a comunidade, de modo a possibilitar a unidade do processo pedagógico.

Cabe também ao pedagogo no papel de coordenador pedagógico, desenvolver projetos que visam a integração da escola em todas as suas áreas, além de funções como garantir a formação continuada do corpo docente, assim como a observação da conexão entre teoria e prática, avaliando se tem havido realmente uma conexão entre o currículo proposto e a prática diária dos professores na sala de aula.

Dando continuidade ao entendimento sobre a formação pedagógica, a seguir a proposta é a reflexão acerca dos desafios que a coordenação pedagógica enfrenta, principalmente na falta de uma formação específica para o pedagogo atuar em áreas como a gestão, supervisão e a coordenação pedagógica, uma vez que as licenciaturas abarcam muitos conteúdos, não delimitando o ambiente de sala de aula e o ambiente da gestão educacional.

2.2 DESAFIOS DA COORDENAÇÃO PEDAGÓGICA

Hoje na educação percebe-se dois tipos de professores, os chamados especialistas: aquele professor que sua formação se dá em uma área específica, como em disciplinas como história, matemática, dentre outras; e o professor polivalente: licenciado em pedagogia, onde sua formação possibilita lecionar todas as disciplinas aos alunos da Educação Infantil e do 1º ao 5º ano, assim como a atuação em creches, o que pode ser visto conforme Gatti (2010) descreve:

Lembremos também que, historicamente, nos cursos formadores de professores esteve desde sempre colocada a separação formativa entre professor polivalente – educação infantil e primeiros anos do ensino fundamental – e professor especialista de disciplina, como também para estes ficou consagrado o seu confinamento e dependência aos bacharelados disciplinares. Essa diferenciação, que criou um valor social – menor/maior – para o professor polivalente, para as primeiras séries de ensino, e o professor “especialista”, para as demais séries, ficou histórica e socialmente instaurada pelas primeiras legislações no século XXI, e é vigente até nossos dias, tanto nos cursos, como na carreira e salários e, sobretudo, nas representações da comunidade social, da acadêmica e dos políticos, mesmo com a atual exigência de formação em nível superior dos professores dos anos iniciais da educação básica (GATTI, 2010, p. 1358,1359).

Esta distinção entre professores especialistas e polivalentes se dá desde as “primeiras legislações no século XXI”, sendo observado que o nível de exigências na formação docente nos cursos de Pedagogia é enorme quando avaliado os currículos das

instituições acadêmicas e que ocorre uma valorização precária destes professores polivalentes em relação aos professores especialistas, tanto na carreira quanto nas questões salariais.

Desvalorização que não se justifica, pois diante deste profissional formado em Pedagogia se encontra um currículo bem diversificado de conteúdos que vão além de disciplinas como português ou matemática, encontra-se conhecimentos como o filosófico, o histórico, o antropológico, o ambiental-ecológico, o psicológico, o linguístico, o sociológico, o político, o econômico, o cultural (Gatti, 2010), o que por si só justifica a importância destes profissionais.

Quanto a formação, Libâneo (2001) em 1992 apresentou no encontro em que participou da ANFOPE (Associação Nacional pela Formação do Profissionais da Educação) a sugestão de que o curso de Pedagogia deveria oferecer duas formações distintas, uma em Pedagogia (pensada aqui como ciência da educação) e outra em licenciatura para atuação docente.

Há então a necessidade desta formação diferenciada nos currículos propostos nas instituições acadêmicas, pois comumente os cursos são de duração de quatro anos em instituições federais e estaduais, sendo a situação mais séria quando se pensa nas instituições particulares, uma vez que o curso nestas instituições costuma ser de apenas três anos.

Segundo Libâneo (2001) a formação em pedagogia deveria ser separada entre o pedagogo *stricto sensu* (bacharelado) e o pedagogo *lato sensu* (licenciatura), pois “pedagogo é o profissional que atua em várias instâncias da prática educativa”, sendo assim está separação possibilitaria nos currículos do curso de pedagogia disciplinas voltadas para pesquisa ou para docência.

Libâneo (2001) ainda prossegue em seu discurso na diferenciação entre *stricto sensu* e o *lato sensu*:

O curso de Pedagogia deve formar o pedagogo *stricto sensu*, isto é, um profissional qualificado para atuar em vários campos educativos para atender demandas socio-educativas de tipo formal e não-formal e informal, decorrentes de novas realidades – novas tecnologias, novos atores sociais, ampliação das formas de lazer, mudanças nos ritmos de vida, presença dos meios de comunicação e informação, mudanças profissionais, desenvolvimento sustentado, preservação ambiental – não apenas na gestão, supervisão e coordenação pedagógica de escolas, como também na pesquisa, na administração dos sistemas de ensino, no planejamento educacional, na definição de políticas educacionais, nos movimentos sociais, nas empresas, nas várias instâncias de educação de adultos, nos serviços de psicopedagogia e orientação educacional, nos programas sociais, nos serviços para a terceira idade, nos serviços de lazer e animação cultural, na televisão, no rádio, na produção de

vídeos, filmes, brinquedos, nas editoras, na requalificação profissional etc. (LIBÂNEO, 2001, p. 30,31).

Libâneo relata em seu livro a importância da formação pedagógica, chamando a atenção para os vários espaços de atuação em que o profissional formado em pedagogia pode se inserir, uma vez que o curso contempla um currículo vasto e que o mesmo não fica restrito tão somente a questão da docência, mas atuando também na gestão, supervisão e coordenação pedagógica.

Oliveira (2010) em seu trabalho de mestrado, reforça em seu artigo sobre “Políticas educacionais na formação da professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental em cursos de licenciatura”, que:

Professores de um curso de Pedagogia apontaram sua preocupação com a resistência das alunas em relação ao exercício da docência, demonstrando que a amplitude na formação é incorporada pelas alunas como uma possibilidade de sair da sala de aula, ao invés de ser um caminho para potencializar a prática de ensino (OLIVEIRA, 2010, p. 247).

A escolha pelo campo da educação muitas vezes se dá pela vontade que a pessoa tem de ser professor ou professora, mas além do cansaço gerado por tantos conteúdos diferentes e daqueles que optam por atuar em outros campos da educação, há de se levar em conta também os estudantes que acabam por desistir do curso ou pedem transferência para outros cursos quando são confrontados por tantas disciplinas.

Libâneo (2001) ainda afirma a separação que deveria haver entre a pedagogia enquanto docência e a pedagogia como “ciências da educação” como é descrito em outros países.

[...] As novas realidades estão exigindo um entendimento ampliado das práticas educativas e, por consequência, da pedagogia. Além disso, no mundo inteiro existem cursos específicos de Pedagogia (em alguns lugares denominados “ciências da educação”) distintos dos cursos de formação de professores. [...] É em boa parte por isso que a licenciatura para formação de professores de 1º a 4º passou a ser chamada inadequadamente de pedagogia. [...] A pedagogia é uma reflexão teórica a partir e sobre as práticas educativas. Ela investiga os objetivos sociopolíticos e os meios organizativos e metodológicos de viabilizar os processos formativos em contextos socioculturais específicos (LIBÂNEO, 2001, p. 6,7).

Para que o professor ou a professora possa dar conta de todo conteúdo proposto ou pelo menos trabalhar estes conteúdos com mais segurança, a formação deveria ser mais específica, voltada para a docência, visto que a pedagogia é um campo amplo de estudo,

corre-se o risco de que os currículos estabelecidos nos cursos de pedagogia pautem para ambos os lados, ou ocorra de que o lado científico da formação sobreponha o lado docente, ou vice-versa.

Uma formação distinta possibilitaria que o profissional tivesse diante de si as ferramentas corretas para o desenvolvimento do seu trabalho, sabendo separar a docência da área de gestão, supervisão e coordenação pedagógica.

Segundo Gatti e Barreto um pouco mais da metade dos alunos que adentram aos cursos superiores na área de licenciatura em Pedagogia buscam ser professores, conforme esta pesquisa que levou em consideração como “base para o estudo o questionário socioeconômico do Exame Nacional de Cursos (ENADE, 2005)”, dos 137.001 sujeitos analisados,

[...] quando os alunos das licenciaturas são indagados sobre a principal razão que os levou a optar pela licenciatura, 65,1% dos alunos de Pedagogia atribuem a escolha ao fato de querer ser professor, ao passo que esse percentual cai para aproximadamente a metade entre os demais licenciandos (GATTI; BARRETTO, 2010, p. 1361).

Pode ser observado que a demanda por uma formação distinta se faz necessário, pois muitos que entram no curso de Pedagogia só descobrem o que querem dentro do curso à medida que o curso está em andamento, à medida que são confrontados pelas mais diversas disciplinas, compreendem a extensão da formação e muitos até trocam de curso.

A distinção entre docência e especialistas é nítida, porque não contempla uma formação que atenda às suas necessidades em formações separadas, ao invés da sobrecarga de conteúdo, que possibilita até mesmo a desistência de muitos dos cursos de Pedagogia.

Libâneo juntamente com Pimenta (2011) traz à lembrança as ambiguidades que possuía o curso de Pedagogia, ao escreverem que em 1939, quando da criação do curso, ele se destinava principalmente a formar bacharéis, ou seja, aqueles que eram conhecidos como os “técnicos em educação” e que a formação se dava no processo conhecido como 3+1, “com blocos separados para o bacharelado e a licenciatura” (Libâneo; Pimenta, 2011), onde três anos era a formação do bacharelado e mais um ano para a licenciatura.

Ainda no texto de Libâneo e Pimenta (2011), os autores descrevem que na trajetória do curso de Pedagogia, o Parecer nº 252 de 1969 definiu a estrutura do curso, algo que durou até a promulgação da Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1996, estabelecendo qual seria a função principal desse curso: “formar professores para o ensino normal e especialistas

para as atividades de orientação, administração, supervisão e inspeção no âmbito das escolas e sistemas escolares” (Libâneo; Pimenta, 2011).

O Parecer nº 252 de 1969 sofreu muitos ataques por trazer uma concepção tecnicista ao curso de Pedagogia, mas ao mesmo tempo Libâneo e Selma Garrido (2011), descrevem que este formato de formação de professores, trazia em seu currículo mínimo uma formação comum a todas as habilitações e outra formação diversificada, ficando a cargo do aluno a escolha do que iria cursar. “Consolidava-se, assim, a ideia de formação específica de técnicos em educação definindo o exercício profissional do pedagogo não docente” (Libâneo; Pimenta, 2011).

Devido ao fato dos cursos de Pedagogia carregarem uma bagagem de conteúdos extensos, principalmente conteúdo dos estudos disciplinares das áreas das metodologias, tais como metodologia de português, matemática, história / geografia, artes, ciências, dentre outras, a atuação do especialista se perde dentre tantos temas obrigatórios a formação docente.

Muitos pedagogos se perguntam hoje: onde estão os especialistas de planejamento da educação, administração de sistemas, gestão escolar, formulação de políticas públicas para a educação, avaliação educacional e avaliação da aprendizagem, pesquisa pedagógica específica etc.? (LIBÂNEO; PIMENTA, 2011, p. 30).

Da formação enquanto especialista advém também a importância do pedagogo para a organização do espaço escolar enquanto supervisor, hoje chamado de Especialista em Educação Básica (EEB) em Minas Gerais, ao mesmo tempo que leva a refletir sobre a ação do pedagogo dentro dos espaços não-escolar, trabalho que demanda disciplinas de teor mais técnico, uma vez que este tipo de atuação envolve aspectos como gestão de pessoas e projetos educacionais específicos.

Pensar a pedagogia enquanto uma ciência ajuda na compreensão de que a mesma tem metodologias para estudar a educação, conforme dito acima, em disciplinas escolares e o processo da educação que se desenvolve através do trabalho dos especialistas, que aprofundam o entendimento sobre questões relacionadas à gestão e a supervisão escolar.

Além da formação voltada para as questões específicas relacionadas ao cotidiano escolar, o especialista carrega consigo as questões técnicas que colaboram para o desenvolvimento do trabalho.

O pedagogo não é apenas um professor, mas também um estudioso das ações educativas, pois a ação do pedagogo ocorre em vários lugares, desde a escola, aos movimentos sociais, espaços hospitalares, empresariais, dentre outros, pois os pedagogos,

São os especialistas que se dedicam às atividades de pesquisa, documentação, formação profissional, gestão educacional, orientação pedagógica, animação sociocultural, formação continuada em empresas, escolas e em outras instituições. [...] Quanto ao aspecto educativo, diz respeito à atividade de educar propriamente dita, ou seja, a relação educativa entre os agentes do ensinar e aprender, envolvendo objetivos, meios de educação, metodologias e formas de instrução (LOPES; TRINDADE; CANDINHA, 2009, p. 17,18).

Esta dimensão da atuação do pedagogo faz com que seja necessária uma busca pela sua identidade enquanto profissional, pois a construção desta identidade possibilita que o mesmo deixe de ser visto tão somente como o profissional ligado à sala de aula. Conforme Iria Brzezinski,

Admite-se que a identidade profissional é uma identidade coletiva porque ela vai se delineando na teia das relações sociais e incorpora a cultura do grupo social e das relações do mundo produtivo nos qual o profissional está inserido. No caso do pedagogo tal como o professor, as relações de trabalho se estabelecem no interior da escola, no contexto da comunidade à qual a escola pertence, mas também no extramuros institucional, visto que o pedagogo, por força de lei brasileira em vigor, atua também em espaços não escolares onde ocorre o ato educativo (BRZEZINSKI, 2001, p. 122).

A ação do pedagogo é múltipla, posto que o mesmo dialoga com outras áreas de conhecimento e com outros profissionais. Para Libâneo (2001), a sociedade é o campo de atuação do pedagogo, já que este não está limitado a atuar somente no ambiente escolar e “[...] a Pedagogia, ciência que tem a prática social da educação como objeto de investigação e de exercício profissional [...]” (p. 10), por isso o pedagogo precisa demonstrar que sua atuação é necessária em áreas como a gestão, supervisão e a coordenação pedagógica.

3 CONCLUSÃO

Com excelência, tanto quanto em sala de aula ou em hospital ou ainda em uma casa de acolhimento, entre outros.

Trazemos alguns autores como, Aranha (2006), Libâneo (2001), Freire

Neste artigo identificamos os questionamentos que são feitos diante a profissão do pedagogo tornando-se em desafios sua atuação. Os pedagogos enfrentam desde sua

formação acadêmica que deixa a desejar por não abordar todas as áreas pela qual o profissional pedagogo pode atuar, como deixando de preparar os discentes para trabalhos fora de sala de aula como por exemplo a coordenação pedagógica tendo assim que buscar uma faculdade que ofereça especialização específica em cada área.

Na academia toda a formação pedagógica é voltada para a sala de aula, para atender apenas crianças da educação infantil ao ensino fundamental anos iniciais, como se não houvesse outra possibilidade de desenvolver o trabalho do pedagogo, ficando como única opção a sala de aula.

Vimos ainda que o pedagogo é um profissional versátil que pode atuar não apenas em sala de aula, mas também em hospitais, movimentos sociais em outros, atingindo o objetivo do artigo que é analisar de forma coesa os desafios pedagógicos. O educador pedagogo atua na AEE desenvolvendo seu trabalho (2017), que fortalece a nossa pesquisa bibliográfica que teve abordagem qualitativa. Os autores citados no artigo fortalecem a ideia do pedagogo como um profissional que atua em diversas áreas fora de sala de aula, por sua necessidade de desenvolver atividades que ajudem as instituições a um trabalho humanizado, de respeito e de troca mútua do aprendizado.

Em suma, identificamos que o pedagogo pode e deve atuar desde a sala de aula, hospitais, centros comerciais, além de ser um pesquisador, e que desenvolverá suas atividades com êxito.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANHA, Maria Lúcia de Arruda. *Filosofia da Educação*. 3º ed. rev. e ampl. São Paulo: Moderna, 2006. 328 p.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. *O que é educação*. 2ª edição, São Paulo: Brasiliense, 1981.

BRZEZINSKI, Iria. Pedagogo: delineando identidade(s). *Revista UFG, Pró-reitoria de Extensão e Cultura da Universidade Federal de Goiás (PROEC)*, Ano XIII, nº 10, p. 120-132, jul. 2011.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017. 253 p.

GADOTTI, Moacir. *Boniteza de um sonho: ensinar-e-aprender com sentido*. Novo Hamburgo: Feevale, 2003.

GATTI, Bernardete Angelina. Formação de Professores no Brasil: características e problemas. *Revista Educação & Sociedade*, Campinas, v. 31, n. 113, p. 1355-1379, out.-dez. 2010.

GATTI, Bernardete Angelina.; BARRETTO, Elba Siqueira de Sá. Professores: aspectos de sua profissionalização, formação e valorização social. Brasília, DF: UNESCO, 2009. (Relatório de pesquisa).

LIBÂNEO, José Carlos. *Pedagogia e pedagogos: inquietações e buscas*. Educar, Curitiba, n. 17, p. 153-176. 2001. Editora da UFPR.

_____. *Pedagogia e pedagogos, para quê?* 4. ed. São Paulo: Cortez, 2001.

LIBÂNEO, José Carlos, PIMENTA, Selma Garrido. A formação dos profissionais da educação: visão crítica e perspectivas de mudança. In: PIMENTA, Selma Garrido (Org.). *Pedagogia e pedagogos: caminhos e perspectivas*. 3. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

LOPES, Izolda (Org.); TRINDADE, Ana Beatriz; CANDINHA, Márcia Alvim. *Pedagogia Empresarial: formas e contextos de atuação*. 3º Edição. Rio de Janeiro: Wak Editora, 2009.

OLIVEIRA, Leandra Martins de. Políticas educacionais na formação da professora dos anos iniciais do Ensino Fundamental em cursos de licenciatura. *Revista Ensaio: Avaliação e Políticas Públicas em Educação*, Rio de Janeiro, v. 18, n. 67, p. 235-252, abr.-jun. 2010.

PSICOPEDAGOGIA NO CENÁRIO EDUCACIONAL

CONTEMPORÂNEO: uma investigação bibliográfica sobre sua evolução e contribuições, com reflexões interdisciplinares

Jéssica Oliveira Torres¹⁸
Pauliane Aparecida de Moraes¹⁹

RESUMO

Este artigo realiza uma revisão bibliográfica sobre a Psicopedagogia, destacando sua importância na educação. Autores como Almeida, Gonçalves, Aragão, Cassiani, Souza, Pacheco, Menezes e Peres oferecem perspectivas valiosas sobre temas como a função da escola na aprendizagem e a crise de aprendizagem no sistema educacional. A Psicopedagogia, como disciplina interdisciplinar, concentra-se no processo de aprendizagem, propondo estratégias para superar dificuldades. Sua definição abrange a ciência que investiga as características da aprendizagem humana, com abordagens clínica e preventiva. A evolução histórica da Psicopedagogia, desde sua origem na Europa até sua consolidação no Brasil, é discutida. Teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon contribuem para a compreensão do processo de aprendizagem infantil. A Psicopedagogia destaca-se como aliada na formação de cidadãos críticos, promovendo parcerias com professores para superar dificuldades de aprendizagem. A relação do psicopedagogo com o professor, escola e família ressalta a interdependência desses atores na promoção da aprendizagem. O artigo evidencia que a Psicopedagogia desempenha um papel transformador, identificando, tratando e prevenindo dificuldades de aprendizagem, promovendo uma abordagem holística e colaborativa para o desenvolvimento integral dos alunos.

Palavras-chave: Psicopedagogia. Aprendizagem. Intervenção. Educação.

1 INTRODUÇÃO

O presente artigo propõe uma análise aprofundada do papel desempenhado pela Psicopedagogia no cenário educacional contemporâneo, abordando sua evolução histórica e contribuições para a compreensão e enfrentamento dos desafios presentes na promoção da aprendizagem efetiva. Por meio de uma revisão bibliográfica criteriosa, exploraremos as perspectivas de renomados autores, tais como Almeida, Gonçalves, Aragão, Cassiani, Souza, Pacheco, Menezes e Peres.

¹⁸ Pós-graduanda em Psicopedagogia Clínica e Institucional pela Faculdade Famart. E-mail: jblessdesign@gmail.com.

¹⁹ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestra em Educação.

O objetivo primordial desta pesquisa consiste em analisar e contextualizar a atuação da Psicopedagogia, considerando sua trajetória histórica, embasamento teórico e os desafios contemporâneos no âmbito educacional.

Como a Psicopedagogia se posiciona diante das complexidades inerentes ao sistema educacional atual? De que maneira ela contribui para a compreensão e superação dos desafios, promovendo uma aprendizagem efetiva entre os educandos?

Para alcançar os objetivos propostos, optamos por uma abordagem de revisão bibliográfica, selecionando obras relevantes que abordam a Psicopedagogia e sua evolução ao longo do tempo. Autores como Almeida, Gonçalves, Aragão, Cassiani, Souza, Pacheco, Menezes e Peres foram escolhidos pela relevância de suas contribuições teóricas.

A compreensão aprofundada da Psicopedagogia revela-se crucial para profissionais da educação e pesquisadores, proporcionando uma abordagem mais abrangente e eficaz diante dos desafios contemporâneos da aprendizagem. Este estudo busca contribuir para a construção de uma base sólida de conhecimento sobre a Psicopedagogia, destacando seu impacto e relevância no contexto educacional.

2 DESENVOLVIMENTO

Este estudo realiza uma revisão bibliográfica para fundamentar a pesquisa, explorando diversas produções acadêmicas relacionadas à Psicopedagogia e seu papel crucial na educação. Autores como Almeida, Gonçalves, Aragão, Cassiani, Souza, Pacheco, Menezes e Peres oferecem perspectivas valiosas sobre a importância dessa disciplina no contexto educacional.

Almeida (2010) destaca a função da escola em garantir a melhor aprendizagem possível, incentivando uma mentalidade crítica entre as crianças. Gonçalves (2007) aborda a complexidade da análise do desenvolvimento da Psicopedagogia no Brasil, especialmente nas instituições de saúde e educação pública e privada. Aragão (2010) sublinha a importância do Psicopedagogo na busca por soluções para as dificuldades de aprendizagem, enquanto Cassiani (2009) ressalta seu papel na orientação dos professores e no diagnóstico das dificuldades apresentadas pelos alunos.

Souza (2013) explora os problemas de aprendizagem como temas instigantes, enfatizando a necessidade de pesquisa psicopedagógica para compreender e superar essas

dificuldades. Pacheco (2015) destaca a atuação bem-sucedida da Psicopedagogia nas instituições, transformando as dificuldades de aprendizagem no ambiente escolar. Menezes (2011) aponta a crise de aprendizagem no sistema educacional contemporâneo, ressaltando o aumento de alunos com dificuldades e a contribuição essencial da Psicopedagogia.

Finalmente, Peres (2007) destaca o crescente interesse na Psicopedagogia, incentivando a investigação da prática do professor-psicopedagogo. A autora conclui que é fundamental que o profissional esteja atento não apenas às dificuldades, mas também às possibilidades dos alunos, considerando tanto os fatores internos quanto externos à instituição que podem influenciar o desenvolvimento educacional. Essa revisão bibliográfica proporciona uma base sólida para a pesquisa, demonstrando a relevância da Psicopedagogia na compreensão e enfrentamento dos desafios educacionais contemporâneos.

2.1 DEFINIÇÃO DE PSICOPEDAGOGIA

A Psicopedagogia, como disciplina interdisciplinar, focaliza a compreensão e resolução dos desafios associados à aprendizagem. Essa área de estudo abrange diversos campos, como Psicologia, Pedagogia, Psicanálise, Linguística, Fonoaudiologia e Medicina.

Segundo Picetti e Marques (2016), a Psicopedagogia concentra-se no processo de aprendizagem, propondo estratégias para superar as dificuldades. Já Anjos e Dias (2015) destacam seu papel na resolução de conflitos relacionados à aprendizagem, utilizando abordagens individual e coletiva.

Bossa (2000) define a Psicopedagogia como a ciência que investiga as características da aprendizagem humana, visando identificar, tratar e prevenir alterações no processo de aprendizagem. O trabalho psicopedagógico divide-se em abordagens clínica e preventiva.

No trabalho clínico, o psicopedagogo reconhece sua subjetividade ao estudar outros sujeitos, conforme destaca (FERNÁNDEZ, 1991). A prática clínica, aliada à construção teórica, é essencial para a Psicopedagogia. O aprendizado é percebido como um processo inconsciente, moldando a maneira como cada indivíduo se aproxima do conhecimento.

Ao explorar as diversas facetas da aprendizagem, a Psicopedagogia emerge como um instrumento vital na compreensão e superação dos desafios educacionais. A abordagem

clínica, aliada à construção teórica, ressalta a importância do psicopedagogo na promoção de estratégias eficazes para a aprendizagem, contribuindo para a formação de sujeitos autônomos e competentes.

2.2 EVOLUÇÃO DA PSICOPEDAGOGIA EM ÂMBITO GLOBAL E NO CONTEXTO BRASILEIRO

A Psicopedagogia, originada no século XIX na Europa, surgiu em resposta ao agravamento dos problemas de aprendizagem, coincidindo com a ascensão do capitalismo industrial e a transição do regime monárquico para a supremacia burguesa (BOSSA, 2000). O crescimento industrial e tecnológico, contudo, relegou os ideais burgueses de igualdade entre as classes, levando à criação de duas classes distintas: operários e empresários. Esse cenário gerou a necessidade de justificar as disparidades sociais, impulsionando a busca por explicações científicas.

No século XIX, teorias científicas, notadamente a evolucionista de Charles Darwin, integraram as ciências naturais, humanas e sociais, direcionando a atenção para o estudo do corpo humano pela Psicologia. A Psicopedagogia emergiu com escolas realizando testes para compreender as variações no rendimento dos alunos.

No período de 1904 a 1908 testemunhou o surgimento das primeiras consultas médico-pedagógicas, visando encaminhar alunos para classes especiais. No final do século XIX, a equipe médico-pedagógica, originada da neuropsiquiatria infantil, começou a abordar problemas neurológicos associados à aprendizagem. A conhecida psiquiatra Maria Montessori introduziu um método "sensorial" de alfabetização, inicialmente para crianças retardadas, posteriormente estendido a todas as crianças, persistindo em muitas escolas.

Em 1946, os Centros Psicopedagógicos surgiram, visando tratar comportamentos inadequados de crianças, unindo Psicologia, Psicanálise e Pedagogia. A medicalização dos estudos neurológicos e psiquiátricos, inicialmente centrados em hospícios, infiltrou-se nas escolas, classificando crianças com dificuldades de aprendizagem como "anormais".

A psicopedagoga francesa Janine Mery, em 1948, definiu a "Pedagogia Curativa" como terapêutica para crianças desadaptadas, introduzindo-a no Centro de Psicopedagogia de Estrasburgo. O tratamento psicopedagógico, conforme Paín, visa o desaparecimento do

sintoma, permitindo que o sujeito aprenda normalmente, enfatizando sua relação com a aprendizagem.

No Brasil, a Psicopedagogia surgiu na década de 70, influenciada por teorias argentinas associadas à "disfunção cerebral mínima" (DCM) (BOSSA, 2000). Com a atribuição do rótulo de DCM a 40% das crianças na escola, a Psicopedagogia encarou desafios sociopedagógicos. A década de 80 trouxe uma perspectiva de "ensinagem", transferindo o fracasso escolar ao sistema educacional, particularmente afetando crianças de classes pobres.

A Psicopedagogia, inicialmente centrada na clínica, incorporou uma abordagem preventiva nas escolas. Os cursos de especialização no Brasil, a partir do final dos anos 70, buscaram soluções para as dificuldades de aprendizagem, inspirados em modelos médicos. Atualmente, a Psicopedagogia brasileira destaca-se pela abordagem terapêutica, enfocando aspectos afetivos da aprendizagem e evoluindo para reflexões sobre a identidade e papel do psicopedagogo no contexto escolar.

2.3 IDEIAS SOBRE O PROCESSO DE APRENDIZAGEM

O profissional de Psicopedagogia deve possuir uma compreensão aprofundada sobre o processo de aprendizagem infantil, considerando diversos fatores. Lakomy (2008, apud Bioti, 2014) destaca a importância da maturação biológica, conhecimento de mundo, construção da linguagem, interação social e afetividade nesse processo. Além da maturação biológica, outros aspectos também são cruciais para o desenvolvimento da inteligência e aquisição do conhecimento.

Segundo Bioti (2014), Piaget contribuiu significativamente com sua teoria da epistemologia genética, alterando a concepção de criança como desprovida de experiências. Skinner, por sua vez, desenvolve a teoria comportamental behaviorista, enfatizando a relação entre estímulo e resposta, preconizando um ensino mecânico.

A teoria de Vygotsky destaca a importância do ambiente externo e dos fatores culturais na construção do conhecimento, enfatizando a mediação como instrumento fundamental no processo de aprendizagem. Wallon, por sua vez, desenvolve a teoria da pessoa completa, associando afetividade e inteligência no desenvolvimento infantil.

É crucial que o psicopedagogo esteja atento aos fatores que contribuem para o desenvolvimento da inteligência infantil, incluindo interações sociais, fatores biológicos, exercícios e experiências, bem como o equilíbrio das ações. Piaget (1990) destaca a importância do desequilíbrio entre assimilação e acomodação para todo ato de inteligência.

Vygotsky, ao diferir da visão tradicional, enfatiza a aprendizagem mediada por uma pessoa mais experiente, dividindo o processo em níveis de desenvolvimento real, potencial e proximal. Wallon, por sua vez, propõe estágios que consideram fatores orgânicos e sociais, associando o desenvolvimento à atividade motora da criança.

Assim, as teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon oferecem contribuições valiosas para compreender o desenvolvimento cognitivo infantil, integrando maturação biológica, experiências sociais e mediação no processo de aprendizagem.

2.4 CONTRIBUIÇÕES DA PSICOPEDAGOGIA NA TRANSFORMAÇÃO DO ENSINO: REFLEXÕES SOBRE A INTERVENÇÃO EDUCACIONAL E A PARCERIA COM PROFESSORES

O desenvolvimento educacional, ao longo do tempo, reflete a constante evolução da sociedade, com práticas e convicções antigas sendo revisadas e descartadas. Nessa evolução, é notável que as informações, conhecimentos e perspectivas sobre o mundo se transformam, influenciando a educação. Como destacado por Pinto (2010), a sociedade contemporânea busca uma abordagem educacional que vá além do modelo tradicional, onde o professor detém todo o conhecimento, para um enfoque mais reflexivo e crítico, envolvendo o aluno como parte ativa do processo.

Atualmente, a escola tem como objetivo formar cidadãos críticos e participativos, requerendo dos educadores uma visão transformadora e inclusiva. Como salientado por Ibidem (2010), é essencial que os educadores percebam os alunos como indivíduos com especificidades, enfrentando problemas e dificuldades que necessitam de apoio especializado.

Nesse contexto, a Psicopedagogia emerge como um campo de estudo que visa compreender, estudar e pesquisar a aprendizagem, especialmente no que diz respeito ao desenvolvimento e aos problemas enfrentados por alguns alunos. Conforme Rubenstein (apud Fermino, 1996), a aprendizagem é um processo dinâmico, envolvendo questionamentos,

hipóteses e reformulações. O psicopedagogo, atuando como um detetive da aprendizagem, busca compreender a complexidade dos múltiplos fatores envolvidos nesse processo.

A atuação do psicopedagogo na educação abrange aspectos cognitivos, motores e afetivos do educando. Como ressaltado por Pinto (2010), o profissional de Psicopedagogia desempenha um papel crucial na detecção e tratamento de barreiras que impedem a aprendizagem, agindo como um aliado na transformação do ambiente educacional.

A parceria entre psicopedagogos e professores é fundamental para identificar, compreender e superar as dificuldades de aprendizagem. Conforme Fernández (1990), a intervenção do psicopedagogo na educação pode potencializar a capacidade de ensinar dos docentes e favorecer o envolvimento de todos no processo de aprendizagem.

2.5 RELAÇÃO DO PSICOPEDAGOGO COM O PROFESSOR, ESCOLA E FAMÍLIA

Os professores desempenham um papel crucial na educação, contribuindo para o ensino-aprendizado e a formação de cidadãos responsáveis. Identificam, por meio de observação e atenção, às primeiras dificuldades de aprendizagem dos alunos, encaminhando-os ao psicopedagogo. No entanto, a colaboração entre professor e psicopedagogo vai além do encaminhamento. Conforme Corrêa (2007), a interdependência das ações mútuas entre esses profissionais gera autonomia pessoal, baseando-se na colaboração.

O psicopedagogo, por sua vez, orienta os professores no ensino-aprendizagem, auxiliando no desenvolvimento do aluno. Esta colaboração não implica dependência, mas sim na interdependência, onde ambos contribuem para a representação adequada da situação educativa (IBIDEM, 2007).

O psicopedagogo na escola assume um caráter preventivo ao criar métodos para solucionar problemas de aprendizagem. Cipriano (2012) destaca que, diante das preocupações com o baixo desempenho dos alunos, o psicopedagogo surge como um profissional apto a auxiliar os educadores, melhorando as condições do processo de ensino-aprendizagem e prevenindo problemas futuros.

O profissional de Psicopedagogia atua com métodos próprios, promovendo intervenções psicopedagógicas que visam resolver problemas de aprendizagem. Ibidem

(2012) ressalta que a colaboração entre psicopedagogos e professores resulta em aprendizado mais significativo, construção de objetivos comuns e observação do progresso dos alunos.

A família desempenha um papel fundamental no desenvolvimento da criança. Segundo Costa (2018), a família é responsável por transmitir valores, cultura e, muitas vezes, é o primeiro núcleo social da criança. O psicopedagogo, ao intervir junto à família, realiza entrevistas e anamneses para compreender a dinâmica social, cognitiva e emocional do aluno.

Ibidem (2018) destaca que, ao lidar com famílias, o psicopedagogo pode se deparar com ambientes permeados por sentimentos negativos. Cabe ao profissional compreender a estrutura familiar e desenvolver um trabalho não apenas focado na criança, mas também envolvendo a família, para contribuir efetivamente no processo de desenvolvimento.

De acordo com Bossa (1994), a Psicopedagogia exerce uma contribuição significativa no contexto familiar, aumentando a compreensão dos processos de aprendizagem dos filhos. Bossa ressalta a importância da Psicopedagogia na família, trazendo o resgate do papel educacional desta, sendo complementar à escola e respeitando a singularidade de cada filho.

Em síntese, a colaboração entre psicopedagogos, professores e famílias revela-se crucial para proporcionar um ambiente educacional mais significativo e agradável, contribuindo para superar os desafios de aprendizagem. Essa interação promove a compreensão integral do aluno, considerando não apenas os aspectos acadêmicos, mas também os emocionais e familiares.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a revisão bibliográfica realizada, é possível concluir que a Psicopedagogia desempenha um papel fundamental no contexto educacional, contribuindo de maneira significativa para a compreensão e enfrentamento dos desafios contemporâneos da aprendizagem. Autores como Almeida, Gonçalves, Aragão, Cassiani, Souza, Pacheco, Menezes e Peres fornecem insights valiosos sobre a importância e a evolução dessa disciplina no cenário educacional.

Ao abordar a definição da Psicopedagogia, destacou-se sua natureza interdisciplinar, abrangendo áreas como Psicologia, Pedagogia, Psicanálise, Linguística, Fonoaudiologia e Medicina. A ênfase na abordagem clínica e preventiva ressalta a

importância de identificar, tratar e prevenir alterações no processo de aprendizagem, considerando tanto os aspectos individuais quanto coletivos.

A evolução da Psicopedagogia, tanto globalmente quanto no contexto brasileiro, reflete a busca por compreender e superar as dificuldades de aprendizagem. Desde suas origens na Europa do século XIX até sua consolidação no Brasil nas décadas de 70 e 80, a Psicopedagogia tem se adaptado para enfrentar os desafios contemporâneos, tornando-se uma ferramenta essencial no ambiente escolar.

As teorias de Piaget, Vygotsky e Wallon oferecem perspectivas valiosas sobre o processo de aprendizagem infantil, integrando maturação biológica, experiências sociais e mediação. Essas teorias destacam a importância do ambiente externo, das interações sociais e da afetividade no desenvolvimento cognitivo das crianças.

No que diz respeito à transformação do ensino, a Psicopedagogia emerge como uma aliada na formação de cidadãos críticos e participativos. A parceria entre psicopedagogos e professores é vital para identificar e superar as dificuldades de aprendizagem, promovendo um ambiente educacional mais reflexivo e inclusivo.

A relação do psicopedagogo com o professor, escola e família destaca a interdependência desses atores na promoção da aprendizagem. O papel preventivo do psicopedagogo na escola e sua colaboração com os professores contribuem para melhorar as condições do processo de ensino-aprendizagem.

Em relação à família, a Psicopedagogia atua como mediadora, compreendendo a dinâmica social, cognitiva e emocional do aluno. A colaboração entre psicopedagogos, professores e famílias é essencial para proporcionar um ambiente educacional mais significativo, respeitando a singularidade de cada aluno.

Em síntese, a Psicopedagogia não apenas identifica e trata dificuldades de aprendizagem, mas também desempenha um papel transformador no contexto educacional, promovendo uma abordagem mais holística e colaborativa. Ao compreender e intervir nos diversos aspectos que influenciam o processo de aprendizagem, a Psicopedagogia contribui para o desenvolvimento integral dos alunos e para a construção de uma educação mais inclusiva e eficaz.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Isabella Santos de. **A importância de um psicopedagogo em uma instituição escolar**. 2010. 34 f. Monografia (Especialização em Psicopedagogia) – Instituto a Vez do

Mestre, Universidade Candido Mendes, Rio de Janeiro, 2010.

ANJOS, E. K. O.; DIAS, J. R. A. 2015. **Psicopedagogia: sua história, origem e campo de actuação**. Disponível em: <https://www.fals.com.br/revela20/ed18/elza_anjos.pdf> Acesso em: 10 jan. 2024.

ARAGÃO, Clarissa Guedes de. **Psicopedagogia clínica e as dificuldades de aprendizagem: diagnóstico e intervenção**. 2010. 45 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Pedagogia) – Universidade do Extremo Sul Catarinense, Criciúma, 2010.

BIOTI, Cleonice Romão da Silva. **A contribuição da Psicopedagogia no processo de letramento e alfabetização**. 2014. 22 f. Artigo (Especialização em Psicopedagogia) – Universidade Tuiuti do Paraná, Curitiba, 2014.

BOSSA, Nadia Aparecida. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a Partir da Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas Sul, 1994.

_____. **A psicopedagogia no Brasil: contribuições a Partir da Prática**. 4. ed. Porto Alegre: Artmed, 2000.

CASSIANI, Simone. **A psicopedagogia no contexto escolar: um estudo em grupos de apoio**. 2009. 138 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, Campinas, 2009.

CIPRIANO, Thaís. **O psicopedagogo na instituição escolar**. 2012. Disponível em: <<https://www.portaleducacao.com.br/conteúdo/artigos/educaçao/o-psicopedagogo-na-instituicao-escolar/24067>> Acesso em: 10 jan. 2024.

CORRÊA, Denise. **Psicopedagogo e professor: parceria na construção do conhecimento**. São Paulo, 2007. Disponível em: <<https://www.guiasaoroque.com.br/colunistas/psicopedagogo-e-professor-parceria-na-construcao-do-conhecimento-533>> Acesso em: 10 jan. 2024.

COSTA, Tereza Cristina de Oliveira. et al. A psicopedagogia e a família no processo ensino aprendizagem. **Revista científica multidisciplinar núcleo do conhecimento**. 9. ed, v. 1, p. 35 – 50, 2018.

FERMINO, Fernandes Sisto et. al. **Atuação psicopedagógica e aprendizagem escolar**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1996.

FERNÁNDEZ, Alicia. **A inteligência aprisionada**. Tradução de Iara Rodrigues. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1990.

GONÇALVES, Luciana dos Santos. **Psicopedagogia: formação, identidade e atuação profissional**. 2007. 71 f. Monografia (Especialização em Educação e Psicopedagogia) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – Campinas, 2007.

MENEZES, Maria Vilma Eça. **Psicopedagogia e o fracasso escolar: A relevância da compreensão sócio-contextual**. 2011. 65 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior em Teologia, São Leopoldo, 2011.

PACHECO, Aline Paiva. **Percepções dos psicopedagogos clínicos relativas aos casos de dificuldades de aprendizagem escolar.** 2015. 122 f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Educação) - Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, Portugal, Lisboa, 2015.

PERES, Maria Regina. **Psicopedagogia: limites e possibilidades a partir de relatos de profissionais.** 2007. 218 f. Tese (Doutorado em Psicologia) - Universidade Católica de Campinas, Campinas, 2007.

PIAGET, Jean. **Epistemologia genética.** São Paulo: Martins Fontes, 1990.

PICETTI, Jaqueline Santos; MARQUES, Tania Beatriz Iwaszko. **Psicopedagogia: alguns conceitos básicos para reflexão e ação.** Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.

PINTO, Luciane Nogueira. **As contribuições da psicopedagogia para a educação,** 2010. Disponível em: <http://acervo.plannetaeducacao.com.br/portal/artigo.asp?artigo=1949>. Acesso em: 10 jan. 2024.

SOUZA, Renivaldo dos Santos de. **O psicopedagogo e os problemas de aprendizagem na infância.** 2013. 74 f. Dissertação (Mestrado em Teologia) - Escola Superior em Teologia, São Leopoldo, 2013.

ALUNOS COM TRANSTORNO DE DÉFICIT DE ATENÇÃO E HIPERATIVIDADE – TDAH: revisão de literatura

Adriana Maria Da Silva²⁰
Pauliane Aparecida de Moraes²¹

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as características, desafios e estratégias de intervenção voltadas para alunos diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Além disso, tem como objetivo específicos evidenciar as Características de crianças com TDAH, conceituar o tratamento dos portadores de TDAH e discutir sobre os profissionais que atua com a criança portadora com TDAH. A pesquisa desenvolvida pretende ajudar os alunos com TDAH nos conflitos do seu dia a dia. Através dos estudos feitos, observou-se que TDAH – Déficit de Atenção – Hiperatividade, é um transtorno neurobiológico, de causas genéticas, que aparece na infância e frequentemente acompanha o indivíduo por toda sua vida, caracterizando por sintomas de desatenção, hiperatividade e impulsividade. Esses problemas interferem diretamente no rendimento escolar e nas relações interpessoais do indivíduo. Com este trabalho prático pretendemos auxiliá-los a lidar com esses conflitos e assim conseguir uma melhor qualidade de vida.

Palavras-chave: Dificuldade. Impulsividade. Hiperatividade.

ABSTRACT

The general aim of this study is to analyze the characteristics, challenges and intervention strategies for students diagnosed with attention deficit hyperactivity disorder (ADHD). In addition, its specific objective is to highlight the characteristics of children with ADHD, conceptualize the treatment of ADHD sufferers and discuss the professionals who work with children with ADHD. The research aims to help students with ADHD in their day-to-day conflicts. Through the studies carried out, it was observed that ADHD - attention deficit hyperactivity disorder - is a neurobiological disorder, with genetic causes, which appears in childhood and often accompanies the individual throughout their life, characterized by symptoms of inattention, hyperactivity and impulsivity. These problems directly interfere with the individual's school performance and interpersonal relationships. With this practical work we intend to help them deal with these conflicts and thus achieve a better quality of life.

Keywords: Difficulty. Impulsivity. Hyperactivity.

1 INTRODUÇÃO

²⁰ Pós-graduada em Psicopedagogia Institucional e Clínica pela Faculdade Famart. E-mail: adrianasilva281278@gmail.com.

²¹ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestra em Educação.

A pesquisa em questão evidencia que o TDAH é um problema muito sério que dificulta o trabalho do professor, pois, a criança sem limites possui comportamentos parecidos com os da criança hiperativa. É comum pais, professores e outras pessoas que convivem com esse tipo de criança, apresentarem um alto nível de estresse e se sintam perdidos na maneira de como lidar com elas, também ocorre frustração por parte deles quando a criança não corresponde às suas expectativas. Porém, é preciso lembrar que essas crianças apresentam um potencial enorme, basta saber lidar de forma correta com os seus limites.

Em relação ao TDAH o maior problema encontrado é o fato de que o conhecimento sobre ele seja muito pequeno entre pais, professores e até mesmo nas áreas médicas e psicológicas. A maioria das pessoas com TDAH passa a vida inteira sendo acusadas injustamente de mal-educadas, preguiçosas, loucas, desequilibradas e temperamentais, quando, na verdade, são portadoras de uma síndrome que, simplesmente, as faz agir de maneira impulsiva, desatenta e às vezes, até mesmo caótica.

Desta maneira a criança que possui este tipo de transtorno não tem que carregar um estigma que a exclua da escola e do direito de aprender, essas crianças necessitam que a sociedade tome consciência e que lhes assegure; respeito a sua individualidade e ao reconhecimento de suas possibilidades e competência para não os deixar fracassarem.

Este trabalho tem como objetivo geral analisar as características, desafios e estratégias de intervenção voltadas para alunos diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Além disso, tem como objetivo específicos evidenciar as Características de crianças com TDAH, conceituar o tratamento dos portadores de TDAH e discutir sobre os profissionais que atua com a criança portadora com TDAH.

O artigo em questão contribui para que o professor possa identificar quando o aluno realmente possui ou não a deficiência, tratando-o como os demais sem preconceito, respeitando suas dificuldades e buscando novas práticas para sanar suas dificuldades em sala. Tendo como sua problemática: Como as características, desafios e estratégias de intervenção destinadas a alunos diagnosticados com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH) podem ser analisadas de maneira a promover uma abordagem mais eficaz no ambiente educacional?

Este trabalho tem como justificativa que, para que o aluno não seja prejudicado no seu rendimento escolar e para que ele tenha um convívio harmonioso com todos os que o

cercam é necessário que os pais, professores, direção da escola e principalmente os profissionais da saúde estabeleçam uma estrutura de relacionamento organizado. Sendo assim, sobre o TDAH, enfatizam-se os problemas que os alunos com essa deficiência têm que enfrentar como preconceitos e até mesmo rejeição pelos colegas. Também se apresenta um breve histórico sobre as características que esses alunos apresentam, além de definir o comportamento da criança com TDAH.

A hiperatividade vem afetando o rendimento escolar do aluno, fazendo com que ele fracasse na vida escolar, com isso é de extrema importância que eles sejam motivados pelos professores, onde as salas de aula devem ser organizadas e estruturadas, com regras claras e material pedagógico diversificado.

Sendo assim sobre a Dificuldade de Aprendizagem em Sala com Alunos com TDAH, enfatizam-se os problemas que os alunos com essa deficiência têm que enfrentar como preconceitos e até mesmo rejeição pelos colegas. Também se apresenta um breve histórico sobre as características que esses alunos apresentam, além de definir o comportamento da criança com TDAH.

A pesquisa será de cunho descritivo baseada diretamente ao tema proposto, para se obter uma visão ampla do problema identificando suas principais causas e consequências, sendo uma pesquisa descritiva que visa descrever as características de uma determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A metodologia utilizada baseou-se em caráter qualitativo, por pesquisa bibliográfica de caráter exploratório, caracterizado por buscas de artigos.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Características de crianças com TDAH

O Transtorno de Déficit de Atenção e Hiperatividade torna-se o grande responsável pela frustração de pais de filhos portadores deste transtorno, porque estas crianças são injustamente rotuladas de intolerantes, avoadas, problemáticas, malcriadas, indisciplinadas, desmotivadas, irresponsáveis e até mesmo pouco inteligentes. Diante de tantos rótulos Goldstein apud (1994) descreve que os portadores de TDAH chegam à maturidade apresentando problemas no ambiente familiar, no trabalho e na comunidade, e

consequentemente com um grande índice de problemas emocionais, inclusive ansiedade e depressão.

Sabe-se que a criança hiperativa pode ter muitos problemas. Apesar da dificuldade de aprendizado, essa criança é geralmente muito inteligente, sabe que determinados comportamentos não são aceitáveis, mas, apesar do desejo de agradar e de ser educada e contida, a criança hiperativa não consegue se controlar, mesmo sabendo que é inteligente, não consegue desacelerar o sistema nervoso, a ponto de utilizar o potencial mental necessário para concluir uma tarefa.

Até os dois anos de idade, a atenção é controlada e dirigida por determinadas configurações de estímulos, não existindo controle voluntário por parte da criança. Entre dois e cinco anos, surge o controle da atenção. A criança já consegue concentrar – se, de forma seletiva, em alguns aspectos da estimulação externa, mas a sua atenção, ainda, é dominada pelas características mais centrais e salientes dos estímulos; é por isso que, de certa forma, continua sendo dirigida para o exterior.

A partir dos seis anos, ocorre uma mudança notável. O controle de atenção passa a ser interno. A criança já é capaz de desenvolver estratégias para atender, seletivamente, os estímulos que ela considera relevantes para a solução de determinados problemas, sejam eles ou não os aspectos mais centrais da estimulação externa.

Os resultados de estudos experimentais, realizados com indivíduos hiperativos, demonstram que estes processos se encontram alterados. Por um lado, pode-se afirmar que as crianças apresentam dificuldades para concentrar sua atenção durante períodos contínuos de tempo. Por outro lado, o processo de evolução não chega a ser controlado por estratégias internas, que ajudariam a criança a se concentrar, de forma seletiva, nos aspectos pertinentes para solução eficaz dos problemas; ao contrário, o processo de atenção continua sendo dirigido à estimulação externa.

Estas dificuldades intensificam-se nas situações grupais, já que elas exigem atenção mais sustentada e seletiva, para poder manejar a grande quantidade de informação que é gerada.

2.2 Tratamento dos portadores de TDAH

O Tratamento do TDAH deve ser uma combinação de medicamentos, orientação aos pais e professores, além de técnicas específicas que são ensinadas ao portador. A

medicação é parte muito importante do tratamento. A psicoterapia que é indicada para o tratamento do TDAH chama-se Terapia Cognitiva Comportamental. Não existe até o momento nenhuma evidência científica de que outras formas de psicoterapia auxiliem nos sintomas de TDAH. O TDAH não é um problema de aprendizado, como a Dislexia e a Disortografia, mas sim nas dificuldades em manter a atenção, a desorganização e a inquietude atrapalham bastante o rendimento dos estudos. É necessário que os professores conheçam técnicas que auxiliem os alunos com TDAH a ter melhor desempenho.

Segundo o Dr. Russel Barkley, um dos importantes pesquisadores neste tipo de transtorno, explica que o TDAH é um transtorno de base genética caracterizado por um metabolismo deficiente dos neurotransmissores, que precisa receber um tratamento adequado. De acordo com Barkley (1995):

A atividade cerebral que comanda a inibição do comportamento, a auto-organização, o autocontrole e a habilidade de inferir o futuro está prejudicada por um metabolismo deficiente dos neurotransmissores, levando à incapacidade de administrar eficazmente os aspectos críticos do dia a dia.

Transtorno Déficit de Atenção Hiperatividade envolve uma abordagem múltipla em relação ao tratamento, englobando intervenções psicossociais e psicofarmacológicas.

No âmbito psicossocial, o primeiro passo deve ser educacional, propiciando aos pais e à criança informações claras e precisas a respeito da patologia. Muitas vezes é necessário um programa de treinamento para os pais, a fim de que aprendam a manejar os sintomas dessas crianças e adolescentes, descobrindo quais são as melhores estratégias para ajudarem seus filhos na organização e planejamento das atividades.

O diagnóstico do TDAH é impossível sem um trabalho em conjunto com a escola. É de grande importância algumas intervenções através da escola e da família, num trabalho mútuo e não de competitividade.

O aluno também precisará de um reforço do conteúdo em determinadas disciplinas, o que facilitará o convívio e o aumento de sua autoestima, tornando-o mais afetivo. Muitas vezes será necessário o acompanhamento psicopedagógico centrado em auxiliar na organização e no planejamento das atividades juntamente com os aspectos emocionais relacionados diretamente à autoestima que normalmente é muito baixa.

Em relação às intervenções psicossociais centradas na criança, a psicoterapia individual comportamental, de apoio ou de relação analítica, está indicada, não para o tratamento do TDAH somente, mas sim para o manejo das comorbidades, principalmente a depressão ou ansiedade; o manejo dos sintomas que acompanham o TDAH, como baixa

autoestima, dificuldade de controle dos impulsos e habilidades sociais muito pobres, provocando transtornos de comportamentos.

Por fim, em relação às intervenções psicofarmacológicas, a medicação é uma parte muito importante do tratamento, porém não age de forma isolada nenhuma dessas intervenções. Ritalina e Concerta são os nomes mais frequentes na intervenção medicamentosa e são indicadas pelo médico neuropediatra.

2.3 Profissional que atua com a criança portadora com TDAH

A importância do papel do professor é fundamental para que se estabeleça a confiança e a autoestima que o levará a desenvolver a proposta de ensino com satisfação. A proposta de trabalho deve presenciar um desafio ao seu pensamento, com o objetivo de proporcionar o alcance da autonomia moral, social e intelectual. As atividades devem favorecer a estruturação ou coordenação das próprias ações dos alunos, considerando que são capazes de criar, de criticar, de descobrir e de reinventar o conhecimento a partir de uma inter-relação com o meio.

É imprescindível que o professor e demais profissionais que atuam diretamente com as crianças que possuem TDAH estejam atentas às suas características, sabendo que elas podem se intensificar em propostas grupais, uma vez que atuar independentemente é um grande problema para tais crianças. É preciso, também, ter clareza de que estará em contato com pessoas que apresentam comportamento desigual e imprevisível, que muitas vezes ainda assumem o caráter de desafiador.

Considerando-se também que a motivação não é um dado racional, mas resultado de diversos fatores ligados à própria vida da classe, é importante que a sala de aula seja uns espaços acolhedores, proporcionados situações estimulantes, que façam as crianças agirem segundo suas possibilidades, de forma que as atividades propostas tenham realmente significado em suas vidas, permitindo-lhes construir suas próprias convicções.

Portanto para oferecer um ambiente rico em desafios, aponta a professora Vera Lúcia Goffredo (2011): “será preciso uma grande variedade de material pedagógico, lembrando que os materiais do mundo são mais estimuladores do que se fabrica, é muito bom o uso de sucata”.

Ainda se considera uma preocupação com a metragem da sala, recomendada por GOFFREDO (2001):

Para que as crianças manipulem tais materiais de forma bem livre, é imprescindível que o espaço tenha uma metragem que possibilite uma boa circulação dos alunos na sala, que possam coexistir atividades individuais e de grupos; a existência de armários, estantes, materiais de sucata, muitos jogos, tintas, pincéis, lápis, gravuras, embalagens variadas, contas de luz, gás etc., isto porque a organização deste espaço deve refletir os pressupostos em que se baseia esta prática educacional.

Esta proposta reforça a ideia de que é por meio dos estímulos que se propicia o interesse da criança pela atividade. É importante, porém, que o professor tenha o cuidado de não o deixar em fixar em apenas uma atividade, rotinizando sua ação, já que ele evitará que lhe tragam mais possibilidades, como de desenvolver suas habilidades. O fundamental, portanto, na ação pedagógica é que ela seja problematizadora, desafiando permanentemente o aluno a desenvolver suas potencialidades.

Que os alunos vivenciam na escola em toda a sua totalidade, onde a sala de aula é um espaço privilegiado para se efetivar o processo educativo, não se discute, porém, é preciso que haja participação destes alunos no cotidiano da escola. Para tanto, a elaboração do projeto político-pedagógico é de suma importância, já que ele assume o papel de referencial na construção das atividades condutoras do processo educacional, permitindo sua elaboração conjunta e um despertar de interesse para as ações propostas. De acordo com Paulo Freire “o caminho para a construção do conhecimento, de certo, não pode ser trilhado por um viajante solitário, portanto, o professor e seus alunos devem caminhar juntos nesta estrada”.

Conhecer bem a clientela, por meio de um diagnóstico de turma que lhe permita a elaboração de um plano que ajude seus alunos adquirirem os conteúdos de leitura e escrita, é de fundamental importância. Para tanto, há necessidade de que o professor assuma uma posição de orientador, de facilitador da aprendizagem, criando estratégias que envolvam sistematicamente os alunos.

Desta forma é importante que o aluno com TDAH possa receber o máximo possível de atendimento individualizado, sendo colocado, na primeira fila de sala de aula, próximo ao professor e mais longe possível da janela. Num local com menor probabilidade de distrair-se e maior possibilidade de concentrar-se.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com as pesquisas aqui elencadas, compreende-se que a hiperatividade, caracterizada por um excesso de atividade corporal desorganizada, muitas vezes sem um propósito claro, suscita polêmicas sobre o tratamento necessário para contornar as

dificuldades apresentadas por indivíduos com Transtorno do Déficit de Atenção e Hiperatividade (TDAH). Considerando o impacto do quadro clínico do TDAH, torna-se evidente a interferência negativa em diversos aspectos da vida, incluindo o âmbito familiar, escolar, social e recreativo.

A presença do TDAH entre os alunos é algo real, onde ocorre as dificuldades de concentração durante as aulas e a manifestação de comportamentos hiperativos tornam-se obstáculos intransponíveis para um aprendizado efetivo. A inquietação constante dos alunos com TDAH não apenas prejudica sua própria absorção de conhecimento, mas também interfere no ambiente educacional como um todo, o que traz a necessidade de educadores que conheçam e saibam como agir com tal situação.

É imperativo que a sociedade e o professor compreendam que as crianças com TDAH não devem ser estigmatizadas ou excluídas do processo educacional. Pelo contrário, é essencial assegurar-lhes respeito à sua individualidade, reconhecimento de suas potencialidades e competências, a fim de evitar o fracasso escolar. A inclusão efetiva desses alunos demanda não apenas a compreensão por parte da comunidade escolar, mas também a implementação de práticas e estratégias que promovam um ambiente educacional inclusivo, onde cada criança, independentemente das suas características, tenha o direito e a oportunidade de aprender e se desenvolver plenamente.

REFERÊNCIAS

BARKLEY, RUSSEL, A. **Transtornos de Déficit de Atenção Hiperatividade**. Porto Alegre: Artmed. Editora, 2002.

Fonte: <http://www.webartigos.com/articles/146/1/Transtorno-De-Deficit-De-Atencao-E-Hiperatividade-O-Papel-Do-Educador-A-Crianca-E-O-Adulto/pagina1.html#ixzz1GidWrFhy>.

Acesso em 28 de dezembro de 2023

BRASIL. Leis Decretos. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Brasília, 1996.

BRASIL. Ministério da Educação e do desporto. Secretaria da Educação Fundamental. **Referencial Curricular Nacional para educação infantil** Brasília: MEC/SEF, 1998. VI

FUNAYAMA, C.A.R. **Problemas de aprendizagem**. São Paulo: Alínea, 2000.

GOLDSTEIN, Sam. **Hiperatividade: Como desenvolver a capacidade a atenção da criança**. Campinas: Papyrus, 1994.

IESDE Brasil S.A, **Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Inclusão**. Curitiba, 2008

TOPCZEWSKI, Abram. **Aprendizado e suas habilidades - como lidar.** São Paulo: Casa do Psicólogo, 1999.

ALTAS HABILIDADES NA EDUCAÇÃO INFANTIL: um estudo bibliográfico sobre o comportamento de crianças que apresentam Altas Habilidades no contexto da educação infantil, e o papel de educadores e familiares.

Eliane da Silva Costa²²
Daniela Moreno de Camargo²³

RESUMO

Este estudo bibliográfico aborda a relevância da compreensão do perfil comportamental de crianças que apresentam Altas Habilidades (AH) no contexto da Educação Infantil, com foco na interação entre família e educadores e no suporte necessário durante o período pré-escolar. Para fundamentar os conceitos de inteligência, a pesquisa explora a teoria das Múltiplas Inteligências, a qual reconhece diversas formas de inteligência para além das habilidades acadêmicas tradicionais. A identificação precoce de AH na Educação Infantil enfrenta inúmeros desafios, dentre eles se destacam a diversidade de manifestações possíveis para AH e a ausência de diretrizes específicas nesse contexto. Além disso, ressalta-se a responsabilidade dos educadores, que vai além da mera transmissão de conhecimento, abrangendo a atenção às singularidades das crianças, a orientação diante das dificuldades e uma liderança que resulte em mudanças pedagógicas. A integração entre família e escola revela-se crucial para o desenvolvimento integral e pleno das crianças, reconhecendo a família como alicerce e a escola como a instituição propulsora de potencialidades. Ambas, quando unidas, se convertem em recursos essenciais para um desenvolvimento biopsicossocial saudável das crianças e uma maximização das suas habilidades.

Palavras-chave: Educação Infantil; Altas Habilidades; Educadores; Família; Perfil Comportamental.

ABSTRACT

This bibliographic study addresses the relevance of understanding the behavioral profile of children with High Abilities (HA) in the context of Early Childhood Education, focusing on

²² Pós-graduada em Educação Especial pela Faculdade Famart. E-mail: elianeksc@outlook.com.

²³ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itáúna-MG.

the interaction between families and educators and the support needed during preschool period. To support the concepts of intelligence, the research explores the theory of Multiple Intelligences, which recognizes different forms of intelligence beyond traditional academic skills. Premature identification of High Skills during Early Childhood Education faces considerable challenges, including the diversity of possible manifestations of High Abilities and the lack of specific guidelines in this context. Furthermore the responsibility of educators is highlighted, which goes beyond the mere transmission of knowledge, encompassing attention to children's singularities, guidance in the face of difficulties and leadership that results in pedagogical changes. The integration between family and school proves to be crucial for the integral and full development of children, allowing the family as a foundation and the school as an institution that promotes potential. Both, when combined, become essential resources for the healthy biopsychosocial development of children and the maximization of their skills.

Keywords: Early Childhood Education; High Skills; Educators; Family; Behavioral Profile.

1 INTRODUÇÃO

Este estudo tem como objetivo central analisar o papel da Educação Infantil no desenvolvimento de crianças, com foco na identificação e suporte às demandas específicas de alunos com Altas Habilidades (AH), investigando o perfil comportamental associado a essas crianças e destacando o papel de professores e familiares no desenvolvimento integral, especialmente nas primeiras fases da educação.

Considerando o ambiente dinâmico da escola, que apresenta desafios na identificação de alunos com AH, sobretudo na Educação Infantil (Coll & Solé, 2004), educadores e equipes pedagógicas podem enfrentar dificuldades ao lidar com as características únicas desses alunos no início de sua jornada educacional.

Para nortear esse estudo, foi adotada a pesquisa bibliográfica, pertinente para analisar e explorar a evolução conceitual de AH na Educação Infantil. A abordagem bibliográfica permite a compreensão das diversas perspectivas que permeiam o conceito de AH, com ênfase na concepção de múltiplas inteligências, na relação entre família e educadores, além do perfil comportamental de crianças no ambiente educacional pré-escolar.

O desenvolvimento dessa pesquisa contribui para a compreensão e aprimoramento das práticas pedagógicas na Educação Infantil. Ao destacar as AH, este estudo visa fornecer subsídios para que educadores e familiares possam repensar o conceito

de inteligência e oferecer um suporte mais eficaz, promovendo o pleno desenvolvimento das potencialidades dessas crianças desde as fases iniciais da escolarização. A problemática central reside nos desafios enfrentados na identificação desses alunos, destacando a importância de uma abordagem educacional mais inclusiva e adaptada às suas necessidades únicas.

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O conceito de inteligência e os desafios em identificar AH

A compreensão tradicional de inteligência muitas vezes esteve limitada ao grau de habilidades acadêmicas e cognitivas específicas que o indivíduo demonstra ao longo de sua trajetória educacional e/ou além. No entanto, esse modelo padrão de inteligência evoluiu significativamente com a introdução do conceito de "Múltiplas Inteligências" de Howard Gardner. Essa teoria aborda um conjunto diversificado de habilidades, talentos e capacidades mentais ao invés de restringir a inteligência a uma única medida, Gardner (1983) propõe a existência de várias formas de inteligência, cada uma com sua própria base biopsicológica e potencial de aplicação em diferentes contextos culturais. Este conceito desafia a concepção tradicional, abrindo espaço para uma apreciação mais abrangente e inclusiva das diversas habilidades humanas.

O autor em questão identifica nove categorias distintas de inteligência: linguística, lógico-matemática, musical, corporal-cinestésica, espacial, interpessoal, intrapessoal, naturalista e existencial. Cada uma dessas formas de inteligência representa diferentes aspectos das habilidades humanas, abrangendo desde a capacidade de linguagem até a apreciação do mundo natural e a compreensão das dimensões existenciais (Gardner 1983). Essa ampla abordagem reconhece e compreende a diversidade das potencialidades intelectuais, oferecendo uma visão mais rica e inclusiva do que tradicionalmente se entendia por inteligência e Altas Habilidades e Superdotação (SD).

Considerando as mudanças envolvendo o conceito de inteligência e consequentemente os conceitos de AH e SD ainda é possível identificar que o reconhecimento e a atenção a esses potenciais excepcionais na educação infantil apresentam desafios significativos aos educadores e comunidade escolar, uma vez que o próprio conceito de inteligência passou por modificações nos últimos anos, deixando de lado a visão mais

unilateral e abrangendo características mais multidimensionais (Azevedo, 2010). Percebe-se que como o conceito de inteligência os instrumentos de identificação de aspecto indicadores de AH também passaram por mudanças conforme aponta Virgolin (2007, p. 55):

[...] os instrumentos de identificação mais utilizados nos programas de atendimento aos alunos com altas habilidades/superdotação têm sido: (a) testes psicométricos; (b) escalas de características; (c) questionários; (d) observação do comportamento; (e) entrevistas com a família e professores, entre outros.

A identificação precoce desses talentos muitas vezes é complexa devido à diversidade de manifestações das AH, o que pode levar a diagnósticos equivocados, possíveis tratamentos prejudiciais e à falta de estímulo apropriado para o desenvolvimento de tais potencialidades. É importante salientar também o papel fundamental da colaboração entre os profissionais de educação e da saúde (educadores, pedagogos, psicólogos, psicopedagogos, psiquiatras etc.) para a elaboração de um diagnóstico preciso de crianças com Altas Habilidades, envolvendo observações atentas, avaliações abrangentes e uma compreensão completa das potencialidades e necessidades do indivíduo (França-Freitas, & Del Prette, 2017).

Além disso, a ausência de diretrizes pedagógicas específicas para crianças com AH na educação infantil somadas à ausência de estímulo e o não reconhecimento das habilidades e potencialidades do indivíduo podem levar à subutilização dessas habilidades e, conseqüentemente, à sua estagnação (Galbraith e Delisle 1996).

2.2 Sobre o papel dos educadores e da família

Com o objetivo de facilitar o ensino especial, parte-se do entendimento de que é responsabilidade do professor orientar o aluno nas dificuldades comuns, visando alcançar metas que resultem em um ambiente propício para o desenvolvimento do estudante. É benéfico promover o estímulo e o pleno desenvolvimento de ideias diariamente, aumentando a interação pedagógica tanto no progresso quanto nas dificuldades do aluno. Dessa forma, entende-se que os professores têm a responsabilidade de liderar as mudanças nos métodos de ensino e, por conseguinte, obtêm sucesso ao adaptar a maneira de ensinar (Sabatella 2007).

O educador é reconhecido como aquele que tem a habilidade de impulsionar a aprendizagem dos alunos, promovendo diálogos e compartilhando ideias que abrangem tanto o ambiente escolar quanto o social. Um profissional dedicado à promoção efetiva da aprendizagem de seus alunos busca, ao mesmo tempo, seu próprio desenvolvimento

profissional, aprimorando sua função e oferecendo uma abordagem de aprendizado adaptada às necessidades específicas, resultando em uma melhoria na socialização escolar (Renzulli 2014).

É essencial que o educador analise as diversas possibilidades que cercam a prática docente, isso inclui fortalecer um autoconceito positivo, proporcionando experiências de sucesso aos alunos e estimulando o reconhecimento de suas possíveis vocações. É fundamental respeitar o ritmo individual de aprendizagem de cada estudante, criar um ambiente propício ao aprendizado que valorize o aluno, garantindo que ele se sinta incentivado e respeitado. Auxiliar a criança no desenvolvimento de hábitos eficazes de estudo é uma responsabilidade importante. Além disso, é crucial incentivar o raciocínio que motive o aluno, utilizando estratégias variadas para manter e expandir seu interesse. Ajudar o aluno a aprimorar suas singularidades e habilidades ao máximo possível é uma meta prioritária (Alencar 2007).

Em síntese, fica evidente a amplitude do papel dos professores e educadores no contexto do ensino especial. Tanto Sabatella (2007) quanto Renzulli (2014) e Alencar (2007) destacam a responsabilidade do professor não apenas na transmissão de conhecimento, mas também na orientação dos alunos diante das dificuldades e na liderança de mudanças pedagógicas. Sendo assim os educadores desempenham um papel multifacetado, abraçando não apenas o ensino formal, mas também o desenvolvimento integral dos alunos. A eficácia do ensino especial reside na combinação desses elementos, reforçando a ideia de que a educação transcende a transmissão de informações, sendo um processo dinâmico de orientação, estímulo e adaptação contínua.

Por outro lado, temos o papel das famílias das crianças que apresentam potenciais AH, que em concordância e cooperação com o ambiente escolar desempenham papéis fundamentais no desenvolvimento cultural, psicológico, cognitivo e social dos estudantes. A instituição familiar é considerada como o alicerce das bases morais da criança, sendo intrínseco ao seu papel a promoção de ideias, valores e crenças cotidianas. Apesar de eventuais conflitos, é na família, assim como em outras instituições sociais, que o cidadão é abrangido em sua totalidade histórica.

Simultaneamente, tanto a instituição familiar quanto a instituição educacional compartilham responsabilidades na abordagem de questões políticas e sociais, desempenhando funções educacionais cruciais para a consolidação gradual dos processos

evolutivos que constituem o indivíduo. Elas não apenas favorecem, mas também exercem influência na formação pessoal do indivíduo. Portanto, destaca-se que é no ambiente familiar que se desenvolvem os relacionamentos iniciais, proporcionando a compreensão das interações na escola e, posteriormente, na sociedade. A partir disso, conclui-se a relevância da figura familiar no progressivo desenvolvimento de uma criança (Prado, 1981; Rego, 2003).

2.3 O perfil comportamental de crianças com AH

Com relação ao perfil comportamental das crianças que apresentam características de AH/SD existem divergência entre os autores, algumas pesquisas indicam a presença de déficits nos âmbitos sociais e/ou emocionais. Alguns autores têm identificado diversas características associadas às habilidades sociais e/ou emocionais, incluindo, mas não se limitando a: isolamento social, distanciamento do grupo de pares, sensação de diferença, dificuldade de adaptação ao contexto social, insegurança, frustração por não atingir padrões de perfeição, sentimentos de inadequação, pensamentos suicidas, baixa autoestima, depressão, ansiedade, irritabilidade, hostilidade, comportamento agressivo e impulsividade (Alencar, 2007; Antipoff & Campos, 2010; Chagas & Fleith, 2010; Eren, Çete, Avcil, & Baykara, 2018; Gokaydin & Ozcan, 2018; Ogurlu, Yalin, & Birben, 2018; Oliveira, Capellini, & Rodrigues, 2020; Peterson, 2009).

Autores como Almeida et al. (2016) indicam que durante o desenvolvimento, todas as crianças e adolescentes enfrentam diversos desafios. Contudo, aquelas com AH/SD, devido às suas características singulares, podem vivenciar questões emocionais e/ou sociais de forma mais intensificada ao longo desse processo. Em pesquisas conduzidas por Gokaydin e Ozcan (2018) com alguns psicólogos sobre os desafios emocionais e sociais enfrentados por indivíduos com AH/SD os resultados revelaram que esses indivíduos enfrentam maiores adversidades sociais, incluindo solidão, dificuldades nas interações com os colegas e exclusão. Além disso, foram identificados desafios emocionais, como perfeccionismo, transtornos de humor, ansiedade, solidão e traços introvertidos.

Contudo, resultados divergentes surgiram de estudos adicionais, contrapondo essas descobertas, ao evidenciar que essa população demonstra um repertório significativo de habilidades sociais e/ou emocionais. Dentre essas características, destacam-se, por exemplo, responsabilidade, civilidade, assertividade, expressão de sentimentos positivos, senso de humor apropriado, autocontrole, competência social, habilidades de liderança e na resolução

de problemas e elevada autoestima (Bain, Choate, & Bliss, 2006; Freitas & Del Prette, 2013; França-Freitas, Del Prette, & Del Prette, 2014, 2017; Galloway & Porath, 1997; Loos-Sant'Ana & Trancoso, 2014; Prieto, Ferrándiz, Ferrando, Sánchez, & Bermejo, 2016; Richards, Encel, & Shute, 2003; Versteynen, 2001).

Essas observações divergentes ressaltam a complexidade do entendimento do perfil comportamental de crianças com AH/SD, demandando uma abordagem mais abrangente para compreender suas características singulares. Sendo assim esses traços do comportamento não são critérios decisivos para o diagnóstico de AH, mas são traços que devem ser observados e considerados atentamente por educadores e familiares para uma investigação mais detalhada para se chegar a um diagnóstico correto e assim oferecer as melhores intervenções que objetivam potencializar essa criança.

3 CONCLUSÃO

Diante das análises abrangentes sobre AH no contexto da Educação Infantil, evidencia-se a compreensão de um considerável desafio para educadores e famílias na identificação e apoio adequado às crianças com tais características singulares. O estudo revelou a evolução do conceito de inteligência, com ênfase na teoria das Múltiplas Inteligências de Gardner (1983), ressaltando a necessidade de uma abordagem mais abrangente na compreensão das habilidades humanas e capacidades intelectuais.

Na Educação Infantil, a identificação precoce de AH se torna complexa, dada a faixa etária e a diversidade de manifestações de habilidades desses indivíduos em processos de múltiplos desenvolvimentos. Ainda é possível encontrar desafios na identificação devido ao uso equivocado de instrumentos de avaliação ineficazes ou desatualizados, resultando em possíveis diagnósticos equivocados, a subutilização de potencialidades e em alguns casos, tratamentos não recomendados e que se tornam prejudiciais ao desenvolvimento biopsicossocial do individual. Destaca-se também a ausência de diretrizes específicas e voltadas para crianças com AH na Educação Infantil, contribuindo ainda mais para a falta de estímulo e reconhecimento dessas habilidades.

O papel multifacetado dos educadores na promoção do ensino especial foi enfatizado, destacando sua responsabilidade não apenas na transmissão de conhecimento, mas na orientação diante das dificuldades, na liderança de mudanças pedagógicas junto à comunidade escolar e desempenhando um papel fundamental, sendo o primeiro contato da

família do aluno com um possível diagnóstico de AH. Então, a partir dessa integração primordial entre família e ambiente escolar é possível considerar um ponto de partida importante para compreensão e suporte adequado além de promover o desenvolvimento cultural, psicológico, cognitivo, emocional e social das crianças, reconhecendo a família como alicerce das bases e valores morais.

Quanto ao perfil comportamental, divergências entre os autores revelaram a complexidade dessa análise. A presença de características como isolamento social, insegurança e sentimentos de inadequação em crianças com AH foi apontada por alguns estudos, contrastando com resultados divergentes que destacam habilidades sociais e emocionais significativas nesse grupo.

Conclui-se, portanto, que o entendimento do perfil comportamental das crianças com AH/SD exige uma abordagem abrangente e inclusiva, considerando a individualidade e o contexto de cada caso. Observações divergentes ressaltam a necessidade de uma análise criteriosa por parte de educadores e familiares, visando uma investigação detalhada e intervenções personalizadas para potencializar o desenvolvimento dessas crianças. Também é possível constatar que as variações das habilidades socioemocionais de crianças com AH podem ser resultados, em parte, da diversidade das características associadas a esse diagnóstico, evidenciando a complexidade específica desse perfil (França-Freitas, Del Prette & Del Prette, 2017).

O desafio persiste, mas o desenvolvimento das habilidades socioemocionais é fundamental, conforme apontam França-Freitas, Del Prette e Del Prette (2017) quanto mais ampla for a variedade e o repertório de habilidades socioemocionais maior será a qualidade de vida desse indivíduo. Isso se reflete em relações interpessoais mais satisfatórias, maior realização pessoal e sucesso acadêmico e profissional, além de contribuir para uma melhora no aspecto biopsicossocial do indivíduo.

REFERÊNCIAS

- ALENCAR, E. M. L. S. Características sócio-emocionais do superdotado: questões atuais. *Psicologia em Estudo*, Maringá, PR, v. 12, n. 2, p. 371-378, maio/ago. 2007.
- ALENCAR, E. M. L. S.; FLEITH, D. S. **Superdotados: Determinantes, Educação e Ajustamento**. São Paulo: ed. EPU, 1986.

ALMEIDA, I. S., ROCHA, A., & FONSECA, H. Programa Parentalidade Positiva: Programa de intervenção parental de crianças e jovens sobredotados. **Revista de Estudios e Investigación en Psicología y Educación**, A Coruña – Espanha, v. 15, n.1, p. 113-131, 2017.

ANTIPOFF, C. A., & CAMPOS R. H. F. Superdotação e seus mitos. **Revista Semestral da Associação Brasileira de Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo. Volume 14, Número 2, p. 301-309, 2ºsem.2010.

ARAÚJO, Maria Isabel de. Altas habilidades ne educação infantil: relato de caso psicopedagógico. **Doxa: Ver. Bras. Psico. E Educ.**, Araraquara, v. 21, n. 2, p 255-268, 2ºsem.2019.

AZEVEDO, S. M. L.; METTRAU, MarsylBulkool. Altas habilidades/superdotação: mitos e dilemas docentes na indicação para o atendimento. *Psicologia Ciência e Profissão*. Brasília – DF. V. 30, n. 1, p. 32-45, 2010.

BAIN, S. K., CHOATE, S. M., & BLISS, S. L. Perceptions of developmental, social, and emotional issues in giftedness: Are they realistic? **Roeper Review**, Filadélfia, v. 29, ed. 1, p. 41-48. 2006.

CHAGAS, J. F., & FLEITH, D. S. **Habilidades, características pessoais, interesses e estilos de aprendizagem de adolescentes talentosos**. Psico-USF, Brasília – DF, v. 15, n. 1, p. 93-102, 1ºsem. 2010.

COLL, Cesar; MARCHESI, Álvaro; PALACIOS, Jesús (Org). **Desenvolvimento psicológico e educação: psicologia evolutiva**. 2. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 2004. p. 241-260.

DEL PRETTE A., DEL PRETTE, Z.A.P. **Competência Social e Habilidades Sociais: Manual Teórico-prático**. n.3. Petrópolis: Editora Vozes. 2017.

EREN, F., ÇETE, A. O., AVCIL, S., & BAYKARA, B. Emotional and behavioral characteristics of gifted children and their families. **Noro Psikiyatri Arsivi**, Istambul, v. 55 n. 2, p.105-112, 1ºsem. 2018.

FRANÇA-FREITAS, M. L. P., DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. Habilidades sociais e bem-estar subjetivo de crianças dotadas e talentosas. **Psico-USF**, Bragança Paulista, v. 22, n. 1, p.1-12, 1ºsem.2017.

FRANÇA-FREITAS, M. L. P., DEL PRETTE, A., & DEL PRETTE, Z. A. P. Social skills of gifted and talented children. **Estudos de Psicologia**, Natal, v. 19, n. 4, p. 288-295, 2ªsem.2014.

FREITAS, L. C.; DEL PRETTE, Z; A. P. Habilidades sociais de crianças com diferentes necessidades educacionais especiais: Avaliação e implicações para intervenção. **Avances en Psicología Latinoamericana**, Rosario – Colômbia, v. 31, n. 2, p. 344-362, 2013.

GALBRAITH, J.; DELISLE, J. **The gifted kid's duvival guide: a teen hanbook.**, ed.1, Minneapolis: Free Spirit Publishing, 1996, p. 304.

GALLOWAY, B., & PORATH, M. **Parent and teacher views of gifted children's social abilities**. Ed.2, Filadélfia, Taylor & Francis, 1997, p. 118-121.

GARDER, H. **Inteligências múltiplas: a teoria na prática**. Ed. 1, Porto Alegre, Artes Médicas, 1995.

GARDNER, H. **Estruturas da mente: A teoria das Inteligências Múltiplas**. Ed.2, Porto Alegre: Artes Médicas, 1983.

GARDNER, H. **Inteligência – Um Conceito Reformulado**. Ed. 2, Rio de Janeiro, Objetiva, 2000.

GARDNER, H. **Mentes que mudam: a arte e a ciência de mudar as nossas ideias e as dos outros**. Tradição Maria Adriana Veríssimo Veronese. Ed.1, Porto Alegre, Penso, Artmed, 2005.

GOKAYDIN, B., & OZCAN D. Social and emotional problems faced by gifted individuals. **IIOAB Journal**, Nonakuri – Índia, v. 9, n.3, p. 30-43, 2018.

LOOS-SANT'ANA, H., & TRANCOSO, B. S. Socio-emotional development of Brazilian gifted children: Selfbeliefs, social skills, and academic performance. **Journal of Latino/Latin American Studies**, Omaha, v. 6, n.1, p.54-65. 2014

OGURLU, U., YALIN, H. S., & BIRBEN, F. Y. The relationship between psychological symptoms, creativity, and loneliness in gifted children. **Journal for the Education of the Gifted**, Tuscaloosa, v. 41, n.2, p. 193-210, 1ºsem.2018.

OLIVEIRA, A. P., CAPELLINI, V. L. M. F., & RODRIGUES, O. M. P. R. Altas habilidades/superdotação: Intervenção em habilidades sociais com estudantes, pais/responsáveis e professoras. **Revista Brasileira de Educação Especial**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 125-142, 2020.

OLIVEIRA, A. P., CAPELLINI, V. L. M. F., RODRIGUES, O. M. P. R., & BOLSONI-SILVA, A. T. Habilidades sociais e problemas de comportamento de crianças com altas habilidades/superdotação. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Brasília - DF, v. 41, e219590, p. 1-17, 2021.

PRADO, Danda. **O que é família**. Ed.1, São Paulo, Brasiliense, 1981. p, 112.

PETERSON, S. J. Gifted and talented individuals do not have unique social and emotional needs. **Gifted Child Quarterly**, West Lafayette, v. 53, n. 4, p. 280-282. 1ºsem.2009.

PRIETO, M. D., FERRÁNDIZ, C., FERRANDO, M., SÁNCHEZ, C., & BERMEJO, R. Inteligencia emocional y alta habilidad. **Sobredotação**, Braga, v. 15, n.1, p.35-56, 2016.

REGO, T. C. **Memórias de escola: Cultura escolar e constituição de singularidades**. Ed.1, Petrópolis, Editora Vozes. 2003, p, 424.

RICHARDS, J., ENCEL, J., & SHUTE, R. The emotional and behavioral adjustment of intellectually gifted adolescents: A multi-dimensional, multi-informant approach. **High Ability Studies**, Adelaide, v. 14, ed. 2, p. 153-164. 2003.

RODRIGUES. R. da S. **A inclusão na Educação Infantil**: Abordagem bibliográfica sobre altas habilidades/superdotação, Centro Universitário do Planalto Central Aparecido dos Santos – UNICEPLAC, Gama-DF, 2021

SABATELLA, M. L.; CUPERTINO, C. M. B. Práticas Educacionais de Atendimento ao Aluno com Altas Habilidades/Superdotação. In: FLEITH, D. S.(Org.). **A Construção de Práticas Educacionais para Alunos com Altas Habilidades/Superdotação - volume 1: orientação para professores**. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, v.1, p. 67-80, 2007.

RENZULLI, J. S. **The Schoolwide Enrichment Model – A how-to guide for educational excellence**. Ed.3, Mansfield Center, Routledge, 2014, p.446.

VERSTEYNEN, L. Issues in the social and emotional adjustment of gifted children: What does the literature say?, **The New Zealand Journal of Gifted Education**, Hamilton , v.13, n.1, p.1-8, 2001.

VIRGOLIM, A. M. R. **Altas habilidades/superdotação**: encorajando potenciais, Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, p.1-72, 2007.

UM ESTUDO TEÓRICO SOBRE O DESAFIO DA EDUCAÇÃO PARA O ESTUDANTE COM AUTISMO

Carla Lucchesi Alves Balio²⁴
Karina Melo Leão²⁵

RESUMO

O autismo é caracterizado por vários fatores sugeridos como causas genéticas e predominantemente por dificuldade com interação social e comunicação, frequentemente têm condições comórbidas e o nível intelectual é muito variável. Com a vigência da lei de inclusão, algumas estratégias foram desenvolvidas, mas a falta de articulação e alinhamento entre as escolas e as áreas de saúde, fornecendo um acompanhamento multidisciplinar além do despreparo na formação de professores tornam-se os grandes entraves para uma efetiva inclusão escolar. Além da necessidade de formação específica para que os professores atuem de maneira mais eficaz e eficiente no auxílio aos estudantes autistas, promovendo um desenvolvimento profissional de maior compreensão ao transtorno do espectro do autismo com instrução diferenciada para as diversas necessidades.

Palavras-chave: Autismo; Inclusão; Metodologias.

1 INTRODUÇÃO

A presente pesquisa teórica propõe uma análise profunda da interseção entre as demandas impostas pelo autismo, as estratégias de inclusão preconizadas pela legislação vigente e as lacunas existentes na formação dos educadores. Nesse contexto, surge a problematização sobre como superar os desafios inerentes à inclusão de estudantes autistas no ambiente de ensino regular. Esses desafios são agravados pelas complexidades no desenvolvimento desses estudantes, que, por sua vez, resultam em especificidades no processo de ensino-aprendizagem, manifestando-se através de dificuldades relacionadas ao comportamento, comunicação e interação social.

Ao abordar a questão da inclusão escolar de estudantes autistas, é crucial

²⁴ Pós-graduada em Educação Especial em Transtorno do Espectro Autista - ABA pela Faculdade Famart.
E-mail: carlaleitura@gmail.com

²⁵ Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Ciências, Matemática e Pedagogia. Mestra em Educação.

questionar como as teorias e bibliografias estudadas podem ser efetivamente aplicadas na prática educacional. A pesquisa destaca a urgência de ajustes como necessidades prioritárias para garantir o acesso a uma educação de qualidade e equitativa. Esses ajustes são essenciais para promover a integração do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no corpo discente, sem que professores e gestores o percebam como pertencente exclusivamente à educação especial.

Assim, o cerne da problematização reside na busca por práticas inclusivas mais significativas e compassivas, considerando a formação dos educadores não apenas como um requisito burocrático, mas como um alicerce fundamental para o desenvolvimento pleno de cada estudante autista. Como garantir, de maneira efetiva, que a legislação vigente, que preconiza a inclusão, seja implementada de forma a atender às demandas específicas desses estudantes, levando em consideração suas necessidades particulares no que tange ao comportamento, comunicação e interação social?

Dessa forma, a pesquisa se propõe a contribuir para o avanço do debate acerca da inclusão escolar de estudantes autistas, visando criar um ambiente holístico que propicie o desenvolvimento pleno de cada indivíduo. Afinal, a inclusão vai além da mera presença física do estudante autista na sala de aula, requerendo uma abordagem pedagógica e estrutural que reconheça e atenda às suas necessidades de forma integral.

2 DESENVOLVIMENTO

Para atingir as necessidades supracitadas se faz necessária uma busca na adaptação curricular e metodológica que efetivamente propiciem a assimilação do conhecimento e o progresso educacional, ocorrendo uma inserção social de fato, executando, portanto, aquilo que é garantido por lei de direito. Porém a falta de capacitação dos profissionais da educação, de estruturas e recursos oferecidos pelas escolas, ainda são fatores impedidores para a consolidação da educação para o autista, gerando situações de conflito podem ser consideradas incompatíveis e antagônicas, dificultando a ação de integração de todos no ambiente escolar.

Tratamentos e terapias devem ocorrer de forma concomitante com as abordagens pedagógicas, pois devido à difícil compreensão do autismo deve haver um acompanhamento multidisciplinar no atendimento do indivíduo com o apoio e participação dos responsáveis para otimizar a capacitação, autonomia e desenvolvimento do autista.

2.1 DEFINIÇÃO E CARACTERÍSTICAS DO AUTISMO

De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS) 30/03/2022, o transtorno do espectro autista está relacionado a uma variação no funcionamento típico do cérebro, onde suas características podem ser identificadas na primeira infância. Vários fatores são sugeridos como evidências científicas, tanto genéticos estimando-se 90% hereditariedade, como ambientais. Mas ainda grande parcela da etiologia genética permanece desconhecida.

É caracterizado por dificuldade com interação social e comunicação, além de outras atividades atípicas nos padrões de interesse e comportamentos limitados ou estereotipados, com sensibilidade aguçada que causa prejuízo e incômodo. As habilidades e necessidades dos autistas são variáveis podendo evoluir com a idade. Portanto, as pessoas com autismo sofrem impactos em seu processo de formação educacional assim como em sua capacidade produtiva.

Conforme traduzido e adaptado por Aguiar, Vinicius em 04/ 2017 “Frequentemente têm condições comórbidas, como epilepsia, depressão, ansiedade e transtorno de déficit de atenção e hiperatividade. O nível intelectual varia muito de deterioração profunda a casos com altas habilidades cognitivas.”

2.2 CRITÉRIOS PARA DIAGNÓSTICO

De acordo com a nova Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID – 11) que passou a vigorar em janeiro de 2022 colocando o autismo com um código próprio, o 6A02 – Transtorno do Espectro do Autismo (TEA). O TEA está contido nesta classificação, pois é um transtorno persuasivo de neurodesenvolvimento.

Na CID-11, o Transtorno do Espectro do Autismo é identificado pelo código 6A02 substituindo o F84.0, e as subdivisões passam a estar relacionadas com a presença ou não de Deficiência Intelectual e/ou comprometimento da linguagem funcional. Segundo o Manual Diagnóstico de Transtornos Mentais DSM-5 sem a atualização do CID 11 mantém a classificação.

2.3 TRATAMENTOS E TERAPIAS

Alguns autores afirmam que o tratamento deve estruturar-se de acordo com as etapas de vida do paciente. Sendo assim, segundo Bosa (2006, v. 28, supl.):

com crianças pequenas, a prioridade deveria ser terapia da fala, da interação social/linguagem, educação especial e suporte familiar. Já com adolescentes, os alvos seriam os grupos de habilidades sociais, terapia ocupacional e sexualidade. Com adultos, questões como as opções de moradia e tutela deveriam ser focadas. Infelizmente, há poucas opções de moradia em nosso país – uma área que tem sido grandemente negligenciada, causando preocupações para os pais.

É importante salientar que o diagnóstico precoce é de maior relevância para resultados mais eficazes no tratamento e desenvolvimento do autista que possui características muito típicas, podendo ser notadas ainda na primeira infância.

O tratamento é complexo, focando-se em medicamentos neurolépticos que reduzem os principais sintomas, diminuindo a agitação, irritação e agressividade, que dificultam a interação e aprendizagem. Entretanto, devemos ressaltar que não podemos considerar a psicofarmacoterapia como único tratamento, mas sim como um coadjuvante minimizador de sintomas, o que também facilita abordagens multidisciplinares objetivando o desenvolvimento social e educacional.

Devido o diagnóstico do TEA ser considerado crônico, é de suma importância o acompanhamento permanente dos profissionais envolvidos.

2.4 INCLUSÃO ESCOLAR, PRÁTICAS DOCENTES E AUTISMO

Com a vigência da lei de inclusão, observou-se um notável aumento nas matrículas de crianças com deficiência no Brasil, e com isso autistas estão cada vez mais frequentes dentre os estudantes. Assim sendo, estudos vêm demonstrando a possibilidade real da prática de inclusão da criança autista na escola.

Para exercer a função de educador com qualidade e competência é necessário especialização, flexibilidade, interesse e envolvimento. Um dos aspectos que configura a inclusão é a atenção individualizada, considerando características próprias de cada indivíduo promovendo o desenvolvimento integral da aprendizagem do educando.

E, para que a inclusão ocorra de maneira efetiva, algumas estratégias foram desenvolvidas como: (SRMs) salas de recursos multifuncionais, AEE (Atendimento Educacional Especializado), investimentos na formação de professores e acessibilidade. Entretanto, as noções estruturantes do PNE e a transformação da lei devem ser executadas de fato para que ocorra uma efetiva integração e transformação na educação inclusiva.

2.5 AS DIFICULDADES DA INTEGRAÇÃO DO ESTUDANTE AUTISTA NA ESCOLA

Um dos principais entraves para a integração do estudante autista no processo de desenvolvimento no ensino-aprendizagem está no entendimento por parte dos gestores escolares de que ele é um integrante do ensino regular e não da educação especial. Como diz Vera Capellini (04/2022): “A escola precisa pensar, planejar e desenvolver atividades que atendam a todos os alunos. Parece algo utópico, mas é o que diz a lei: a escola deve ser inclusiva, para todos e cada um”.

Há outros obstáculos que dificultam a integralidade da inclusão, como falta de articulação e alinhamento entre as escolas e as áreas de saúde, fornecendo um acompanhamento multidisciplinar recomendado para o estudante autista, como fonoaudiólogos por exemplo. Além do despreparo na formação de professores que atuam como AEE.

De acordo com requisitos legais da Resolução, para a atuação no AEE o professor necessita de licenciatura de pedagogia com habilitação em Educação Especial e formação continuada em cursos de especialização e aperfeiçoamento. Conforme trecho (ROPOLI et al., 2010, p.28):

Para atuar no AEE, os professores devem ter formação específica para este exercício, que atenda aos objetivos da educação especial na perspectiva da educação inclusiva. Nos cursos de formação continuada, de aperfeiçoamento ou de especialização, indicados para essa formação, os professores atualizarão e ampliarão seus conhecimentos em conteúdos específicos do AEE, para melhor atender a seus alunos.

Sendo assim, compete ao governo ofertar cursos de formação continuada para professores a fim de atender os propósitos da Educação Especial numa perspectiva inclusiva. Devemos salientar também que para os professores que atuam nas salas de recursos, não constam com a mesma clareza, nas determinações com relação às formações exigidas nos documentos da política de inclusão, sabendo-se que quanto maior a diversidade da demanda de estudantes com deficiências maior a necessidade de conhecimentos gerais e formações específicas desses educadores. Segundo HENGEMÜHLE, (2007 apud ROSELEN, 2013, p. 4).

Mostra em suas pesquisas uma preocupação com a formação desses profissionais que atuam em salas de recursos multifuncionais enfatizando que a [...] formação continuada em serviço permite aos professores: Organizados em grupos de estudo, por componente curricular, buscam estudar, de conteúdo em conteúdo, o contexto, as situações, os problemas que originaram os conteúdos e as suas significações em contextos, situações e problemas reais para alunos reais.

Ter conhecimento sobre o TEA convém a toda sociedade, pois a capacidade de

superar as dificuldades geradas por essa patologia deve ser maior que as condições limitantes que ela possa provocar, permitindo assim que o indivíduo portador de autismo tenha garantida condições de integração social no exercício da sua cidadania.

“Gonçalves, Abrão e Manzato (2014), embora haja obstáculos na inclusão [...], autorizar a relação com estes significa aumentar as chances de interagir com o outro, respeitar as diferenças e adquirir um novo modo de pensar sobre os demais.”

Então espera-se, segundo Lira (2004, p.13): “promover uma melhor adaptação do indivíduo ao ambiente”. E assim, manter o estudante autista em sala de aula para seu desenvolvimento de acordo com as possibilidades de suas limitações.

Portanto, mais do que a aprendizagem em si, é necessário obter um ensino de qualidade respeitando as competências e habilidades de cada aluno e que ofereça atividades diferenciadas considerando o conhecimento de cada aluno.

2.6 METODOLOGIAS E ESTRATÉGIAS PEDAGÓGICAS PARA ALUNOS AUTISTAS

A aplicação de metodologias e estratégias para o estudante autista depende de aspectos como: adequação do currículo escolar, reelaboração do projeto político pedagógico, formação continuada dos profissionais da educação e estruturação física, de material e de recursos humanos.

De acordo com estudos e pesquisas sobre metodologias e estratégias de ensino para estudantes autistas, as mais relevantes fundamentam-se na observação do comportamento.

O objetivo principal dessa metodologia é ensinar comportamentos e habilidades aos indivíduos com dificuldades para que eles se tornem independentes e inseridos na comunidade. Para que isso seja possível, os profissionais utilizam técnicas para o desenvolvimento da comunicação, das habilidades sociais, de brincadeira, acadêmicas e de autocuidados (Figueiredo, 2014, p. 48).

É muito indicado aos educadores o conhecimento da ABA (Applied Behavior Analysis), teoria baseada na interpelação comportamental que demonstra ser significativamente eficaz. Dentre as metodologias/estratégias podemos destacar:

PROMPT que auxilia no desenvolvimento da fala, que segundo Figueiredo (2014, p.55) “faz parte da técnica comportamental e tem o objetivo de ajudar a criança a emitir as respostas corretas”;

DTT (Discrete Trial Teaching) caracteriza-se conforme Lear (2004, p. 6) por: “dividir sequências complicadas de aprendizado em passos muito pequenos ou separados ensinados um de cada vez durante uma série de tentativas, junto com o reforçamento positivo e o grau de ajuda que for necessário para que o objetivo seja alcançado.” CAA (Métodos de comunicação alternativa e ampliada) Nunes (2003; 2008, apud Mizael; Aiello, 2013, p. 624) define esse método como “um conjunto de métodos e técnicas que possibilitam a comunicação a indivíduos sem ou com pouca fala funcional”.

PECS (Picture Exchange Communication System) conforme descrito por Bondy e Frost (2001, apud Mizael; Aiello, 2013, p.624) “esta é uma estratégia comumente utilizada para intermediar a comunicação entre uma pessoa com autismo e um adulto; ela utiliza trocas de figuras.”

SON-RISE nesta abordagem centrada na criança, adota-se um estilo reativo de interação, partindo do desenvolvimento inicial de uma profunda compreensão e apreciação da pessoa, como ela se comporta, interage, se comunica, e quais seus interesses. As atividades são desenvolvidas de forma adaptada para serem divertidas e prazerosas na residência da criança com o envolvimento e auxílio dos pais.

PADOVAN é um método de reorganização neurológica que torna o indivíduo capaz de andar, falar e pensar. É uma estratégia para reabilitar o sistema nervoso central e pode ser aplicada em todas as faixas etárias.

TEACCH (Treatment and Education of Autistic and Related Communication Handicapped children) é um método psicopedagógico onde desenvolve-se simultaneamente a linguagem receptiva e a expressiva. Estímulos, visuais, sonoros e comportamentais são realizados (através de cartões, fotos, sons, movimentos, etc.) para uma comunicação sensorial.

SCERTS (Social Communication, Emotional Regulation and Transactional Support) é um método que prioriza a comunicação social para o ajustamento emocional através da implementação de apoios transacionais (por exemplo, apoio interpessoal, apoios de aprendizado) é uma abordagem abrangente e multidisciplinar incluindo educação geral e especial, terapia ocupacional, psicologia infantil, psiquiatria, e assistência social.

FLOORTIME recebe essa denominação porque os adultos vão para o chão, para poder interagir com a criança no seu nível e olho no olho. É um método baseado em relacionamento, onde a interação com a criança é orientada guiando as habilidades apresentadas para o desenvolvimento emocional.

É de grande importância que os profissionais da educação tenham conhecimento

desses métodos supracitados, mas é imprescindível que profissionais experientes determinem o método mais adequado, além é claro de outras abordagens terapêuticas por profissionais de saúde sejam concomitantes no processo escolar.

3. CONCLUSÃO

Em conclusão, a presente pesquisa emerge como uma contribuição valiosa para o avanço do debate sobre a inclusão escolar de estudantes autistas, destacando a interseção complexa entre as demandas impostas pelo autismo, as estratégias de inclusão preconizadas pela legislação e as lacunas na formação dos educadores. Ao considerar a formação dos educadores não apenas como um requisito burocrático, mas como um alicerce fundamental para práticas inclusivas mais significativas e compassivas, este trabalho busca promover um ambiente holístico propício ao desenvolvimento pleno de cada estudante.

O desafio de incluir o autista no ambiente de ensino regular é reconhecido, principalmente diante das complexidades no seu desenvolvimento, que se refletem em especificidades no ensino-aprendizagem, abrangendo dificuldades relacionadas ao comportamento, comunicação e interação social. As teorias e bibliografias estudadas evidenciam a urgência de ajustes como necessidades prioritárias para garantir o acesso a uma educação de qualidade e equitativa, possibilitando a integração do estudante com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no corpo discente, sem que professores e gestores o percebam apenas como pertencente à educação especial.

Diante disso, a pesquisa ressalta a importância de superar visões restritas e estigmatizadas, promovendo uma abordagem inclusiva que transcenda barreiras e promova um ambiente educacional acolhedor para todos. Ao direcionar o olhar para as necessidades específicas dos estudantes autistas e enfatizar a formação contínua dos educadores, esta pesquisa propõe não apenas reflexões, mas ações concretas para a construção de um sistema educacional mais equitativo, onde a inclusão seja não apenas um ideal, mas uma prática efetiva e compassiva.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ASSUMPÇÃO JR, F. B.; PIMENTEL, A. C. M. **Autismo Infantil**. Revista Brasileira de Psiquiatria, v. 22. n. suppl 2. p. 37–39. dez, 2000.

AUTISMO E VIDA, INSTITUTO. **Métodos de Abordagem**. Disponível em: <<http://www.autismoevida.org.br/p/metodos-de-abordagem.html>>. Acesso em: 1 out. 2022.

BOSA, CLEONICE ALVES. **Autismo: intervenções psicoeducacionais.** Brazilian Journal of Psychiatry [online]. 2006. v. 28. suppl 1. pp.s 47-53. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1516-44462006000500007>>. Epub 12 Jun 2006. ISSN 1809-452X. Acesso em: 30 set. 2022.

ISCHKANIAN, S. H. D. **Métodos, Programas e Técnicas Educacionais para Autistas.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://lepedi-ufrrj.com.br/wp-content/uploads/2020/11/Autismo-Metodos-e-programas.pdf>>.

INTERNATIONAL CLASSIFICATION OF DISEASES, ELEVENTH REVISION (ICD 11), World Health Organization (WHO) 2019/2021. Disponível em: <https://icd.who.int/browse11>. Licensed under Creative Commons Attribution-NoDerivatives 3.0 IGO licence (CC BY-ND 3.0 IGO).

JESUS, E. F.; RODRIGUES, D. S.; SILVA, R. S. **Os Desafios da Inclusão Escolar de Crianças com Autismo: da teoria a prática.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <<https://repositorio.animaeducacao.com.br/bitstream/ANIMA/17595/1/artigo%20Inclus%c3%a3o%20Denise%2c%20Elisleide%2c%20Renataconcluido.pdf>>. Acesso em 29 set. de 2022.

MENDONÇA DE SOUZA ARAÚJO, G. et al. **Um olhar sobre os desafios na prática do professor na sala de Atendimento Educacional Especializado-AEE.** [s.l: s.n.]. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/editora/anais/conedu/2019/TRABALHO_EV127_MD1_SA10_ID12111_22092019161309.pdf>. Acesso em: 28 set. 2022.

NEPOMOCENO, T. A. R.; COSTA, A. F. C.; PICELLI, L. A. **Inclusão Escolar: Aspectos Legais e Ação Docente.** [s.l: s.n.]. Acesso em: 26 de set. de 2022.
OLIVEIRA, S. DE L. A.; TOMAZ, E. B.; SILVA, R. J. DE M. **Práticas educativas para alunos com TEA: entre dificuldades e possibilidades.** Revista Educação Pública, v. 21, n. 3, 26 jan. 2021. Acesso em: 29 set. 2022.

ORGANIZATION, WORLD HEALTH. **Autism Spectrum Disorders (ASD).** Disponível em: <[https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-\(asd\)](https://www.who.int/news-room/questions-and-answers/item/autism-spectrum-disorders-(asd))>. Acesso em 23 de setembro de 2022.

UNESP, JORNAL DA. **No mês da conscientização mundial sobre o autismo, especialistas da Unesp debatem desafios da inclusão escolar.** Disponível em: <<https://jornal.unesp.br/2022/04/04/no-mes-da-conscientizacao-mundial-sobre-o-autismo-especialistas-da-unesp-debatem-desafios-da-inclusao-escolar/>>. Acesso em: 21 set. 2022.

WEIZENMANN, L. S.; PEZZI, F. A. S. ZANON, R. B. **Inclusão Escolar e Autismo: Sentimentos e Práticas Docentes.** Psicologia Escolar e Educacional, v. 24, 2020. Acesso em: 26 set. 2022.

O USO DA TERAPIA ABA COMO FERRAMENTA PARA O TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: uma revisão literária

Paula Carolaine Pereira Rocha²⁶
Pauliane Aparecida de Moraes²⁷

RESUMO

O Transtorno do Espectro autista (TEA) tem ganhado maior atenção dos especialistas e, conseqüentemente, um crescimento em seu número de diagnósticos. Antes confundido e até nomeado como esquizofrenia infantil, hoje é entendido como um transtorno de desenvolvimento para o qual é recomendada uma intervenção precoce e interdisciplinar. Entre as intervenções, a Terapia Cognitivo Comportamental (TCC), e suas técnicas como a Análise Comportamental Aplicada (ABA), tem sido amplamente divulgada como uma ferramenta importante para o tratamento do TEA. Assim, buscou-se neste estudo, compreender como a TCC e a ABA podem ser utilizadas para auxiliar no tratamento do TEA. Como metodologia utilizou-se de uma pesquisa bibliográfica qualitativa e descritiva, cujos dados foram analisados através da análise de conteúdo. Como resultados entendeu-se que a TCC e a ABA são ferramentas altamente recomendadas para o tratamento do TEA, pois trabalham com o comportamento e a compreensão das situações, buscando extinguir os comportamentos inadequados e adicionar novos comportamentos adequados de acordo com a necessidade de cada paciente.

Palavras-chave: Transtorno do espectro autista. Terapia Cognitivo Comportamental. Análise Comportamental Aplicada.

SUMMARY

Autism Spectrum Disorder (ASD) has gained greater attention from specialists and, consequently, an increase in the number of diagnoses. Before confused and even named as childhood schizophrenia, today it is understood as a developmental disorder for which early and interdisciplinary intervention is recommended. Among interventions, Cognitive Behavioral Therapy (CBT), and its techniques such as Applied Behavioral Analysis (ABA), have been widely publicized as an important tool for the treatment of ASD. Thus, this study sought to understand how CBT and ABA can be used to assist in the treatment of ASD. As a methodology, a qualitative and descriptive bibliographical research was used, whose data were analyzed through content analysis. As a result, it was understood that CBT and ABA are highly recommended tools for the treatment of ASD, as they work with the behavior and

²⁶Pós-graduada em Educação Especial em Transtorno do Espectro Autista - ABA pela Faculdade Famart.
E-mail: paularochoa14@outlook.com

²⁷Professora orientadora do estudo e do artigo. Professora dos cursos de Graduação e de Pós-Graduação lato sensu da Faculdade Famart – Itaúna-MG. Graduada em Psicologia, Especialista em Psicopedagogia e Mestra em Educação.

understanding of situations, seeking to extinguish inappropriate behaviors and add new appropriate behaviors according to the needs of each patient.

Keywords: Autism spectrum disorder. Cognitive behavioral therapy. Applied Behavioral Analysis.

1 INTRODUÇÃO

De acordo com a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde (CID-11), o Transtorno do Espectro Autista (TEA) se caracteriza pela presença contínua de déficits na habilidade de iniciar e sustentar interações sociais recíprocas, assim como na comunicação social. Além disso, manifesta-se por padrões restritos, repetitivos e inflexíveis de comportamento e interesses. Embora os sintomas possam não se tornar plenamente evidentes até mais tarde na vida, especialmente quando as exigências sociais superam as capacidades limitadas, o início da condição ocorre tipicamente durante o período de desenvolvimento, em geral na primeira infância. Esses déficits são de intensidade significativa e têm o potencial de causar prejuízos nas esferas pessoal, familiar, social, educacional, ocupacional ou outras áreas importantes do funcionamento. Além disso, tais déficits costumam ser amplamente observáveis em todos os contextos, embora possam variar em função do ambiente social, educacional ou outro contexto específico (Organização Mundial da Saúde, 2018).

Uma das características mais marcantes do TEA está ligada ao contato social. Este é deficitário ou ausente e geralmente acompanhado de um bloqueio da linguagem ou da compreensão. Ainda, é preponderante o comportamento estereotipado, com repetições frequentes, baixa tolerância à frustração e desinteresse nas atividades diárias (Consolini; Lopes; Lopes, 2019).

No tratamento da criança com TEA a Teoria Cognitivo Comportamental (TCC) é utilizada de forma a ensinar e reforçar os comportamentos esperados que ela apresenta, principalmente nos quesitos de comunicação, sociabilização e imaginação. As intervenções devem ser individualizadas e o profissional precisa ser qualificado para tanto. Elas devem ser pensadas para além do ambiente clínico, pois precisam visar o desenvolvimento global dos pacientes e sua convivência social. Neste sentido, a TCC é indicada para o tratamento do TEA, pois reconhece em seus princípios a interconexão entre emoções, comportamentos e pensamentos. Ela compreende que os pensamentos podem exercer influência sobre as

emoções e comportamentos de um indivíduo. Portanto, a relação entre cognição, emoção e comportamento está intrinsecamente associada ao funcionamento típico do ser humano (Gomes *et al.*, 2016).

As intervenções precoces são hoje muito valorizadas devido a serres realizadas no período de maior desenvolvimento cerebral (Rabêlo, 2021). A Análise Comportamental Aplicada (ABA) é uma intervenção indicada para ser iniciada logo na primeira infância e é considerada por Brito *et al.* (2021), como uma das técnicas mais eficientes para tratar a TEA devido a trabalhar os comportamentos disfuncionais e auxiliar na adaptação da criança por meio de um treinamento em etapas, substituindo comportamentos inadequados por comportamentos adequados.

Assim, este estudo se justifica por demonstrar como a TCC e sua ferramenta ABA possuem a capacidade de auxiliar no tratamento de crianças com TEA, orientando assim estudantes e profissionais da área na escolha de suas intervenções. Assim, como objetivo, buscou compreender como a TCC e a ABA podem ser utilizadas para auxiliar no tratamento do TEA.

Configurou-se como uma investigação bibliográfica que, de acordo com Marconi e Lakatos (1992), se origina da exploração da literatura já publicada em revistas físicas ou eletrônicas, livros e várias publicações, ou seja, uma compilação do que já foi discutido sobre o tópico. Seu objetivo é auxiliar o pesquisador no embasamento teórico e na coleta de informações para análise. Além disso, assume uma natureza qualitativa, pois procura analisar o conteúdo, observando os aspectos subjetivos, com o intuito de aprofundar nas informações sem recorrer a estatísticas ou números. Como critério de inclusão, foram considerados artigos em língua portuguesa publicados nos últimos 10 anos (2012 a 2022), que abordassem o tema da ABA e sua aplicação no tratamento de indivíduos com Transtorno do Espectro Autista (TEA), incluindo também teses e dissertações. Subsequentemente, procedeu-se a uma análise minuciosa dos artigos selecionados na íntegra, utilizando a abordagem de análise de conteúdo proposta por Bardin (2011).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 O TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA (TEA): HISTÓRICO

Ao longo do tempo, tanto o contexto quanto o conceito do autismo passaram por mudanças significativas. Além disso, os critérios diagnósticos têm evoluído para refletir uma

compreensão mais abrangente do autismo. As edições sucessivas do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM) e da Classificação Internacional de Doenças (CID) têm incorporado essas mudanças para melhor capturar a diversidade e a complexidade do autismo (Freire; Nogueira, 2023). O TEA era referenciado como esquizofrenia no primeiro Manual de Diagnóstico e Estatísticas dos Transtornos Mentais (DSM) em 1952. Ao longo das outras edições o transtorno passou a fazer parte dos Transtornos Globais do Desenvolvimento (TGD) e, atualmente, possui uma categoria própria (Rabêlo, 2021).

Essas transformações foram influenciadas tanto pelo avanço das descobertas científicas como pelas alterações nos critérios de diagnóstico da condição. As evoluções científicas têm fornecido uma compreensão mais profunda das complexidades do autismo, revelando que é uma condição diversificada em sua manifestação e impacto. A compreensão do espectro do autismo, que engloba uma ampla gama de características e níveis de gravidade, substituiu a visão anterior de categorizações simplistas (Freire; Nogueira, 2023).

Consequentemente, o entendimento atual é que o autismo é mais comum do que se pensava no passado, principalmente devido à ampliação dos critérios diagnósticos e à maior conscientização. Isso tem levado a uma melhor identificação e apoio às pessoas no espectro do autismo, bem como a uma visão mais inclusiva e respeitosa da diversidade neurodiversa. Assim, hoje em dia é compreendido que o autismo é mais prevalente do que se acreditava anteriormente (Freire; Nogueira, 2023).

TEA é um transtorno complexo, geralmente com origem genética (Freire; Nogueira, 2023). Se apresenta desde o início da primeira infância. Porém em alguns casos os sintomas só se mostram de forma clara quando a criança entra em contato com outras crianças entre 18 e 24 meses de idade, na creche, por exemplo (Brito *et al.*, 2021).

O termo espectro é utilizado devido a variação dos sintomas. Estes se mostram diferentes e dependem da idade da criança, nível de desenvolvimento e gravidade do transtorno (APA, 2014). O TEA se apresenta separado por 3 níveis, sendo o nível um o mais leve, o 2, intermediário e o 3, mais severo. Em cada nível o comprometimento dos sintomas, bem como da capacidade cognitiva dos pacientes são maiores, necessitando assim de suportes diferentes para cada um (Consolini; Lopes; Lopes, 2019).

Socialmente, a criança apresenta dificuldades de interação com outras pessoas, sejam elas crianças ou adultos, conhecidos ou não. Elas têm dificuldades de interpretação. Nas brincadeiras são literais, não sabem fingir e imaginar histórias, preferem brincadeiras

solitárias e com regras rígidas (APA, 2014). Pode-se observar várias peculiaridades específicas de indivíduos autistas que estão associadas a essa área, tais como: evitarem o contato visual, terem dificuldade em interpretar expressões faciais, apresentarem desafios nas interações sociais com seus pares, demonstrarem uma forte necessidade de seguir rotinas preestabelecidas. É notável que uma criança autista pode tanto se isolar quanto interagir de maneira incomum em relação aos padrões convencionais de interação social (Brito *et al.*, 2021).

O autista gosta de rituais e de rotina, podendo apresentar comportamentos obsessivos (Brito *et al.*, 2021). Nas brincadeiras, tem dificuldade de interação e, quando ganham brinquedos, podem não compreender sua função ou utilidade (Brito *et al.*, 2021).

O autista não possui a capacidade de organizar o pensamento e se expressarem de forma clara, dificultando ainda mais a comunicação com os outros (Gomes *et al.*, 2016). A forma como a criança com TEA se comunica é diferente dos padrões considerados normais, pois tem uma linguagem estereotipada e repetitiva, de modo que não consegue iniciar ou manter um diálogo. Podendo apresentar ainda ecolalia. A fala geralmente possui um desenvolvimento atrasado e, em alguns casos, pode ocorrer de a criança progredir inicialmente e este progresso estacionar ou ainda regredir (Brito *et al.*, 2021).

No aspecto sensorial, podem ser muito sensíveis aos estímulos, apresentando respostas atípicas como alto limiar para dor ou limiar muito baixo, excesso de sensibilidade ao toque, fascínio por estímulos específicos ou ainda reações intensas ou desconforto acentuado quando expostos à luz (Gomes *et al.*, 2016).

As pessoas que sofrem do TEA podem manifestar comportamentos como hiperatividade, impulsividade, grande dificuldade de concentração, comportamentos agressivos e, em alguns momentos, crises de raiva. É possível também que adotem comportamentos autodestrutivos diversos, como bater a cabeça ou se morder. Pode ocorrer uma ausência de medo diante de situações perigosas reais e, inversamente, um medo excessivo de estímulos inofensivos. Ainda, perturbações no humor ou afeto podem ser observadas, como risos ou choro sem uma razão aparente, bem como uma aparente falta de resposta emocional (Gomes *et al.*, 2016).

Seus padrões alimentares podem se apresentar de forma incomum, se limitando a poucos alimentos devido a seletividade alimentar e resistência a mudanças, trazendo

prejuízos em sua alimentação (APA, 2014). E seu sono pode ser acometido de distúrbios, como acordar à noite e fazer movimentos repetitivos (Gomes *et al.*, 2016).

O TEA traz prejuízos para a aprendizagem e o desenvolvimento social, trazendo desafios para a sociedade, pois diante do aumento de casos, se mostram necessárias políticas públicas que orientem e auxiliem nem seu tratamento e manejo (Freire; Nogueira, 2023). A maioria dos indivíduos com TEA, 70%, apresentam algum grau de comprometimento intelectual (APA, 2014). Neste sentido entende-se que quanto mais cedo as intervenções, melhor para o desenvolvimento das crianças.

O diagnóstico TEA requer uma avaliação clínica realizada por especialistas, podendo ser conduzida desde a primeira infância, uma vez que os sintomas frequentemente se manifestam nesse período. O desenvolvimento atípico é uma das características centrais do TEA, e é por meio dele que a criança dá sinais da necessidade de cuidados especializados (COSTA; CARVALHO; ALMEIDA, 2020). É realizado de forma clínica através de observação dos comportamentos e anamnese (Brito *et al.*, 2021).

Para diagnosticar e oferecer um apoio correto para a criança com TEA, é necessária a participação de uma equipe multidisciplinar. O diagnóstico deve ser fruto de uma avaliação metódica, que abarque as áreas da linguagem, os comportamentos, avaliação neuropsicológica, uso de escalas, relações sociais, entre outros (Rabêlo, 2021; Brito *et al.*, 2021). Assim, o tratamento poderá ser indicado de acordo com o nível de cada TEA e a necessidade de cada criança.

O tratamento farmacológico auxilia no controle do humor, irritabilidade, comportamento repetitivo, euforia, compulsão, hiperatividade, déficit de atenção, comportamentos desafiadores, hostilidade, entre outros. Entre os medicamentos que podem ser utilizados estão os bloqueadores de dopamina, inibidores de serotonina ou potencializadores de dopamina. Junto ao uso de medicamentos, são indicadas intervenções de profissionais como psicólogos, assistentes terapêuticos, fonoaudiólogos, entre outros (Brito *et al.*, 2021).

2.2 TERAPIA COGNITIVO COMPORTAMENTAL (TCC) E SUAS TÉCNICAS

A Terapia Cognitivo Comportamental (TCC) tem se mostrado como um tratamento eficaz para o tratamento de transtornos como o TEA, pois trabalha os âmbitos

cognitivos, ou seja, as questões relacionadas com sentimentos, condutas, escolhas, relações e formas de interpretar o mundo e também o âmbito comportamental (Consolini; Lopes; Lopes, 2019). O princípio da TCC postula que a cognição influencia o comportamento, que pode ser modificado a partir da modificação da cognição, que pode ser observada e monitorada de forma a ser adequada, a partir das crenças e pensamentos, às necessidades da mudança pretendida (KNAPP; BECK, 2011).

O foco da TCC no tratamento da TEA está em auxiliar na organização dos pensamentos, de modo a dar condições para que a criança consiga se expressar, se comunicar, interpretar expressões faciais e comportamentais e trabalhar as demais dificuldades individuais apresentadas pelos pacientes (Rabêlo, 2021). Visa ampliar a autonomia do paciente, aprimorar suas habilidades de comunicação e facilitar sua integração social. Nesse contexto, os profissionais responsáveis pelo tratamento devem considerar a singularidade de cada paciente e a complexidade das suas características específicas (SILVA, 2016).

A TCC auxilia o paciente com TEA e sua família. O terapeuta tem em seu trabalho ensinar estratégias para que a família utilize em sua rotina e atividades necessárias para o melhor desenvolvimento da criança, pois a interação dos pais possui extrema importância para que as técnicas sejam aplicadas o tempo todo, mesmo quando os profissionais não estão presentes, pois desta forma os comportamentos funcionais podem se tornar um hábito da criança, alcançando assim o sucesso da terapia (Brito *et al.*, 2021; Gomes *et al.*, 2016)

A divisão das intervenções TCC em técnicas cognitivas e comportamentais é principalmente uma abordagem didática, uma vez que muitas dessas técnicas impactam tanto os processos de pensamento quanto os padrões de comportamento do paciente. É importante compreender que a mudança cognitiva pode resultar em mudanças comportamentais e vice-versa. A seleção de técnicas específicas pode variar conforme o perfil cognitivo do transtorno, a fase da terapia e a conceitualização cognitiva específica de cada caso (KNAPP; BECK, 2011).

As abordagens contemporâneas da Terapia Cognitivo-Comportamental (TCC) compartilham três proposições centrais. A primeira destaca o papel mediador da cognição, sugerindo que sempre ocorre um processamento cognitivo e avaliação de eventos internos e externos, que podem influenciar a resposta a esses acontecimentos. A segunda proposição sustenta que a atividade cognitiva pode ser monitorada, avaliada e quantificada. Por fim, a

terceira proposição sugere que a mudança de comportamento pode ser influenciada por essas avaliações cognitivas, indicando indiretamente uma transformação cognitiva no indivíduo (KNAPP; BECK, 2011).

No âmbito da Terapia Cognitiva, uma diversidade de abordagens cognitivas é utilizada. Isso abrange a identificação, questionamento e retificação de pensamentos automáticos, realocação e reestruturação cognitiva, prática cognitiva, bem como outros métodos terapêuticos que envolvem a manipulação de imagens mentais. Em contrapartida, nas técnicas comportamentais, encontram-se o planejamento de atividades, avaliações de satisfação e competência, prescrições comportamentais de tarefas progressivas, experimentos para avaliar a realidade, simulações de papéis, treinamento de aptidões sociais e abordagens de resolução de problemas (KNAPP; BECK, 2011). Neste sentido, a TCC pode ser utilizada no tratamento de crianças com TEA através de várias técnicas, pois possui um conjunto de ferramentas e atividades que auxiliam no tratamento do TEA e de outros transtornos, cabendo ao profissional a escolha das melhores e mais adaptativas a cada caso (Brito *et al.*, 2021).

Uma das técnicas que pode ser utilizada é o sistema de comunicação por troca de figuras (PECS). Esta auxilia no desenvolvimento, melhoria e eficiência da comunicação, principalmente para pacientes não-verbais ou com comunicação ineficiente, estimulando a comunicação de forma gradual por meio de figuras, pequenas frases e, em casos mais avançados, construção de pequenas frases (Brito *et al.*, 2021)

O Tratamento e Educação para Crianças Autistas e com distúrbios correlatos da Comunicação (TEACCH) é uma das técnicas que podem ser utilizadas. Se baseia no aprendizado individual e busca tratar os déficits apresentados pelas crianças, auxiliando a criança a lidar com as frustrações, as situações que as despertam e ainda, melhorar suas habilidades sociais. Ela busca ainda organizar as rotinas, promover a autonomia através de atividades cognitivas e comportamentais aplicadas em forma de treinamento, com graus de dificuldade que aumentam à medida em que a criança alcança os resultados (Rabêlo, 2021).

Além destas, existem outras aqui não citadas, porém a análise aplicada do comportamento (ABA) tem ganhado muito destaque para as intervenções com crianças (Gomes *et al.*, 2016).

2.3 A ANÁLISE COMPORTAMENTAL APLICADA (ABA) COMO TRATAMENTO DO TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

A Análise Comportamental Aplicada (ABA) tem se mostrado eficaz no tratamento do TEA, uma vez que intervém diretamente sobre os comportamentos, visando à sua modificação e melhoria. Esta abordagem tem sido empregada desde os anos 1960, e tem apresentado resultados positivos no tratamento, contribuindo para um desenvolvimento mais próximo ao de crianças sem TEA (COSTA; CARVALHO; ALMEIDA, 2020).

Tem sido amplamente reconhecida e empregada na atualidade, como um método de tratamento de natureza comportamental. Seu objetivo é capacitar a criança a adquirir habilidades que possa não possuir, por meio da introdução gradual de novas competências. Normalmente, cada habilidade é ensinada de maneira individualizada, vinculando-a a instruções ou indicações específicas. Sempre que apropriado, é fornecido suporte, o qual é progressivamente reduzido para evitar a dependência da criança. A resposta adequada da criança desencadeia uma consequência positiva, essencialmente uma recompensa na prática. Como resultado desse processo, a criança tende a repetir essa resposta até que o comportamento em questão seja internalizado em seu repertório. Em suma, a ênfase reside em tornar o aprendizado uma experiência agradável para a criança e capacitar seu discernimento em relação a diferentes estímulos (Brito *et al.*, 2021).

A ABA concentra-se especialmente em comportamentos estereotipados e não adaptativos, como a agressividade, buscando substituí-los por comportamentos socialmente aceitos (SILVA, 2016). Sua abordagem direcionada permite abordar esses desafios de maneira eficaz, o que pode resultar em uma melhoria substancial na qualidade de vida e na funcionalidade das pessoas com TEA. Busca observar os comportamentos das crianças e as consequências que estes trazem, de forma a encontrar a correlação e assim modificar os comportamentos disfuncionais utilizando reforçamento positivo e brincadeiras que, aplicados de forma repetida, reforçam o comportamento esperado até que este vire rotina (Rabêlo, 2021).

A ABA é especialmente utilizada para crianças pequenas. Envolve os pais e escola em sua aplicação e busca, através de reforçamento positivo, estimular as crianças e seus comportamentos. As sessões de terapia envolvem a apresentação repetida e sistemática de estímulos, seguidas por respostas corretas da criança. Isso ajuda a criança a aprender novas habilidades de maneira gradual e organizada. Nestas, a criança é incentivada a imitar comportamentos adequados, permitindo a aprendizagem por observação e prática. Assim, à medida que a criança adquire novas habilidades, o terapeuta trabalha para garantir que essas

habilidades sejam generalizadas para diferentes contextos e situações do dia a dia do seu paciente (Gomes *et al.*, 2016).

3 CONCLUSÃO

Este estudo buscou mostrar que a TCC e sua ferramenta, ABA podem ser utilizadas no tratamento do TEA. Conforme observado, estas são altamente recomendadas pelos estudiosos da área, sendo uma técnica confiável e com bons resultados para o tratamento de crianças. Notou-se que devido a natureza do transtorno, é indicado que as intervenções sejam realizadas de forma precoce, período em que a ABA é mais indicada, porém pode também ser utilizada em crianças maiores, adolescentes e adultos, pois busca modular o comportamento através de reforçamento.

Conforme demonstrado, as técnicas da TCC são muitas e este estudo se limitou a focar na ABA, porém citou outras para que se possa compreender que as técnicas trabalham sempre a cognição e o comportamento, de forma a estimular os comportamentos adequados, bem como a melhoria da linguagem, interação social, cognição e outras necessidades que a criança apresentar, pois cada plano deve ser criado de forma individualizada.

Entendeu-se que são necessários profissionais especializados para o tratamento de crianças com TEA e que a participação familiar deve ser posta como central para que o tratamento obtenha sucesso, pois, é com a família que a criança passa a maior parte do tempo. Por isso, para futuras pesquisas, sugere-se que sejam realizadas pesquisas com familiares para entender se eles absorvem as técnicas e as aplicam em seu dia a dia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

APA, American Psychiatric Association. **DSM-V**: Manual de Diagnósticos e Estatísticas de Transtornos Mentais. Arlington, VA: American Psychiatric Association, 2014.

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. 2011. São Paulo: Edições 70.

BRITO, H. K. M.; MENDES, N. B.; LIMA, G. T.; PIRES, A. J. S.; CRUZ, W. V.; VARGAS, G. L. M.; COSTA, N. S.; RABELO, N. N. O impacto da terapia cognitivo-comportamental no transtorno do espectro autista. **Brazilian Journal of Health Review**, [S. l.], v. 4, n. 2, p. 7902–7910, 2021. DOI: 10.34119/bjhrv4n2-323. Disponível em: <<https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BJHR/article/view/27974>>. Acesso em: 27 jul. 2023.

CONSOLINI, M.; LOPES, E. J.; LOPES, R. F. F. Terapia Cognitivo-comportamental no Espectro Autista de Alto Funcionamento: **Revisão Integrativa**. Revista Brasileira de

Terapias Cognitivas, v. 15, n. 1, p. 38–50, 2019. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S1808-56872019000100007&script=sci_arttext>. Acessos em: 12 de ago. 2023.

COSTA, C. B.; CARVALHO, D. R.; ALMEIDA, C. G. M; Transtorno do espectro autista e contribuições da intervenção comportamental para uma prática eficiente no ambiente escolar. **Revista Educare**, João Pessoa, PB, v. 4, n. 1, p. 1-26, jan./jun. 2020. Disponível em: <<https://periodicos.ufpb.br/ojs2/index.php/educare/article/view/53698>>. Acessos em: 25 jul. 2023.

FREIRE, J. M. S.; NOGUEIRA, G. S. Considerações sobre a prevalência do autismo no Brasil: uma reflexão sobre inclusão e políticas públicas. **REVISTA FOCO**, v. 16, n. 3, p. e1225-e1225, 2023. Disponível em: <<https://ojs.focopublicacoes.com.br/foco/article/view/1225>>. Acessos em: 12 de ago. 2023.

GOMES, E. R.; COELHO, H. P. B.; MICCIONE, M. M. Estratégias de intervenção sobre os transtornos do espectro do autismo na terapia cognitivo comportamental: análise da literatura. p. 1–16, 2016. **Estação Científica - Juiz de Fora**, nº 16, junho - julho / 2016. Disponível em: <<https://portal.estacio.br/media/3727389/estrat%C3%A9gias-de-interven%C3%A7%C3%A3o-sobre-os-transtornos-do-espectro-do-autismo-na-terapia-cognitivo-comportamental.pdf>>. Acessos em: 12 de ago. 2023.

GONÇALVES, W. C. H.; RAIOL, P. N. S. S.; JUSTINO, L. N. A. C. A estimulação cognitiva como recurso terapêutico ocupacional no tratamento do Transtorno do Espectro Autista. *Journal of Specialist*, [S.l.], v. 1, n. 4, apr. 2019. Disponível em: <>. Acessos em: 12 de ago. 2023.

KNAPP, P.; BECK, A. T. Fundamentos, modelos conceituais, aplicações e pesquisa da terapia cognitiva. *Revista Brasileira de Psiquiatria*, 30(2), 2011, S54-64. Disponível em: <<https://www.scielo.br/j/rbp/a/HLpWbYk4bJHY39sfJfRJwt>>. Acessos em: 12 de ago. 2023.

ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DA SAÚDE. **Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas Relacionados à Saúde**, 11ª Revisão. Genebra: OMS, 2018.

Rabêlo, Yasmin Castro. **Transtorno do Espectro Autista e o tratamento pela Terapia Cognitivo-Comportamental: uma revisão bibliográfica**. UNIFUCAMP - Centro Universitário Mário Palmério 29-Jul-2021. Disponível em: <<http://repositorio.fucamp.com.br/handle/FUCAMP/536>>. Acessos em: 12 de ago. 2023.

SILVA, Karina. Acompanhamento terapêutico e o endereçamento ao laço social: um recorte de um caso de autismo. **Psicólogo inFormação**. ano 20, n. 20 jan./dez. 2016. Disponível em: <<https://www.metodista.br/revistas/revistas-metodista/index.php/PINFOR/article/view/7609/5738>>. Acessos em: 12 de ago. 2023.